ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 49 — Série VII — N.º 333
4 de Junho de 1980

Preço: 12$50

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português — Dir./Red. – R. Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 – Telex 18390 — Composição e impressão – Heska Portuguesa — Distribuição – *CDL*, R. Pedro Nunes, – 1000 Lisboa

Nas festas e comícios do PCP, a alegria — e as crianças como na Festa do Couço em que esteve presente o camarada Sérgio Vilarigues do Secretariado e da Comissão Política do CC

Centenas de sessões festas reuniões assinalam intensa actividade do PCP

Pág. 3

NÃO AO MERCADO COMUM

As 70 comunicações, 224 intervenções e 39 horas de debate da conferência sobre a adesão de Portugal ao Mercado Comum, organizada pelo PCP, no passado sábado, no Porto, confirmaram as consequências fundamentais da manobra política em curso:

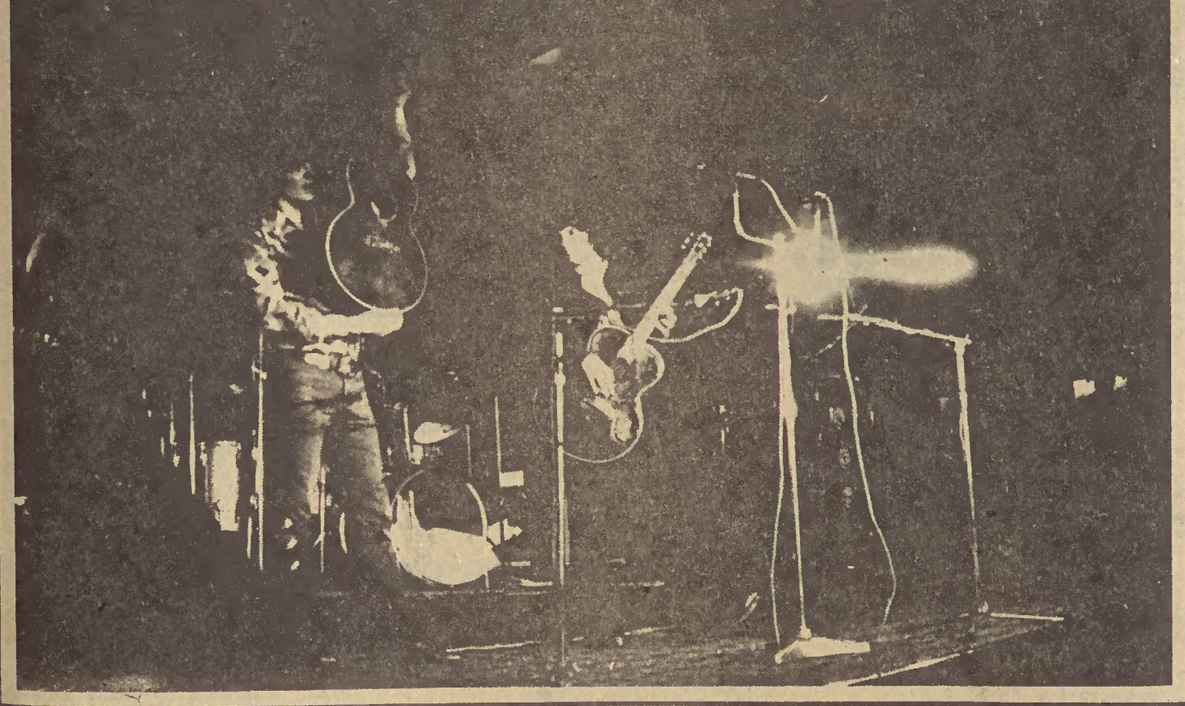
1. **Ruína de vastos sectores da economia nacional**
2. **Impedimento do desenvolvimento, recessão ou absorção de sectores básicos da economia nacional, ruína de pequenas e médias empresas, aumento do desemprego**
3. **Liquidação das grandes transformações democráticas, restauração do capitalismo monopolista e liquidação do regime democrático**
4. **Submissão de Portugal ao imperialismo e graves limitações à independência nacional**
5. **Transformação de Portugal em peão da política neocolonialista dos monopólios do Mercado Comum**
6. **Baixo nível de vida dos trabalhadores portugueses**

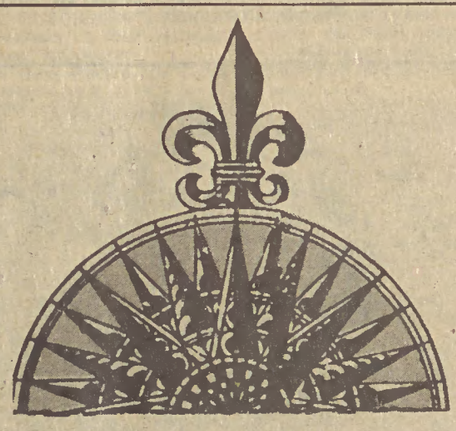
Pág. 5/6/7/8/9

Completamente cheio, o Palácio de Cristal, no Porto, foi o cenário do comício de encerramento da Conferência, durante a qual foram aprovadas as conclusões e o camarada Álvaro Cunhal pronunciou o discurso que publicamos nas páginas centrais

No próximo número

Os artistas da Festa do «Avante!»





TODO O MUNDO É COMPOSTO DE MUDANÇA

Espectáculo no Coliseu organizado pela Comissão do PCP para o IV aniversário de Camões

Pág. 3

Corrida da Paz

A experiência do atleta e os conhecimentos do técnico e cronista no artigo de Alves Barbosa sobre a Corrida da Paz – especial para o "Avante!"

Pág. 12

Editorial **NÃO AO MERCADO COMUM!**

Editorial

NÃO AO MERCADO COMUM!

A Conferência do PCP «Portugal e o Mercado Comum», realizada sábado no Porto, desmontou com argumentos irrefutáveis o carácter político duma operação reaccionária (promovida pelo Governo «AD») que se pretende envolver numa falsa capa de recuperação económica, para a integração de Portugal na CEE.

De facto, uma tal operação assume, no plano político, uma primacial importância na manobra subversiva envolvente da reacção («prioridade das prioridades» – chamou-lhe Freitas do Amaral) visando a destruição do regime democrático e das conquistas de Abril.

No plano económico, se fosse efectivada, a integração no Mercado Comum comprometeria gravemente por largos anos as possibilidades de desenvolvimento harmonioso da economia nacional, transformaria Portugal numa coutada dos países altamente industrializados da Europa capitalista e o Povo português numa reserva de força de trabalho, a baixo preço das grandes multinacionais.

As conclusões da Conferência e os argumentos irrefutáveis aduzidos contra a integração do nosso País na CEE resultam do estudo, do debate e do trabalho colectivo aprofundados no seio do Partido, recolhendo além disso a contribuição valiosa doutros estudiosos e especialistas não comunistas, num esforço porfiado, desenvolvido ao longo destes últimos três anos.

Naturalmente os nossos últimos Congressos deram-lhe uma necessária fundamentação política na análise e no quadro geral das actividades do Partido, enquanto que a Conferência Nacional do PCP para a Recuperação Económica, de 1977, e a Conferência do PCP para a Defesa e a Dinamização do Sector Nacionalizado, de 1978 lhe deram o enquadramento económico apropriado. Mas principalmente, nos trabalhos preparatórios, de maneira directa, entre eles a realização de um seminário e de 20 colóquios públicos já este ano em zonas diferenciadas do País, foi recolhido um vasto material contra os intentos reaccionários de amarrar Portugal aos interesses monopolistas da CEE e para avançar uma alternativa patriótica e democrática a esse verdadeiro trespasse da nossa independência nacional.

A luta dos comunistas portugueses contra a integração de Portugal no Mercado Comum não significa que o PCP defenda o isolacionismo ou a supressão de relações económicas com a chamada «Europa dos Nove».

Ao contrário, o PCP sempre defendeu o estabelecimento e a diversificação das nossas relações económicas com todos os países do Mundo, incluindo os da CEE, com base na reciprocidade, no respeito pela independência e a soberania de cada Estado, na base de interesses mútuos e de mútuas vantagens.

A integração de Portugal na CEE, além de provocar graves distorções no nosso desenvolvimento económico e social, constituiria a negação daqueles princípios.

Além disso, a integração no Mercado Comum, insere-se na política de rasteira vassalagem do Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral face ao imperialismo, na submissão de Portugal aos planos bélicos da NATO e do Pentágono, na mesma linha de dependência nacional do regime anterior de Salazar e Caetano.

O Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral jogam mão de todos os meios e recursos não só para garantirem a sua sobrevivência à frente do País, como para se apossarem da direcção absoluta do aparelho do Estado e imporem ao Povo português uma nova ditadura do grande capital.

A Conferência «Portugal e o Mercado Comum» mostrou que a integração na «Europa dos Nove» levaria à ruína vastos sectores da economia nacional.

São conhecidas as diferenças de nível de desenvolvimento económico de Portugal relativamente aos países da CEE. O desenvolvimento desigual do sistema capitalista foi acentuado entre nós por quase meio século de fascismo, os níveis de produção e de produtividade entre Portugal e os países industrializados da Europa, agrupada na CEE, são díspares e agravam-se cada vez mais em desfavor da nossa economia. A nossa capacidade competitiva é nula em relação aos países a que o Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral pretende amarrar-nos.

Um importante factor de ruína da economia portuguesa, se integrada na CEE, consistiria no facto de o Mercado Comum ser dominado pelos interesses dos grandes grupos monopolistas dos países desenvolvidos da Europa mas também dos Estados Unidos, do Japão, do Canadá e outros, cujos capitais se entrelaçam para o domínio dos mercados e das fontes de matérias-primas e para a exploração agravada dos trabalhadores de todos os países, em particular dos países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento, como é o caso do nosso País.

Nas indústrias transformadoras a produtividade dos países da CEE relativamente a Portugal é duas a três vezes superior. Portugal está no último escalão de desenvolvimento não só dos actuais países membros do Mercado Comum, como dos outros candidatos à integração – a Espanha e a Grécia.

Na produção agrícola as diferenças são ainda maiores, o que não pode deixar de representar um aviso sério para os agricultores portugueses, apoiados principalmente na pequeníssima e pequena exploração agrícola.

Neste capítulo as consequências para a nossa produção de produtos exportáveis como o vinho, seriam desastrosas.

UM outro factor de ruína para Portugal, se a integração na CEE fosse por diante, é a projectada inclusão ainda mais dependente do nosso país economicamente subdesenvolvido num bloco de países batidos em pleno pela crise capitalista.

A Europa da CEE onde o Governo pretende incluir Portugal terá previsivelmente em 1983 um acréscimo de 7,5% na taxa de desemprego. Só entre os jovens nos mesmos países o número de desempregados passou de 400 000 em 1969 para dois milhões em 1977. Com a tendência para a subida da taxa de desemprego, as esperanças de encontrar trabalho para a juventude serão ainda mais problemáticas em 1983. Para um país, como Portugal, dominando pelo Governo fascizante do PPD e do CDS, em que cerca de 300 000 jovens buscam o primeiro emprego, em que cerca de 40 000 aparecem todos os anos no mercado do trabalho, a perspectiva de emprego é ainda mais distante.

A estagnação é a característica actual dos níveis de desenvolvimento dos países da CEE. De 4,6% no ritmo de crescimento na década de 70, caiu para 2,8% de 1970 a 1978 e admite-se, que neste novo e mais agudo ciclo da crise, baixe mesmo para indíces negativos em alguns países.

As perspectivas que a integração na CEE oferece aos pequenos e médios agricultores portugueses são as da liquidação brutal das suas explorações. Nos países do Mercado Comum a concentração capitalista da produção leiteira, por exemplo, levou, só neste sector, à liquidação de 1 milhão e 500 mil explorações, o que faria prever para Portugal, onde 94% da produção leiteira é de pequenos agricultores, o desaparecimento de 80 000 explorações.

Na engrenagem maldita dos monopólios da CEE os grandes projectos previstos depois do 25 de Abril para o nosso desenvolvimento económico seriam implacavelmente triturados como o Plano Siderúrgico Nacional, que com o aproveitamento dos minérios de Moncorvo permitiria uma produção de 10 milhões de toneladas (foi já praticamente estrangulado pelas pressões dos grandes «trusts» siderúrgicos do Mercado Comum); ou como o aproveitamento de Alqueva, que irrigaria 140 000 hectares e permitiria economizar 10 milhões de contos de divisas – estes e todos os outros planos de desenvolvimento da nossa economia ficariam congelados.

O Governo fascizante Sá Carneiro/Freitas do Amaral, para obter o apoio do grande capital internacional e dos monopólios da CEE não hesita em amarrar o País ao carro da crise capitalista e a sorte dos trabalhadores portugueses à ganância dos grandes exploradores da mão-de-obra barata dos países subdesenvolvidos.

Exportar a crise para os países mais pobres é um objectivo dos grandes magnates da CEE – abrir servilmente as portas de Portugal a uma tal «importação» é o que se propõem os chefes da Aliança reaccionária e o seu Governo.

A Conferência do PCP «Portugal e o Mercado Comum» mostrou aos portugueses que para a operação política de submissão à canga de crise da CEE, febrilmente activada pelo Governo antipopular e antinacional de Sá Carneiro/Freitas do Amaral, há uma alternativa de recuperação, económica e de progressivo desenvolvimento do nosso País, de defesa e consolidação das conquistas de Abril.

O Governo fascizante do PPD e do CDS multiplica as brutalidades, os roubos e as ilegalidades contra a Reforma Agrária, manda espancar trabalhadores (homens, mulheres, velhos e crianças) por reclamarem o que legitimamente lhes pertence, os frutos do seu trabalho; investe contra as nacionalizações tentando justificar as investidas com o retraimento que a existência do sector nacionalizado e público provoca nos investidores portugueses e estrangeiros potenciais; utiliza métodos repressivos a perseguição contra trabalhadores que se destacam na luta pelos seus direitos, liberdades e garantias, pelo direito ao trabalho, pelo pão de cada dia; procura restringir o direito à greve.

E tudo isto em holocausto às exigências da sonhada integração de Portugal na CEE...

A Conferência do Porto afirmou que para o PCP a integração de Portugal no Mercado Comum não é inevitável nem necessária, mostrou que há uma alternativa global e alternativas sectoriais.

A alternativa à operação política da integração na CEE pelo Governo da chamada «AD» é:

— Uma política verdadeiramente nacional democrática e popular;
— Uma política assente nas transformações económicas e sociais da Revolução de Abril;
— Uma política que impulsione as várias formações económicas;
— Uma política económica e financeira virada para o desenvolvimento;
— Uma política de relançamento corajoso, firme e sem interrupções dos grandes projectos nacionais.

É uma alternativa global que envolve alternativas sectoriais para a industria, as pescas, a agricultura, silvicultura e pecuária, o comércio, o melhoramento do nível de vida das classes trabalhadoras e das classes e camadas médias, uma política para servir Portugal e os portugueses, para defender e respeitar a Constituição, para o reforço da nossa política externa; uma política que impeça o regresso à exploração do capitalismo monopolista, a uma nova ditadura dos monopólios e latifundiários e garanta e reforce a existência do Portugal livre, democrático e independente saído do 25 de Abril.

A Conferência do PCP exprime a vontade de milhões de portugueses e trabalhadores.

Com Portugal de Abril, – não ao Mercado Comum!

Nota da SIP do PCP sobre o encontro com a UDP

1. Como é do conhecimento público, o Comité Central do PCP, na sua reunião de 3 de Maio, no quadro do exame com outras forças políticas de problemas relativos à situação actual, considerou a «eventual realização de encontros informais e exploratórios» com a UDP e com outras organizações.

2. Na sequência dessa orientação e com as referidas características, por iniciativa do PCP, encontrava-se acordada há mais de uma semana uma conversa com elementos da UDP que deveria realizar-se hoje, dia 2 de Junho.

3. Surpreendentemente, segundo notícia da ANOP, em conferência de imprensa, a UDP teria hoje apresentado a realização de tal conversa como decorrendo das propostas e iniciativas políticas que aquela organização divulgou.

4. Não correspondendo isso à verdade, o PCP tomou a decisão de suspender o encontro previsto, até esclarecimento das declarações atribuídas à UDP na referida notícia da ANOP.

Lisboa, 2 de Junho de 1980

A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!
O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português.* Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699-Lisboa CODEX. Tel. 768345.
ADMINISTRAÇÃO: *Editorial Avante, SARL.* Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º – 1000 Lisboa. Tel. 769744/769751.
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa-CODEX. Tel. 769725/769722.
DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL. **Serviços Centrais:** Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º – 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825.
Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C/v – 1000 Lisboa. Tel. 769705. (Abrange os distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal).
Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa. Tel. 372238.
Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 – 4000 Porto. Tel. 28938.
Casa da Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq – 4000 Porto. Tel. 310441.
Centro Distribuidor do Centro: Rua 1.º de Maio 186, Pedrulha – 3000 Coimbra. Tel. 31286.
Centro Distribuidor do Alentejo: Alcarcova de Baixo, 13 – 7000 Évora. Tel. 26361.
Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 – 8000 Faro. Tel. 24417.
ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º – 1000 Lisboa. Tel. 779828.
PUBLICIDADE CENTRAL:
Av. Santos Dumont, 63-A – 1000 Lisboa. Tel. 776936/776750. *Porto* – Rua do Almada, 18-2.º Esq.º – 4000 Porto. Tel. 381067.
EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 – Venda Nova – 2700 Amadora. Tel. 900044.
Composto e impresso na **Heska Portuguesa** R. Elias Garcia, 27 – Venda Nova – 2700 Amadora.

Tiragem média do mês de Abril 71 013

Galileu contribuiu decisivamente para um melhor conhecimento do Mundo em que vivemos

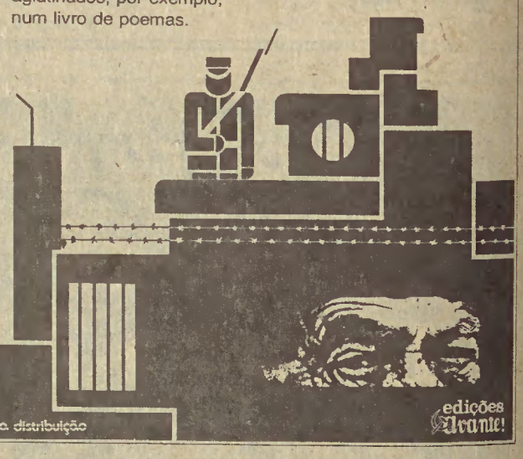
No entanto muito há ainda por descobrir.

REVISTA INTERNACIONAL
A revista indispensável para se saber como vai o Mundo

Um mundo de informação, à venda todos os meses

torre cinzenta
de José Magro

O relatório
de uma solidão
ou a prova
contundente
de que o fascismo
nada pode
perante a força,
a determinação e o querer
aglutinados, por exemplo,
num livro de poemas.



Dimensão 6
CDL e distribuição
edições Avante!

POVO LUTA CULTURA

Até amanhã camaradas
Manuel Tiago
Obra completas de
SOEIRO PEREIRA GOMES

daqui partimos
para as nossas iniciativas editoriais

edições Avante!

* *

COLISEU DOS RECREIOS

8 e 9 de Junho
pelas 21.30 h.

*

ESPECTÁCULO

*

"Todo o mundo é composto de mudança"

POESIA • MÚSICA • TEATRO • IMAGEM • MOVIMENTO

*

Guião e Direcção de Produção
José Garibaldi • Manuel Gusmão • Ruben de Carvalho • Rui Pedro

Encenação
Joaquim Benite • Morais e Castro
Coreografia
Elsa Worm • Paula Massano
Iluminação
António Mileu

Direcção Musical
Pedro Osório
Cenário e Montagem
Armando Melo • Hernâni Martins • Rui Martins • Rogério do Amaral
Projecções
Manuel Augusto Araújo

Poemas de **Camões**
e de **Armindo Rodrigues • Herberto Hélder • Jorge de Sena • Sophia de Mello Breyner**
Cenas de "Que farei com este livro?" de
José Saramago

*

Intérpretes
Alfredo Vieira de Sousa • António Assunção • Canto e Castro • Carlos Moniz • Carlos Paredes • Eunice Muñoz • Fernanda Alves • Fernanda Lapa • Fernando Louro • Maria Henriqueta • Mário Barradas • Mário Jacques • Mário Pereira • Pedro Caldeira Cabral • Rui Pedro • Samuel

Coro • "Dança Grupo" • Grupo de Expressão Corporal • Grupo de Teatro de Campolide Orquestra

*

Promovido pela Comissão do PCP para o IV Centenário de Camões

Bilhetes à venda nos CT do PCP e no Coliseu

* *

Seis concentrações em Lisboa assinalam crescendo das lutas de massas

Os salários, o despedimento colectivo na Standard, os direitos e interesses defendidos pelos Sindicatos, a tentativa da destruição de empresas nacionalizadas como a Equimetal, os atentados à liberdade de expressão e informação, a repressão em locais de trabalho e tudo o que move este Governo ao confronto com as massas trabalhadoras obriga largos sectores de actividade a uma mobilização cada vez maior levando à rua em protesto muitos milhares de trabalhadores.

O Governo, concretizando o que se previa há muito, autorizou a multinacional ITT instalada no nosso País a despedir 212 trabalhadores da Standard Eléctrica em Cascais.

Recorde-se que o processo se arrastava desde 1974, isto é desde o 25 de Abril, desde que a ITT, a maior empresa americana instalada na Europa, decidiu intervir com o seu peso na campanha imperialista contra a Revolução, alegando que «o novo clima político era adverso à sua actividade», isto é à sobreexploração a que se dedicava com a protecção do fascismo.

A Comissão de Trabalhadores da empresa continuava ainda no princípio desta semana, depois de várias paralisações de protesto, a tentar evitar o despedimento colectivo, nomeadamente através de uma reunião na última segunda-feira com a administração da empresa.

Se o despedimento, que atinge 200 mulheres, (algumas já com idades em que se torna mais difícil ou mesmo impossível arranjar um emprego) se concretizar, os trabalhadores adoptarão umas formas de luta, incluindo a greve durante cerca de 40 horas em dois dias, entre segunda e quarta feira desta semana.

Prosseguem, entretanto, as lutas em sectores e empresas que abrangem centenas de milhares de trabalhadores com relevo para a Função Pública, cuja paralisação da semana passada não foi ainda suficiente para desbloquear a situação e obrigar o Governo PPD/CDS a aceitar as reivindicações justas dos trabalhadores.

O mesmo sucede noutros sectores tão importantes como a metalurgia, a química e farmacêutica, os electricistas, a pesca, o têxtil, portuários, ramo automóvel, gráficos, trabalho rural.

A «justa causa» dos ministros

Enquanto o ministro do trabalho afirmava ao «Tempo» que «não haverá despedimentos sem justa causa» (a «justa causa» da ITT, para não ir mais longe), enquanto o ministro dos Transportes e Comunicações declarava, por outro lado ao mesmo jornal reaccionário que «o Estado só deve actuar como empresário onde, quando e enquanto necessário», empresas vitais para a economia do País como Equimetal e a Cometna, a TAP e a CP, a RN Rodoviária e a Lisnave, entre os exemplos mais conhecidos, mantêm todas elas graves conflitos no campo da contratação colectiva, obrigando trabalhadores e Sindicatos e demais estruturas representativas nas empresas a uma luta permanente por reivindicações elementares que o Governo e as administrações se recusam a satisfazer perante o escandaloso aumento do custo de vida que reduz diariamente os salários reais das massas trabalhadoras.

Em Lisboa Porto e Leiria

Por isso ontem, à hora do fecho do «Avante!», se começavam a concentrar, em Lisboa, em frente a quatro Ministérios (Trabalho, Agricultura e Pescas, Transportes, Indústria e Energia) e ainda em São Bento e na Praça do Comércio, milhares de trabalhadores da Função Pública, pescadores, portuários, dos transportes, comunicações e telecomunicações, comunicação social e juventude trabalhadora, metalúrgicos, gráficos, têxtil, celulose, Imprensa, panificação, reformados, pensionistas e idosos, mulheres trabalhadores.

No Porto e em Leiria, iguais motivos e a mesma determinação de acabar com um Governo antinacional conduziam a concentrações em frente aos serviços do Ministério do trabalho, ontem à tarde.

As seis concentrações em Lisboa, bem como as do Porto e Leiria, integram-se nas lutas e acções de massas que o Movimento Sindical Unitário encabeça por todo o País e que, nesta fase, culminarão com as grandes manifestações nacionais do próximo dia 21.

Dirigentes do PCP participaram em diversas iniciativas de massas

O secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, e os camaradas Octávio Pato e Sérgio Vilarigues, membros da Comissão Política e do Secretariado do CC, e Dias Lourenço e Jaime Serra, membros da Comissão Política, participaram, no passado fim-de-semana, em várias iniciativas de massas que organizações do nosso Partido realizaram em diversas localidades do País.

O camarada Álvaro Cunhal deslocou-se no domingo a **S. Pedro da Cova** e a **Felgueiras** depois de, na noite anterior, ter participado, no Palácio de Cristal, no comício de encerramento da Conferência do PCP «Portugal e o Mercado Comum».

Em **São Pedro da Cova**, o secretário-geral do PCP visitou o Centro Revolucionário Mineiro, na companhia de numerosos antigos trabalhadores das minas. Álvaro Cunhal visitou ainda o museu e o parque infantil.

À hora do almoço, o camarada Álvaro Cunhal conviveu com a população de S. Pedro da Cova, numa merenda que decorreu num pinhal local, com a participação de numerosos trabalhadores e suas famílias.

Na parte da tarde, o secretário-geral do PCP esteve num grande comício realizado no Largo do Mercado Municipal, em **Felgueiras**, que decorreu num ambiente de grande entusiasmo e com a participação de milhares de pessoas, na sua esmagadora maioria jovens.

Tratou-se de uma iniciativa de grande importância, por se ter realizado num concelho em que a influência do PCP tem vindo gradualmente a aumentar, sobretudo entre as massas trabalhadoras.

A atestá-lo o facto de os participantes no comício serem predominantemente operários têxteis, de indústria do calçado, metalúrgicos, da construção civil, e de ali ter estado também uma representação de caseiros do concelho.

Na sua intervenção, o camarada Álvaro Cunhal analisou a actual situação política, tendo abordado questões como a unidade das forças democráticas, nomeadamente de comunistas e socialistas, a posição do PCP face às crenças e ao culto, a participação dos católicos na luta popular. Muitos destes temas foram abordados pelo secretário-geral do PCP, respondendo a questões que nesse sentido lhe foram colocadas antes do comício se ter iniciado.

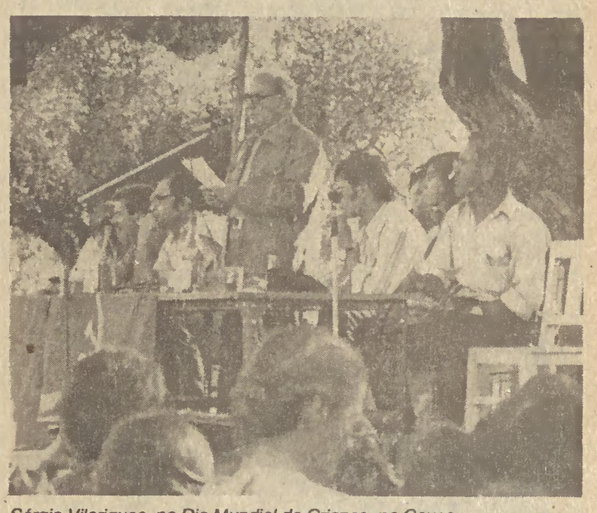
Comícios, festas e sessões de esclarecimento

O camarada Sérgio Vilarigues participou, no passado domingo, nas comemorações do Dia Mundial da Criança, que a Comissão de Freguesia do PCP do **Couço** organizou nesta localidade.

As comemorações iniciaram-se cerca das 9 horas da manhã com uma largada de pombos, após o que teve lugar, até à hora do almoço, uma manhã infantil com desporto, pintura e desenho. Depois de um almoço-convívio, houve a exibição dos ranchos folclóricos da Erra, de Salvaterra de Magos e de os «Malmequeres do Sorraia». Às 17 horas, o camarada Sérgio Vilarigues participou num comício, tendo analisado a actual situação política.

Os festejos, que decorreram sob o signo «A Criança nos Caminhos de Abril», encerraram com um animado baile popular da juventude.

Entretanto, em **Mortágua**, realizou-se no passado sábado uma sessão de esclarecimento que contou com a participação de muitas dezenas de pessoas e à qual esteve presente o camarada Jaime Serra, que começou por proceder a uma análise da actual situação política. Seguiu-se um debate e uma parte cultural, em que actuou o conhecido grupo «Cordas e Cantares do Ateneu de Coimbra».


Sérgio Vilarigues, no Dia Mundial da Criança, no Couço

Por sua vez, o camarada Dias Lourenço participou em **Lisboa**, na noite de sexta-feira, num convívio no Mercado do Povo, organizado pela célula do PCP da Fábrica Progresso Mecânico e pelo «Fado de Abril», em que participaram cerca de 500 pessoas. No sábado, depois de uma deslocação ao mercado de **Vialonga** e de uma deslocação a **Alpriate** (com encontro com a Comissão de Moradores e visita às instalações para a infância), o dirigente do PCP esteve presente num comício realizado no **Sobralinho**, em que participaram mais de meio milhar de pessoas.

À noite, o camarada Dias Lourenço encerrou um comício do PCP realizado em **Vila Franca de Xira**, com a presença de mais de mil pessoas. Antes, o director do «Avante!» participara num convívio realizado no Calhandriz.

No Barreiro

O camarada Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC, participou, no passado domingo, no comício de encerramento da já tradicional Festa da Revolução e do Trabalho, no Barreiro.

Analisando sobretudo a actuação do Governo PPD/CDS e as respostas populares e de massas que tem suscitado de Norte a Sul do país, aquele dirigente do nosso Partido diria na sua intervenção:

Toda a actuação ilegal e inconstitucional deste Governo, as medidas arbitrárias que sucessivamente vem tomando, as golpadas que constantemente ensaia, os métodos repressivos a que cada vez mais necessita de recorrer, definiram-no já perante o povo português como aquilo que sempre foi: um governo fascizante, um governo virado para o passado.

No comício de encerramento – onde não obstante o forte calor que se fez sentir, participaram vários milhares de pessoas – o camarada Octávio Pato disse ainda: **E enquanto trabalha nestes propósitos, o grito que de Norte a Sul do país ecoa é: «a luta continua, Sá Carneiro para a rua!».**

I Encontro da APU da cidade de Coimbra

Teve lugar em Coimbra, nas instalações do Ateneu local, o I Encontro da APU da Cidade de Coimbra, que contou com a participação de eleitos, candidatos e apoiantes do «Povo Unido» das 6 freguesias urbanas da cidade, de membros da Câmara e da Assembleia Muncipal e, ainda, de responsáveis da Comissão Coordenadora da APU.

O camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do CC do PCP, e Mizarela Loureiro, do Secretariado Nacional do MDP/CDE participaram igualmente nos trabalhos do Encontro, tendo o dirigente comunista proferido uma intervenção em que abordou a actual situação política.

As conclusões deste I Encontro da APU da Cidade de Coimbra apontam cinco direcções fundamentais para a acção do «Povo Unido» na zona: unidade para a defesa dos interesses populares: participação das organizações populares na gestão democrática; contacto permanente com as populações; reconhecimento do papel dos trabalhadores das autarquias na resolução dos problemas das populações; concretização de um novo estilo de gestão democrática das autarquias locais.

No decorrer dos trabalhos do Encontro foi denunciada a injustiça dos aumentos dos serviços sociais do concelho – transportes, água e electricidade – à custa das populações – tendo a propósito sido recordado que com a aplicação parcial da Lei das Finanças Locais, imposta pelo Governo do PPD/CDS, se produziu um roubo de 209 mil contos ao município de Coimbra.

A exigência de uma política de urbanismo na cidade, que tenha em conta as características arquitectónicas tradicionais de Coimbra, foi ainda sublinhada pelos presentes.

Findos os trabalhos do Encontro, os participantes realizaram seguidamente uma sessão de convívio, com almoço.

Benfica, Vale de Cavalos Lousã e Parede: um conjunto de iniciativas

A freguesia de Benfica (em Lisboa), a localidade de Vale de Cavalos, (no concelho da Chamusca) e a de S.ª da Piedade (na Serra da Lousã), vão ser palco de grandes festas populares levadas a cabo por organizações do nosso Partido.

Assim, em **Benfica**, vai ter lugar a **Festa de Benfica 1980**, que decorrerá sob o lema «Benfica no Portugal de Abril». A festa realiza-se no próximo domingo, dia 8, a partir da manhã, no Jardim Francisco Ludovice (junto ao parque desportivo do Futebol Benfica) e do seu programa consta um comício, às 18 horas, com a participação do camarada Octávio Pato. Outros atractivos do programa são a alvorada de foguetes, a manhã infantil (com pinturas, música, canções, palhaços e balões) e um canto livre com a participação de Carlos Mendes, Joaquim Pessoa, prof. Minhocas, Io Appoloni, Teresa Paula Brito, Natércia Aguiar e Conjunto Água Dura (de Almada).

Entretanto, de sexta a domingo, decorre em **Vale de Cavalos** a **Festa do Povo**, iniciativa da Comissão de Freguesia do nosso Partido, que se destina a angariar fundos para um novo Centro de Trabalho do PCP. Participam nesta iniciativa os conjuntos «Niger» e «Sunday Night», o rancho folclórico infantil de Almeirim, Samuel, Filipe Gomes dos Santos e Teresa Paula Brito.

Finalmente, na **Serra da Lousã**, no lugar da S.ª da Piedade, decorre no próximo domingo a **Festa da Serra**, promovida pelo Organismo da Zona da Serra do distrito de Coimbra do PCP. Do programa constam actividades desportivas e culturais, exposições, actuação de artistas (Brigada Victor Jara, Grupo de Cordas e Cantares do Ateneu de Coimbra).

A meio da tarde realiza-se um comício que terá a presença do camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do CC do PCP.

Comunistas da Parede

Os comunistas da Parede, no concelho de Cascais, vão realizar no próximo sábado a sua II Assembleia de Organização no Grupo Desportivo e Recreativo Murtalense (no Murtal). A assembleia terá início às 15 horas e, cerca das 18 horas, haverá uma sessão pública, aberta a toda a população, com a presença de um membro do CC do PCP.

CT de Odivelas

Camaradas de Malakoff (em França) participaram com 4615 escudos para a toalha-iniciativa das mulheres comunistas de Odivelas, no âmbito da Campanha dos 1200 contos para o Centro de Trabalho local do nosso Partido.

Camaradas falecidos

MANUEL DIAS GONÇALVES – Faleceu recentemente o camarada Manuel Dias Gonçalves, de Vila Real de Santo António, vítima de prolongada doença. O camarada falecido, que contava 48 anos, fazia parte da célula local da construção civil.

MAXIMINO DOS SANTOS REIS – Natural de Lisboa, com 56 anos de idade, membro da célula da Quimigal de Lisboa e do Organismo de Escritórios da ORL do PCP, faleceu há dias o camarada Maximino dos Santos Reis.

MIGUEL ASSUNÇÃO DE OLIVEIRA – Faleceu o camarada Miguel Assunção Oliveira, membro da Comissão de Freguesia de Vialonga.

edições Avante! — **CRISE E QUEDA DOS GOVERNOS PS** — CDs e distribuição

Volume I
DA CONTRA-REVOLUÇÃO LEGISLATIVA À FORMAÇÃO DO GOVERNO PS/CDS

Volume II
O GOVERNO PS/CDS

(Discursos políticos de Álvaro Cunhal)

Análises, propostas, previsões e críticas **formuladas em devido tempo** a que o dia-a-dia deu a dimensão da sua justeza

Semana

28 Quarta-feira

1963 – Abate o tecto da estação do Cais do Sodré, em Lisboa, causando 49 mortos e numerosos feridos.

Standard: o maior despedimento

Fortes contingentes da GNR espancam e prendem largas dezenas de trabalhadores agrícolas de UCP's e Cooperativas dos distritos de Évora, Beja e Portalegre; ao fim da tarde cerca de 40 trabalhadores já haviam recebido tratamento hospitalar e nove permaneciam detidos; as agressões verificaram-se quando os trabalhadores procediam à colheita dos frutos pendentes em áreas entretanto colocadas sob «reserva», direito que a própria «Lei Barreto» lhes concede ■ O grupo parlamentar do PPD/PSD, depois de votada por unanimidade a autorização da Assembleia da República à deslocação do Presidente da República à Noruega, faz uma declaração de voto na qual deixa em aberto a possibilidade do seu partido poder vir a «votar contra pedidos semelhantes» ■ O Governo Carneiro/Amaral autoriza o maior despedimento colectivo efectuado em Portugal após o 25 de Abril, ao permitir que a multinacional norte-americana ITT mande para o desemprego 212 trabalhadores da secção de semicondutores da Standard Eléctrica Portuguesa.

29 Quinta-feira

1956 – Inauguração em Coimbra da Faculdade de Medicina e da Biblioteca Geral da Universidade.

requerimento

Os trabalhadores da Função Pública decidem não aceitar as propostas para o sector apresentadas pelo Governo, e promover uma jornada de luta que decorrerá entre os dias 2 e 13 (a qual inclui uma concentração em frente da AR no dia 3), e ainda solicitar uma audiência ao Primeiro-Ministro ■ Em comunicado sobre os incidentes ontem verificados, o Secretariado das UCP's e Cooperativas Agrícolas do distrito de Évora exige a demissão e responsabilização criminal de Cardoso e Cunha e João Goulão ■ O plenário da AR aprova na generalidade e por unanimidade o projecto de estatutos para a Região Autónoma dos Açores ■ Em plenário geral, os trabalhadores da EPNC mandatam a CT e os sindicatos representantes da empresa para continuarem a negociar as suas propostas e, eventualmente, declararem novas formas de luta, se o Conselho de Gerência não manifestar a intenção de ultrapassar a presente situação ■ O grupo parlamentar do PCP entrega na mesa da AR um requerimento para uma interpelação ao Governo sobre Política Social dirigida para as políticas de emprego, preços e salários, segurança social, saúde e habitação ■ Perante a recusa da administração em Portugal da multinacional norte-americana «Overseas Service Supply Company, Ltd» em receber os representantes dos 300 trabalhadores portugueses expulsos de Israel na semana passada (de que é contratadora), a sua Comissão representativa anuncia a disposição de, com o apoio jurídico do Movimento Sindical Unitário, levar o processo até às últimas conseqências ■ Os trabalhadores da aviação e aeroportos constituem o Sindicato dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos – SITAVA – sindicato vertical e único, com âmbito nacional; a constituição resultou de assembleias realizadas nos locais de trabalho e por voto directo e secreto.

1834 – Decreto referendado pelo ministro da Justiça Joaquim António de Aguiar, que extingue as ordens religiosas. As rendas dos bens dos 481 conventos extintos terá rendido, segundo A. Herculano, de 50 000 a 60 000 contos de réis (em proveito dos «barões»).

30 Sexta-feira

O pessoal da Standard Eléctrica paralisa entre as 8 e 30 e as 10 e 30 como aviso à respectiva administração de que não está disposto a aceitar o despedimento de 212 trabalhadores, autorizado pelo Governo Carneiro/Amaral a pedido dos responsáveis daquela empresa pertencente à multinacional norte-americana ITT ■ O Consulado Geral de Portugal em Estrasburgo decide ignorar o previsto na Lei do Recenseamento e prolongar até 15 de Julho o prazo para a inscrição de emigrantes portugueses nos cadernos eleitorais ■ O Tribunal de Setúbal absolve, pela 3.ª vez, os trabalhadores da Cooperativa 1.º de Maio, da Gâmbia, que a GNR prendeu por trabalharem as terras ilegalmente entregues como «reserva» ■ Os trabalhadores da Função Pública repudiam a decisão do Conselho de Ministros de aprovar a tabela salarial do sector sem o acordo dos trabalhadores e anunciam novas formas de luta para obrigarem o Governo a satisfazer as suas reivindicações ■ A CGTP-IN decide que os seus representantes não integrarão, como conselheiros técnicos, a delegação dos trabalhadores portugueses nomeada pelo ministro do Trabalho para participar nos trabalhos da Conferência anual da OIT, pela discordância da nomeação, como chefe de delegações, de um dirigente da chamada UGT; entretanto, 14 federações de sindicatos, representando 1 520 040 trabalhadores, manifestam-se solidárias com a decisão da CGTP-IN e protestam contra a atitude do Governo, a qual consideram que desprestigia a imagem de Portugal no mundo e constitui um gesto autoritário, arbitrário e ilegal ■ Em comunicado conjunto, os Sindicatos dos Professores das Zonas Norte, Centro, Grande Lisboa, Sul e Açores denunciam a inoperância de que tem dado prova o MEC, lembrando que este departamento não dá resolução a reivindicações avançadas pelos sindicatos há mais de quatro meses.

31 Sábado

1867 – É publicado o primeiro Código Civil Português, obra do visconde de Seabra.

Greve nos portos

Realiza-se, na Faculdade de Economia do Porto e com encerramento no Palácio de Cristal (onde interveio o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal) a Conferência do PCP sobre «Portugal e o Mercado Comum» ■ Os trabalhadores portuários de Lisboa entram na segunda semana de greve às horas extraordinárias, depois de terem feito dois períodos de greve geral de dois e três dias; os trabalhadores reivindicam há mais de um ano a alteração, regulamentação e correcta aplicação do seu estatuto laboral ■ O Movimento Unitário dos Reformados, Pensionistas e Idosos (MURPI) promove a II Conferência Nacional dos Reformados, que se realizou em Sacavém.

1 Domingo

1948 – Morre em Lisboa, com 80 anos de idade, o pianista, musicógrafo e compositor Viana da Mota.

Em assembleia convocada pelo Secretariado Distrital das UCP's e Cooperativas do distrito de Évora (que apresentou o relatório e contas do exercício de 1979 e o orçamento para 1980), os trabalhadores das UCP's e Cooperativas deste distrito decidem levar para a frente novas acções de massas no sentido de colher os frutos pendentes que, por lei, pertencem aos obreiros da Reforma Agrária ■ O Sporting Clube de Portugal vence o Campeonato Nacional de Futebol da I Divisão ■ A UEDS aprova, na generalidade, os acordos com o PS e a ASDI relativos à formação de uma «frente eleitoral».

2 Segunda-feira

1975 – Sessão inaugural da Assembleia Constituinte

Na AR, durante várias horas, os deputados da oposição desmontam, com numerosos exemplos, os mecanismos censórios e de controlo da informação instalados pelo Governo na RTP, RDP e imprensa estatizada; os porta-vozes da direita não conseguiram «justificar» tal política, como era de esperar ■ O Conselho de Gerência da ANOP assume «inteira responsabilidade» pela não admissão do jornalista António Ramos nos quadros da agência, procurando negar o envolvimento do Governo PPD/CDS no processo ■ O plenário da Assembleia Legislativa de Macau volta a não poder reunir-se, por falta de «quorum», pois os seis deputados chineses recusam aparecer devido a considerarem que o «assunto» só poderá ter seguimento após as eleições legislativas portugueses.

Os Comunistas na Assembleia da República

Maioria insiste na batota

Trata-se da ponta final desta sessão legislativa e os dias são curtos para os planos de cada grupo parlamentar, com o termo dos trabalhos à vista, a menos que seja decidido o prolongamento. Apesar, porém, da concentração de trabalho, a direita não tem perdido oportunidade para se afirmar contrária ao regime que a deixa governar.

Foi assim que, no passado dia 28, uma quarta-feira, logo após a votação que aprovou e fez baixar à comissão respectiva uma proposta do Governo e um projecto do PCP sobre a criação de novas freguesias, o insólito aconteceu. Tendo o Presidente da República, como é habitual, solicitado autorização para a sua deslocação à Noruega e após a votação lhe ter concedido por unanimidade, o PPD, pela voz do deputado Moreira da Silva, fez um «reparo»: que o Presidente devia dar conhecimento, detalhado e com antecedência, do programa de cada viagem.

«Pelo menos impertinante e completamente insólita», foi como o deputado comunista Veiga de Oliveira classificou tal «reparo» e tal pretensão, já que foi a primeira vez, depois de mais de uma dezena de situações semelhantes, que na Assembleia se produzia tal exigência. Esta questão viria a abrir campo a várias declarações de voto. De novo ficou bem marcada a diferença: de um lado a direita que, a todo o custo e mesmo a despropósito, não perde a oportunidade para atacar outros órgãos de soberania. Do outro, os partidos democráticos. Desta vez, os reformadores não seguiram fielmente os desígnios AD e Medeiros Ferreira viria entretanto a ser aplaudido pelo deputado PPD Meneres Pimentel, sinal que as desinteligências no seio da maioria crescem.

A voz do «diabo»

No dia seguinte, o CDS atacava. Na sua mira, toda a oposição. A sua arma, as palavras de Azevedo Soares, que mereceram o protesto de Helena Cidade Moura, do MDP. Ao despeito que o deputado CDS mostrou quanto à posição do MDP – aliança com o PCP e «ligações» com o PS –, responderia aquela deputada que se tratava de laços vindos do tempo da luta antifascista. Mas Azevedo Soares, por certo, não poderia compreender tal luta.

Almeida Santos, do PS, aconselhou análise psicanalítica à intervenção do CDS, denunciando-lhe as contradições. Igrejas Caeiro, por seu lado, observaria que a «análise política» de Azevedo Soares o indicava para colaborador da «Rua» ou do «Diabo». Veiga de Oliveira, do PCP, pediu apenas a palavra para declarar que a indigência da intervenção do CDS não merecia sequer um protesto.

A direita – sem os reformadores – apresentaria depois um voto contra o terrorismo. Apenas a primeira alínea conseguiu a unanimidade; tratava aí de uma manifestação de pesar pelas vítimas do terrorismo. As alíneas seguintes foram aprovadas por maioria – PPD, CDS, PPM –, pois pretendiam retirar à Assembleia e ao Presidente da República, em proveito exclusivo do Governo, as suas competências para legislar sobre a matéria.

Antes ainda de se continuar a discussão do pacote sobre as regiões autónomas – que se iniciara na véspera –, discussão que o comandante Almeida e Costa, conselheiro da Revolução, esperava observar, na sua qualidade de coordenador das questões que dizem respeito àquelas regiões, e cuja presença não coibiu deputados da direita de, enviesadamente, lhe dirigirem observações menos cortezes, seria votado, por unanimamente, uma proposta de resolução do PCP, recomendando ao Governo providências no sentido de vir a ser criada, no mais curto prazo, na Universidade do Porto, a licenciatura em Direito. Como se tratava de entregar ao Governo essa capacidade, já a direita votou favoravelmente. Antes, todas as razões tinham sido boas para recusar à capital do Norte uma Faculdade de Direito.

Autonomia

A discussão do pacote da autonomia – assim chamado por se tratar de um verdadeiro pacote de diploma onde avultavam os estatutos para aquelas regiões autónomas – foi demorada e algo fastidiosa, ressentindo-se por um lado do facto de se ter procedido ao seu debate em conjunto e, por outro, por ter atravessado dois dias de trabalho, repletos ainda com a discussão e votação de outros diplomas.

O projecto da Madeira – aquele que mais críticas viria a colher da parte da oposição, apontando-lhe Almeida Santos do PS dezenas de inconstitucionalidades, e classificado por Vital Moreira como inaceitável – seria contudo aprovado por toda a direita a que se juntaram os votos do Partido Socialista; PCP e MDP abstiveram-se. Na generalidade, o projecto dos Açores conseguiu a unanimidade da Câmara.

No pacote incluia-se uma série de diplomas. Todos aprovados. Uma proposta de lei, da Assembleia Regional da Madeira, sobre a entrada em vigor nas regiões autónomas dos diplomas emanados dos órgãos de soberania, mereceu a abstenção do PCP e votos contrários do PS e do MDP. Todos os partidos da oposição votaram contra uma proposta de lei, vinda da mesma Assembleia Regional, que visa suspender nas regiões autónomas os diplomas impugnados pelas Assembleias respectivas junto do CR. O PS votou com a AD – abstendo-se o PCP e votando o MDP contra – a proposta de lei sobre a entrada em vigor nas regiões autónomas dos diplomas emanados dos órgãos de soberania e dos publicados no «Diário da República». A oposição em peso votou contra a proposta que suspende nas regiões autónomas a aplicação de diplomas cuja constitucionalidade seja impugnada pelas respectivas Assembleias. A unanimidade verificou-se aprovando uma proposta de lei que considera determinadas áreas dos Açores, afectadas pelo sismo de 1 de Janeiro, como economicamente mais desfavorecidos para efeitos de benefícios fiscais. Finalmente, o projecto do PCP – sobre o regime de eleição das Assembleias Regionais, foi rejeitado, registando-se a abstenção do PS.

Outra vez a batota

Uma série de iniciativas do PCP marcariam o último dia de trabalhos da semana parlamentar, que acabava com interpelações ao Governo no horizonte.

A unanimidade reuniu-se à volta de um voto apresentado pela deputada comunista Ercília Talhadas, manifestando-se pelo cumprimento da Declaração Universal dos Direitos da Criança e apoiando os esforços tendentes à proclamação e celebração da «Década de Criança» no contexto de uma política de paz e desanuviamento correspondendo aos interesses profundos dos povos e das crianças portuguesas e de todo o mundo». A unanimidade do voto, porém, não bastou para que, ridiculamente, a AD se não pronunciasse sobre... o Afeganistão!

Uma proposta de resolução, também do PCP, e que viria a ser apoiada por toda a oposição, seria rejeitada pela AD. A proposta visava a divulgação e clarificação completa das posições adoptadas na Assembleia no tocante à aplicação da Lei das Finanças Locais. A maioria não quis mostrar as mazelas ao povo. E a separata que seria publicada e que iria mostrar quem está contra, e porquê, a aplicação da Lei das Finanças Locais, não vai sair à luz do dia.

Seria rejeitada também a impugnação pelo PCP e pelo PS ao novo projecto de lei do recenseamento de emigrantes – que tem o descaramento de reaparecer na Assembleia. Assim, o projecto da «ignóbil porcaria» e da «batota eleitoral» passa outra vez. Na mente dos seus autores, porém, há já o medo de a verem vetada de novo.

"É preciso ter lata!"

Se alguma coisa ressalta do que já aqui foi dito no início do debate desta interpelação e do que se sabe sobre a política governamental para o sector da comunicação social é que o Governo pretende esconder do povo e do país verdades simples e directas que agora são patentes para todos: hoje, ao contrário do que foi prometido, os portugueses vivem pior!

Com estas primeiras palavras da sua intervenção, o deputado Jorge Lemos, do Partido Comunista Português, colocaria de novo no lugar próprio o debate que ameaçava desvanecer-se logo no primeiro dia à interpelação do Partido Socialista sobre a política do Governo na Comunicação Social, o executivo AD, que primou pelas recusa de responder às acusações, tentava furtar-se à matéria em questão.

Pareceu até, logo de início, tentar furtar-se à interpelação, a avaliar pelo atraso com que os ministros – Freitas do Amaral, Balsemão, Raposo e Sousa e Brito – apareceram nos seus bancos. Eram quase 16 horas e ainda a bancada do Governo se encontrava vazia, o que levou Carlos Lage, do PS, a sugerir que a sessão fosse suspensa. Verificadas, porém, as presenças dos ministros, iniciou-se a interpelação, com a intervenção de Almeida Santos, do Partido Socialista.

Estranhamente, as bancadas do PPD tinham, porporcionalmente, menos presenças que as do CDS. Estavam ralos os lugares dos parlamentares da direita. Em compensação, na galeria reservada às personalidades, amontoavam-se, façanhudos, os homens AD do aparelho da Comunicação.

Almeida Santos faria, em tom mordaz, um rol de acusações ao Governo, perante sorrisinhos de defesa estampados nas faces da Aliança reaccionária.

José Niza, José Manuel Nunes e António Reis, seguiram-se no uso da palavra, durante a hora reservada à abertura do debate pelo PS. Apesar de bastante centrada na defensiva, a intervenção de José Niza não deixou de denunciar o facto de a AD pretender transformar o debate numa contra-interpelação rectroactiva. José Manuel Nunes, que nesse dia substituía João Lima, foi quem produziu a intervenção mais eficaz. Com o conhecimento de causa que lhe deu a sua experiência na RDP, as denúncias da manipulação AD, dos casos de censura e de compradio, os abundantes exemplos deixaram algo engasgados os deputados da direita. Até Freitas do Amaral franzia o sobrolho. É que não se tratava apenas de ouvir conhecidos casos de desonestidade política. Também a supresa asneira política da AD ali ficava patente.

Depois da intervenção de António Reis e de uma suspensão pedida pelo PPM, foi a vez do Governo falar. Com grande quantidade de números, Sousa e Brito, o pesado secretário de Estado da Comunicação Social que os portugueses ficaram a conhecer da sua aparição televisiva de há dias, pretendeu cobrir as acusações e as perguntas que o partido interpelante dirigiu ao executivo. Pinto Balsemão, por sua vez, quis refugiar-se em generalidades e discutir regras deontológicas. As falsidades que proferiu retiraram-lhe a dimensão de jornalista que porventura gostaria de aparentar.

Tal como os deputados AD que se lhes seguiram – Adelaide Paiva, do PPD, Luís Coimbra, do PPM, e Sousa Tavares, reformador – os membros do Governo interpelado não refutaram acusações. Filosofia, deontologia, economia foram as disciplinas que escolheram para se furtarem. Além dos ataques sistemáticos ao Partido Socialista e ao PCP, tentaram mostrar-se os mais puros defensores da liberdade de imprensa. De tal modo que, repetidas vezes, se ouviu uma frase, do lado da oposição: «É preciso ter lata!»

Governo e "AD" submersos em vaga de interpelações

Governo e maioria apoiante encontram-se neste momento verdadeiramente submersos por uma vaga de interpelações dirigidas ao executivo de Sá carneiro. Logo que souberam das intenções do Partido Socialista em questionar o Governo sobre Comunicação Social, os estrategas da AD prepararam-se para, mesmo antes de conhecerem o teor das perguntas, devolverem «a bola» e livrarem-se das acusações do presente com acusações do passado. Mas logo no horizonte surgia mais outra interpelação, cuja marcação se prevê para a próxima semana. Trata-se agora de uma iniciativa do grupo parlamentar comunista.

A interpelação do PCP foi anunciada em conferência de Imprensa, na passada quinta-feira, quando muitos jornalistas se interrogavam já sobre que tema ela iria versar. E a alguns surpreendeu o facto de o debate solicitado vir a centrar-se sobre a política social e os problemas relacionados com o bem-estar dos portugueses, e não sobre política externa.

O camarada Carlos Brito, que se encontrava acompanhado por outros deputados do PCP — Alda Nogueira, Vital Moreira e João Amaral — explicaria: por um lado o PCP apenas dispunha agora de uma só oportunidade para interpelar o Governo, já que o houvera feito uma outra vez. E, em matéria de política externa **tem vindo o PCP, afinal, a interpelar o Governo, nos últimos dias colocando-lhe as mais graves questões.**

Carlos Brito enumerou algumas:

Desde a sua posição face a tentativas visando o desanuviamento (como o encontro de Varsóvia entre os Presidentes Brejnev e Giscard d'Estaing); o isolamento crescente na política externa, designadamente no que toca à posição face ao Irão (que está cada vez mais longe da atitude assumida pelos países europeus, nomeadamente os da CEE que notoriamente se têm vindo a demarcar cada vez mais da política de sanções e agressão dos Estados Unidos); o relacionamento com os novos Estados constituídos nos países libertos do colonialismo português (que têm sido dificultados com os contactos e apoio que o Governo tem mantido e dado a organizações hostis àqueles Estados); a atitude inadmissível de não concessão de vistos de entrada em Portugal a cidadãos dos países socialistas; a posição do Governo no que toca aos emigrantes (por um lado, a demagogia barata a propósito do recenseamento no estrangeiro, por outro o total desprezo pelos reais interesses e dificuldades desses portugueses, bem patente no facto de até agora não ter sido regulamentada a Lei das Comissões Consulares de Emigrantes).

O presidente go grupo parlamentar comunista considerou mais adiante:

Em matéria de política externa é, pois, o Governo que deve explicações à Assembleia da República sobre graves questões que lhe têm sido colocadas nos últimos dias pelo nosso Grupo Parlamentar.

Quando o Governo ensaia uma nova operação de propaganda (é a terceira, pelo menos) a propósito das ridículas medidas sobre segurança social inseridas no OGE e sobre as decantadas reduções fiscais que, como demonstrámos, beneficiam fundamentalmente os altos rendimentos — importa demonstrar, uma vez mais, que o que é líquido é a degradação das condições de vida do Povo português na vigência do Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral.

A interpelação do PCP incidirá especialmente sobre as políticas de emprego, preços e salários, segurança social, saúde e habitação.

Trata-se, como se vê, de questões da maior importância para os trabalhadores e o Povo português, questões à volta das quais se decide uma verdadeira política de bem-estar social.

Porque a AD a elegeu como matéria privilegiada da sua demagogia, a verificação, após cinco meses de vigência do Governo PPD/CDS, do agravamento generalizado da situação nestes domínios é particularmente esclarecedora para o Povo português.

Agravamento do desemprego: **Torna-se particularmente preocupante a recente autorização governamental do despedimento de 212 trabalhadores da Standard Eléctrica.** Aumento incessante do desemprego **é também uma das mais desastrosas consequências da política criminosa de destruição e repressão seguida pelo MAP em relação à Reforma Agrária.**

Congelamento da contratação colectiva e política de repressão salarial **é o que é posto em evidência pela profunda tensão social que se tem mantido e agudizado ao longo destes cinco meses e que se manifesta expressivamente na luta dos trabalhadores da função pública, metalúrgicos, da panificação, químicos e gráficos.**

Aumento continuado dos preços, inclusivamente de bens essenciais como o peixe e a fruta, que todos os portugueses comprovam é que destroem as curvas da demagogia da AD e da propaganda oficial.

Agravamento **é também a síntese da situação decorrente da política de segurança social, de saúde e da habitação que o Governo tem levado a cabo.**

Todos estes pontos serão detalhados na interpelação, quer no que se refere ao aprofundamento da denúncia da política do Governo, quer no que se refere à explanação das nossas propostas alternativas.

A pior sessão

O dirigente comunista aproveitaria a oportunidade da Conferência de Imprensa para fazer algumas considerações sobre a actividade do grupo Parlamentar do PCP no decorrer da presente sessão legislativa.

O PCP durante esta sessão apresentou 51 projectos de lei respeitantes a um vasto leque de matérias que vão desde a garantia de direitos fundamentais dos cidadãos e das organizações de trabalhadores, à agricultura, silvicultura, ensino, habitação, segurança social, cultura, poder local.

Quatro destes projectos foram objecto de apreciação pelo plenário da Assembleia, tendo sido rejeitados 3, e 1 aprovado na generalidade. A rejeição foi evidentemente ditada pelo voto dos partidos de direita, pois tratava-se de projectos que visavam garantir a defesa da floresta, a criação de uma Faculdade de Direito na Universidade do Porto e finalmente assegurar a participação dos trabalhadores, no cumprimento da Constituição, na gestão das instituições de segurança social.

Apresentámos por outro lado 22 requerimentos de sujeição a ratificação de decretos governamentais dos quais 4 foram debatidos pelo plenário da AR. Relembre-se que foi na sequência de pedido de ratificação do PCP que foi revogado o decreto Mota Pinto sobre o aumento das rendas de casa.

Produzimos 33 intervenções e declarações políticas no período de Antes da Ordem do Dia e apresentámos 277 requerimentos ao Governo, o que representa 57% do total de requerimentos apresentados nesta sessão legislativa.

Fizemos muitas centenas de intervenções no processo legislativo normal e nos debates especiais de apreciação do Programa do Governo e das interpelações e não nos limitámos a contestar as iniciativas legislativas do Governo e dos partidos da direita. Relativamente a todas as que versavam matérias importantes produzimos fundamentadas propostas de alteração, de entre as quais nos permitimos chamar a atenção para as que apresentámos em relação às propostas de lei do Plano e do OGE para 1980.

Com esta exposição, Carlos Brito refutou as acusações caluniosas, feitas pela Comissão Permanente da AD aos partidos da oposição e em particular ao PCP, de actividade de «pura obstrução».

O presidente do grupo parlamentar do PCP acusou a AD de obstruir a actividade da AR, através de planos golpistas visando a subversão da ordem institucional. A tangencialidade, a precaridade e a incompetência da maioria acabou por afectar também, e permanentemente, os trabalhos da AR.

Denunciando, quanto ao primeiro aspecto, as posições de afrontamento entre as instituições que a direita procurou fomentar, Carlos Brito referiu-se a seguir, à incapacidade da AD para responder às diversas frentes do trabalho parlamentar. Enquanto procurava «governamentalizar a AR», a AD exibia um magro lote de iniciativas legislativas, algumas assumindo foros de escândalo público, como a amnistia do tráfico organizado de automóveis roubados.

O que é ainda mais significativo:

As Comissões não funcionaram. Os trabalhos do plenário foram frequentemente entorpecidos ou doentiamente prolongados ou porque os partidos da direita não estavam em condições de votar, ou porque estando não queriam perder oportunidade de o fazer.

A coligação governamental procurou transformar este órgão de soberania numa agência ao serviço dos interesses, das conveniências, dos caprichos do Governo, da coligação e até de deputados da direita tomados individualmente.

Esta foi, qualitativamente, sem dúvida, mas também quantitativamente, a pior das sessões legislativas da Assembleia da República.

Desfazer equívocos e defender a autonomia

A votação na generalidade dos projectos de estatutos político-administrativos das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, suscita-nos a seguinte declaração de voto:

1. Pela maneira como participou no debate e fez as suas votações, o Grupo Parlamentar do PCP deixou claro o propósito de contribuir o melhor que lhe é possível para a elaboração e aprovação dos Estatutos regionais definitivos dos Açores e Madeira por forma a que a autonomia seja finalmente institucionalizada e garantida com toda a solidez que a Constituição da República estabelece.

2. No momento em que a Assembleia da República inicia finalmente o processo de aprovação dos estatutos regionais definitivos com a votação na generalidade das propostas das Assembleias Regionais, não poderemos nós deixar de chamar a atenção aqui, como temos feito em várias oportunidades, aqui e lá fora, para o tempo perdido (para os anos perdidos) o que só contribuiu para deixar campo de manobra aos que fazem da autonomia uma chantagem e para avolumar incompreensões, tensões e crispações numa matéria que a Assembleia Constituinte resolveu com apurado sentido de interesse das populações das ilhas atlânticas portuguesas e dos interesses da unidade nacional.

Só por aleivosia essa perda de tempo e os graves prejuízos dela decorrentes podem ser atribuídos à anterior composição política da Assembleia da República.

Importa dizer hoje que os únicos que dispunham de competência para tomar a iniciativa – as Assembleia Regionais – não o fizeram durante três anos (caso dos Açores) ou fizeram-no de forma tão afrontosamente anti-constitucional e anti-nacional que mais do que abrir era evidente o propósito de fechar o processo (caso da Madeira).

Esta circunstância legitima a conclusão de que se só hoje a Assembleia da República se debruça sobre esta questão, as responsabilidades cabem por inteiro ao PPD/PSD e que o Partido de Sá Carneiro não protelou por três anos este debate em benefício da autonomia e da sua definição institucional, mas para conservar nas suas mãos um instrumento de chantagem e pressão sobre a política nacional e favorecer a manutenção e consolidação de um poder regional reaccionário nos Açores e na Madeira.

3. Na verdade, as tensões e as crispações que em torno das autonomias regionais têm sido fomentadas e desenvolvidas são da inteira responsabilidade daqueles que, nas regiões autónomas, querem conservar a todo o custo os privilégios e as formas de exploração estabelecidas durante o regime fascista, os que querem impedir a todo o custo a implantação e a vigência da vida democrática com respeito pleno pelas liberdades e garantias dos cidadãos e a plena garantia de actividade dos partidos políticos, bem como os que, nas Regiões e no continente, manipulam e instrumentalizam a autonomia como forma de chantagem e pressão tendente a impor um curso reaccionário à vida política portuguesa.

No debate que acabámos de travar ecoou claramente a ressonância desses interesses inconfessáveis que desaguam tanto na negação das conquistas e avanços sociais do nosso povo, como na repressão das liberdades políticas e nas operações de intimidação, pelo bombismo e a ameaça, das forças democráticas, políticas e sindicais.

Ouviu-se ainda a palavra daqueles que para defenderem os seus privilégios políticos, económicos e sociais não hesitam em pôr em causa a unidade e a integridade da Pátria portuguesa.

4. Por tudo isto importa cortar cerce todo o equívoco nesta questão. Foi o que pretendeu o Grupo Parlamentar do PCP na votação na generalidade que acabamos de fazer.

Votando a favor da proposta da Assembleia Regional dos Açores quisemos afirmar que a admitimos como uma base de trabalho, que embora defeituosa e com algumas graves inconstitucionalidades, pode permitir a elaboração de um Estatuto correcto.

Faremos propostas de alteração para superar as incorrecções e as inconstitucionalidades.

Se vingarem, manteremos o nosso voto positivo, se não forem consideradas teremos que rever a nossa posição de voto.

Votámos contra a proposta da Assembleia Regional da Madeira para assinalarmos e protestarmos com a força de um acto contra as múltiplas e escandalosas inconstitucionalidades que comporta e as agressões inviesadas que apresenta à unidade nacional.

Também apresentaremos propostas de alteração à proposta da Assembleia Regional da Madeira. Pese embora o nosso voto na generalidade, de bom grado o alteraríamos, se as nossas propostas de alteração fossem contempladas.

Num caso e noutro o nosso critério é o de que os Estatutos se devem conformar com a Constituição. Pois como temos afirmado: a autonomia para ser grande não precisa de ser inconstitucional.

5. A autonomia fez-se a favor do bem-estar das populações, do progresso das regiões e da defesa e consolidação da unidade nacional.

A autonomia é filha da liberdade, é uma conquista de Abril, é uma realização do nosso regime democrático-constitucional.

A autonomia regional dos Açores e da Madeira é uma força para a plena libertação das populações dos Açores e da Madeira e de todos os trabalhadores portugueses. Defende-la-emos mesmo nas condições mais difíceis, como já nos tem acontecido, e lutaremos por ela incansavelmente.

Carlos Brito
30/5/80

Freguesias: critérios flexíveis

(...) O Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português tem vindo desde há mais de ano e meio a sustentar a necessidade de actualizar as categorias de numerosas localidades portuguesas, dado que se verificam desajustamentos entre as suas categorias, por um lado, e a sua realidade demográfica e socioeconómica, por outro.

O Grupo Parlamentar do PCP tem vindo a sustentar igualmente a necessidade da criação de numerosas freguesias, seja em função da crescente identidade e importância demográfica e social dos respectivos aglomerados, seja em função das distâncias destes em relação às sedes das actuais freguesias, seja ainda em função de razões socioculturais e históricas poderosas.

A prova mais eloquente dessa necessidade está no facto de haverem sido já apresentados aqui na Assembleia da República cerca de 80 projectos de criação de freguesias, cerca de 20 projectos de elevação a vila e cerca de 15 projectos de elevação a cidade.

(...) Como é sabido, para as necessidades de desenvolvimento de numerosas localidades é vital a sua elevação a sede de freguesia; nas aspirações de muitas populações essa elevação é considerada decisiva para o seu futuro.

Depois, como também todos sabemos, as realidades das nossas freguesias são profundamente diversas entre si: temos desde freguesias com dezenas de habitantes até freguesias com 100 mil habitantes.

As diferenças, por exemplo, entre uma freguesia rural do chamado Nordeste, do Alentejo ou da Ilha do Corvo, nos Açores, por um lado, e freguesia dos arredores de Lisboa ou Porto, por outro, são enormes.

Só pois, a fixação de critérios flexíveis permitirá ter em conta estas necessidades e realidades na sua objectividade e diversidade.

Por isso os critérios propostos pelo PCP não exigem formalização legal de uma tabela imperativa de indicadores mínimos e uniformes para a generalidade dos casos e a cuja verificação matemática se subordinasse a deliberação da Assembleia da República.

Os critérios rígidos que poderiam servir para as áreas semiurbanas dos concelhos à volta de Lisboa não serviriam obviamente para as áreas no nordeste transmontano.

Que propomos, em suma?

A ponderação sem carácter imperativo dos indicadores numéricos (sejam demográficos, sociais ou económicos) no contexto da região e da zona e a conciliação dessa ponderação com a avaliação das coordenadas socio-culturais e históricas. Tais cuidados são tanto mais de aconselhar quanto são conhecidas as insuficiências e debilidades do nosso aparelho estatístico.

Nada temos a objectar à utilização a nível interno da Comissão de Administração Interna e Poder Local de tabelas que facilitam a ponderação de indicadores, sem valor imperativo porém.

Ao contrário, a tabela contida na proposta de lei do Governo condenaria numerosas localidades e áreas ao imobilismo.

É absurdo exigir, como pretende o Governo, que quaisquer localidades candidatas a sede de freguesia tenham 8 tipos diferentes de estabelecimentos e serviços. Como se durante 50 anos o fascismo tivesse colocado os serviços necessários por toda a parte e desenvolvido harmoniosamente a economia das várias regiões do país...

O que essas localidades querem e precisam é da promoção que fomente a criação de serviços e a participação das suas populações na construção do seu futuro económico.

José António Veríssimo
(28/5/80)

Conferência do PCP: Portugal e o Mercado Comum

A Conferência do PCP que decorreu no Porto sob o tema «Portugal e o Mercado Comum» fez jus à designação que para ela se escolheu. Primeira iniciativa deste género e deste alcance realizada no nosso País, tão carecido do esclarecimento mais elementar sobre uma opção cujos defensores nunca explicaram, a Conferência, com uma participação vasta e diversificada, dentro e fora do Partido, mostrou pela primeira vez, todas as parcelas da conta que os trabalhadores e a economia nacional terão de pagar, se a adesão ao Mercado Comum vier a concretizar-se.
O estilo de trabalho do Partido, o trabalho colectivo, funcionou novamente. Preparada com tempo e organizada de modo a permitir a participação mais alargada, a iniciativa do PCP que culminou (mas não terminou) com o grandioso comício de sábado no Porto foi antecedida de 20 colóquios públicos realizados este ano em zonas tão diferenciadas do País coma Almada, Braga, Canas de Senhorim, Castelo Branco, Santarém, Viana do Castelo, Vila Flor, Faro, Évora, Coimbra. Covilhã, Peniche, Funchal, Guimarães, Lisboa, Marinha Grande, Moncorvo e outras localidades.
Esses colóquios públicos que, como lembrou Carlos Costa na sessão de abertura da Conferência, contaram com a participação de trabalhadores, técnicos de diferentes ramos e de alta qualificação, pequenos e médios comerciantes, industriais e agricultores, ilustram bem o nosso estilo de trabalho colectivo documentam a vasta unidade de pensamento e acção existente nas fileiras do Partido e a sua abertura bem expressa na preparação e no decurso da Conferência durante a qual foram solicitados perto de 300 convites de ingresso para além do milhar já anteriormente distribuídos fora do Partido.
Podemos afirmar que o preço da adesão ao Mercado Comum foi amplamente confirmado num debate democrático e que quem conferir a adição das parcelas apresentadas na Conferência verificará que o Partido tem razão.

Na sessão de abertura, quando usava da palavra o camarada Carlos Costa

Um dia de intenso trabalho para evitar anos de ruína

Mais de 70 comunicações que suscitaram 224 intervenções; 39 horas de debate no total das sete secções; 600 delegados e mil convidados de todos os pontos do País (operários e empregados, camponeses e pequenos industriais, comerciantes e agricultores, economistas e militantes sindicais, quadros técnicos e investigadores) participando vivamente na discussão dos temas em debate — eis alguns números que podem traduzir o que foi a Conferência do PCP «Portugal e o Mercado Comum», realizada no passado sábado no Porto.

Os trabalhos da Conferência iniciaram-se às 9 e 30 de sábado no Salão Nobre da Faculdade de Economia do Porto, com uma sessão plenária de abertura em que se procedeu à eleição da Mesa da Presidência, à aprovação do Regulamento da Conferência, à eleição dos membros das Mesas das 7 secções em que se dividiram os trabalhos, e ainda dos membros do Secretariado e da Comissão de Redacção, bem como à aprovação da Ordem de Trabalhos.

Foram eleitos para a Mesa da Presidência os camaradas **Álvaro Cunhal**, secretário-geral do PCP, **Carlos Costa**, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC, **Ângelo Veloso**, membro suplente da Comissão Política — que presidiu à sessão plenária de abertura — e **Domingos Abrantes**, da Comissão Política e do Secretariado do CC.

Os camaradas **Rosa Dias, Avelino Gonçalves, Nuno Paiva, Vasco Paiva, Aniceto Arroz Rodrigues, Ivone Fidalgo Soares, Joaquim Precaté Malacho, António Anacleto, Mário Silva, Carlos Ramildes, Ilídio Esteves, Mário Aguiar** e **Dec Mota** foram igualmente eleitos para a Mesa da Presidência representando, respectivamente as Direcções das Organizações Regionais do **Porto**, do **Minho**, de **Trás-os-Montes**, da **Beira Litoral**, da **Beira Interior**, de **Leiria**, de **Santarém**, de **Lisboa**, do **Alentejo**, de **Setúbal**, do **Algarve** e das Regiões Autónomas da **Madeira** e dos **Açores**.

Tomaram ainda lugar na Mesa da Presidência os camaradas **Armando Castro, Jorge Leite, Vidal Pinto, Magarida Tengarrinha, Veiga de Oliveira, Oliveira Dias** e **José Covas**, bem como **Duarte Drumon Esmeraldo, António Carvalho, Maria Teresa Ponce Leão** e **Osvaldo Azinheira** a estes últimos representando os Organismos de Quadros Técnicos, respectivamente da Beira Litoral, de Lisboa, do Porto e de Setúbal).

Finalmente, tomaram lugar na Mesa da Presidência os camaradas **Carlos Amaro e Alves da Silva** (do **GTACA**), **Rui Dantas Ferreira, João Andrade Santos, Carlos Carvalhas, Fernando Sequeira** e **Gorjão Duarte (membro da CAE), Augusto Sousa** (em representação do sector de **Emigração**) e **Pina Moura** (representando a **JCP**).

Depois de ter sido cantado o «Hino Nacional» e a «A Internacional», o camarada Ângelo Veloso proferiu uma saudação a todos os presentes.

Saudando os 600 delegados presentes, o dirigente do PCP começou por sublinhar que, ao fazê-lo, saudava todas as organizações e militantes que ali representavam, **bem como o combate diário dos comunistas pelo progresso, pela prosperidade, mas também pela independência nacional.**

E acentuou: **Sois aqui os porta-vozes do esforço persistente dos comunistas para contribuir, para encontrar respostas e caminhos de solução para os grandes problemas que afectam não apenas a classe operária e os trabalhadores, mas todas as classes e sectores médios do nosso povo, todo o desenvolvimento e o futuro do nosso País.**

Referindo-se seguidamente aos convidados, disse Ângelo Veloso: **Quisemos que estivessem presentes nesta Conferência um leque muito amplo de individualidades e instituições portuguesas.**

Convidámos a Presidência da República e o Conselho da Revolução.

Convidámos também personalidades e técnicos, de público prestígio e mérito, sem filiação partidária ou membros activos e, por vezes, dirigentes, do MDP/CDE, do Partido Socialista e da UEDS; a CGTP-Intersindical, Federações, Uniões e Sindicatos de vários pontos do País, assim como ordens e institutos; a Faculdade de Economia do Porto e o Instituto Superior de Economia de Lisboa; sindicalistas, economistas, democratas de vários quadrantes — foram convidados para virem participar nos nossos trabalhos.

Depois de ter saudado todos os convidados — incluindo os que por fundadas razões não puderam estar presentes — o dirigente do PCP afirmou:

Através deles e neles nós queremos saudar todos aqueles que, não sendo comunistas, deram a sua contribuição valiosa nos estudos e debates preparatórios, inclusive nas conferências, encontros e colóquios regionais realizados por todo o País. A vossa presença aqui testemunha que, no diálogo e no esforço comum de aproximação, é possível fazer convergir e unir os patriotas, os democratas e as forças progressistas da nossa pátria, na procura de saídas nacionais para os problemas nacionais.

Depois de ter saudado igualmente as delegações estrangeiras presentes aos trabalhos da Conferência, e de ter manifestado os agradecimentos do PCP ao Conselho Directivo da Faculdade de Economia do Porto, à respectiva Associação de Estudantes e funcionários, bem como aos Serviços de Cantina da Universidade do Porto a cedência de instalações e todas as facilidades e apoios prestados, o camarada Ângelo Veloso concluiu a saudação afirmando:

Estamos certos, camaradas e amigos, que os trabalhos desta Conferência irão servir os interesses do nosso povo e do nosso País e irão reforçar a aproximação e o entendimento das forças progressistas de Portugal e da Europa.

Coube ao camarada Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, proferir a intervenção de abertura, com que, simultaneamente, foi encerrada a Sessão Plenária e se deram início aos debates **(ver página 8)**.

Começaram então, depois de um pequeno intervalo, os trabalhos das sete secções, que se haveriam de prolongar até ao fim da tarde de sábado.

A **1.ª Secção** abordou o tema **Efeitos Globais da Adesão e Alternativa**. Os trabalhos desta secção foram coordenados por uma Mesa constituída pelos camaradas **Armando Castro** (presidente), **Octávio Teixeira** (relator), **Carlos Pimenta** e **Lino Lima** (secretários). Nesta secção, foram apresentadas e discutidas as seguintes comunicações: **«Portugal e o segundo alargamento da CEE nas actuais condições da crise económica internacional»**, por Armando Castro; **«Agravamento recente das desigualdades inter países na CEE»** e **«O alargamento da CEE e a crise do capitalismo»**, ambas por Sérgio Ribeiro; **«A 'crise energética' e a adesão à CEE»** por Rui Rosa; **«Efeitos globais da adesão à CEE na economia portuguesa»**, por Octávio Teixeira; e **«A alternativa à CEE»**, por Carlos Carvalhas.

A **2.ª Secção** foi dedicada às questões de **Trabalho e Emigração**, tendo a coordená-la uma mesa constituída por **Jorge Leite** (presidente), **Alice Almeida** (relator), **Barros Moura, Augusto de Sousa** e **Pina Moura** (secretários). Os trabalhos desta secção iniciaram-se com uma intervenção do camarada **Domingos Abrantes**, após o que foram apresentadas as comunicações: **«A livre circulação de trabalhadores na CEE e a emigração»**, por Augusto de Sousa; **«A política salarial na CEE e a situação portuguesa»**, por João Carvalho; **«Segurança Social»**, por Eduardo Fonseca; **«O Fundo Social Europeu: o que tem sido, para que tem servido»**, por Joaquim Correia; **«Adesão de Portugal à CEE — contra os interesses da juventude»**, por Jaime Conde; **«Direitos dos Trabalhadores»**, por Barros Moura.

Pescas foi o tema debatido na **3.ª Secção**, em que a Mesa era constituída por **Vidal Pinto** (presidente), **Andrade Santos** (relator) e **José Gomes** (secretário). Várias comunicações alimentaram o debate desta secção: **«Consequências da adesão no sector das pescas: o problema central do acesso aos recursos»**, por Andrade Santos; **«A capacidade de resposta das nossas estruturas»**; **«Implicações do regime comunitário de organização de mercados e formação de preços»**; e **«Efeitos da adesão para a indústria conserveira»**.

A **4.ª Secção** foi dedicada à **Agricultura**, tendo a coordená-la uma mesa constituída por **Margarida Tengarrinha** (presidente), **Vítor Louro** e **Virgílio Ferreira** (relatores), **Alfredo Campos** e **Mário Rodrigues** (secretários). Foram apresentadas as comunicações: **«A política agrícola comum (PAC) e as estruturas agrárias em Portugal»**, por Margarida Tengarrinha; **«A floresta portuguesa e a adesão à CEE»**, por Pedro Moura; **«O açúcar»**, por Alves da Silva; **«Consequências na política cerealífera da entrada de Portugal na CEE»**, por João Carita; **«Oleaginosas»**, por Emílio Pedroso; **«O Tabaco»**, por António Garcia Basílio; **«Reflexos da integração de Portugal na CEE no sector das carnes»**, por António Bruto da Costa; **«A política leiteira da CEE e as suas repercussões em Portugal»**, por Jaime Rocha Machado; **«A cultura da batata e os reflexos da entrada na CEE»**, por Enes da Silva; **«Consequências da adesão de Portugal à CEE para o sector horto-frutícola»**; **«A agricultura da Região Antónoma da Madeira e a CEE»**, por João Lizardo; **«As indústrias alimentares em Portugal face à CEE»**, por Rogério Brito; **«A produção vinícola portuguesa e a adesão à CEE»**, por Carlos Amaro.

Indústria Ligeira foi o tema da **5.ª Secção.** Orientada por uma mesa constituída por **Veiga de Oliveira** (presidente), **Ilda Figueiredo e Dantas Ferreira** (relatores) e **Maria Armanda Costa** (secretária), nela foram debatidas as comunicações: **«O sector têxtil e o Mercado Comum»**, por Ilda Figueiredo; **«Fibras químicas de produção nacional: perspectivas da adesão à CEE»**, por Saraiva Alves; **«O sector das madeiras e a integração na CEE»**, por Vítor Ávila; **«Indústria de material eléctrico»**, por Dantas Ferreira; **«A electrónica em Portugal»**, por José António Gonçalves; **«Máquinas-ferramentas»**, por João Abel; **«A indústria dos mármores»**, por Dantas Ferreira.

A **6.ª Secção** debruçou-se sobre a **Indústria pesada, Extractiva e Construção Civil.** A Mesa era constituída por **Oliveira Dias** (presidente), **Sousa Marques** (relator), **Vaz de Carvalho** e **Eduardo Lago** (secretários). Foram apresentadas as seguintes comunicações: **«A indústria nacional perante a adesão à CEE»**, por Vaz de Carvalho; **«Sector Siderúrgico»**, por Sousa Marques; **«A indústria naval»**, por Miguel Moisés; **«A indústria extractiva»**, por António Aires; **«A indústria química portuguesa: perspectivas de desenvolvimento e a eventual integração na CEE»**, por Vítor Bizarro; **«A indústria química portuguesa: algumas questões fundamentais no quadro de uma eventual adesão à CEE»**, por Fernando Sequeira; **«A indústria química na perspectiva da CEE — Portugal e Espanha: algumas diferenças essenciais»**, por Matos Ferreira; **«A indústria de celulose face ao Mercado Comum»**; **«A indústria de papel e a CEE»**, por Aristides Fragoso; **«Indústria cimenteira portuguesa e a CEE»**; **«A dependência tecnológica e transferência de tecnologia»**, por Pedro Serra; **«A metalomecânica pesada e a integração na CEE»**.

Por último, a **7.ª Secção**, coordenada por uma Mesa constituída por **José Covas** (presidente), **Luís Santos** (relator) e **Manuela Morais** (secretária) teve como tema as questões de **Comércio, Transporte, Turismo.** Foram apresentadas as seguintes comunicações: **«O sector de transportes e o Mercado Comum»**, por José Covas; **«O pequeno e médio comércio perante a CEE»**, por Luís Santos; **«Relações Económicas externas»**; **«Comercialização de produtos agrícolas — papel dos organismos de coordenação económica perante a adesão à CEE»**, por Diamantino Matos.

Cinco delegações

O **Partido Comunista da Bélgica** esteve representado pelo camarada **Jacky Nagels**, membro do Comité Central, presidente da Faculdade de Ciências Sociais, Políticas e Económicas de Bruxelas.

O **Partido Comunista Francês** esteve representado pelo camarada Gircard Laprat, secretário-geral do grupo comunista do parlamento Europeu.

O **Partido Comunista Grego** esteve representado pelo camarada **Yannis Dragasakis**, membro do Comité Central e da Comissão para o Trabalho Ideológico junto do CC.

O **Partido Comunista Italiano** esteve representado pelo camarada **Giuseppe Vitali**, senador, responsável da Secção Agrícola do PCI.

O representante do **Partido Comunista Espanhol, camarada Roberto Sancho Hazak**, membro do Secretariado Agrário da Comissão Agrária do CC e responsável de agricultura no gabinete Parlamentar, apenas pode assistir, por motivos de ordem técnica, ao comício de encerramento.

Entretanto, enviaram saudações o **Partido Comunista Alemão**, o **Partido Comunista da Grã-Bretanha** e o **Partido Comunista da Holanda.**

A Faculdade de Economia do Porto, local onde decorreram os trabalhos da Conferência do PCP, é um edifício invulgar no panorama da nossa arquitectura. O arquitecto João Campos, solicitado pelo «Avante!» diz-nos que o projecto é do arquitecto portuense Viana de Lima, e confirma a nossa impressão de agrado pela excelente disposição da vasta estrutura de cimento e vidro que suporta grandes vãos (o salão nobre iluminado por uma clarabóia que faria inveja a dez estúdios de pintura forma uma só peça com o imenso átrio).

São muitos os aspectos inovadores. Materiais pré-fabricados recobrem paredes e pisos. Nos relvados adjacentes há grupos escultóricos de José Rodrigues.

O edifício de dois pisos, que entrou em funcionamento em 1969, cobre uma área muito vasta, em Paranhos, e inicialmente deveria constituir apenas uma peça de um vasto «campus» universitário que não chegou a ser construído.

Ao serviço do PCP para servir Portugal

Acaba de dar entrada na linha número três o comboio especial ao serviço do Partido Comunista Português com destino a Porto-São Bento — palavras proferidas algures, aos altifalantes de uma estação da Linha do Norte, a meio da madrugada do passado sábado.

Naquelas quatro carruagens ao serviço do PCP iam delegados e convidados da região de Lisboa com destino ao Porto, para participar na Conferência do PCP sobre Portugal e o Mercado Comum.

Operários e quadros técnicos, pequenos comerciantes, industriais e agricultores, economistas e dirigentes do PCP chegaram ao Porto escassas horas antes do início dos trabalhos da Conferência.

Da estação de S. Bento, pela Avenida dos Aliados acima, assistia-se às sete horas da manhã do passado sábado a um facto invulgar: um grupo de várias centenas de pessoas estendia-se por aquelas artérias do Porto, desdobráveis na mão, procurando o caminho certo até Paranhos (no outro extremo da cidade) onde se localiza a Faculdade de Economia do Porto.

Os desdobráveis tinham sido fornecidos por membros da organização do nosso Partido, que se encontravam na estação de S. Bento.

Na gare

Foi, também, na estação de S. Bento, cerca de uma hora da madrugada de domingo, que vários grupos de camaradas do Porto se concentraram para se despedirem dos delegados e convidados que iriam regressar a Lisboa.

Cantou-se — apesar do cansaço e do sono terem também nessa altura tirado já bilhete para a viagem de regresso — prolongou-se ali, na gare, as palavras de ordem e o entusiasmo vibrante vividos pouco tempo antes no grande comício do Palácio de Cristal. E, sobretudo, deixou-se aquele abraço, com recado:

Até daqui a 15 dias, para os trabalhos da nossa Conferência Nacional. Como quem diz, de amigos para amigos, para camaradas: **parabéns pela excelente organização, obrigado pelo excelente acolhimento.**

E foi em ambiente de festa e de confiança que o comboio especial deixou a estação de S. Bento rumo a Lisboa, percorrendo várias centenas de quilómetros deste Portugal que uns querem arruinar integrando-o no arruinado Mercado Comum.

Mas o que, como resposta, esse comboio trouxe para Lisboa foram as conclusões da Conferência do Porto, que o PCP fará chegar a todo o país: a adesão de Portugal à CEE seria um desastre e há alternativas para essa adesão!

Por isso, as últimas palavras que se ouviram na estação de S. Bento foram o corolário dessas conclusões. A primeira, dirigida aos que fazem da nossa integração na CEE «a prioridade das prioridades» — e por isso se gritou **«a luta continua, Sá Carneiro para a rua!»**. A outra, saudando os que, ao serviço do nosso povo e do nosso país, apresentam alternativas ao desastre — e por isso se vitoriou **«PCP/APU»**.

E por que não no Porto?

Pela primeira vez, uma grande realização nacional do nosso Partido teve lugar fora da região de Lisboa. Porto foi o local escolhido para a realização da Conferência do PCP «Portugal e o Mercado Comum». Nesta cidade vai igualmente decorrer, já no próximo dia 14 a Conferência Nacional do nosso Partido. Qual o significado destes acontecimentos? Que representam em esforço da organização? O que foi preciso fazer para os levar a cabo?

Para obter respostas para estas e outras perguntas, conversámos com o camarada **Edgar Maciel**, membro do Comité Central do nosso Partido e do Executivo da DOR do Porto.

A realização no Porto destas duas grandes iniciativas nacionais do Partido está intimamente associada ao grande desenvolvimento e alargamento da influência do PCP no norte do país, zona de forte densidade populacional.

Realizar no Porto uma iniciativa deste quilate não representa, portanto, qualquer manifestação de regionalismo, mas uma consequência directa do alargamento do influência democrática na região.

Além disso – prosseguiu o camarada Edgar Maciel – **tendo esta Conferência sido convocada para serem analisadas as consequências de uma eventual adesão de Portugal à CEE, não nos podemos esquecer de que, se há zona em que tais consequências sejam particularmente desastrosas, o Norte do País é uma delas. Nesta região concentram-se grande parte das pequenas explorações agrícolas e um elevado número de pequenas e médias empresas – entre as quais um número esmagador de pequenas empresas do sector têxtil.**

A organização do nosso Partido no Porto empenhou-se totalmente na realização da Conferência – e esse facto foi bem evidente às centenas e centenas de delegados e convidados que, de vários pontos do país, acorreram no passado sábado ao Porto.

No que toca, por exemplo, aos alojamentos – referiu o camarada Edgar Maciel – **conseguimos arranjar, garantidos, 700 alojamentos, muitos dos quais não foi necessário utilizar, mas que estão já à disposição dos delegados à Conferência Nacional – basta que o solicitem.**

Então como estão, os preparativos para a Conferência Nacional?

Bem, há que resolver complexos problemas de implantação, uma vez que a Conferência vai decorrer num pavilhão (o do Académico) habitualmente destinado à prática desportiva – começou por salientar Edgar Maciel. **Os preparativos do local são, por isso, complexos e caros, e exigem um grande esforço humano à nossa organização. Há já, no entanto, bastante trabalho preparatório assegurado e cremos que tudo estará em ordem para a realização da Conferência Nacional.**

A este respeito foi-nos revelado que, no dia 14 à noite, após o encerramento da Conferência, haverá uma grande festa popular na Avenida dos Aliados, com espectáculo e parte política, a fechar o trabalho de dois dias.

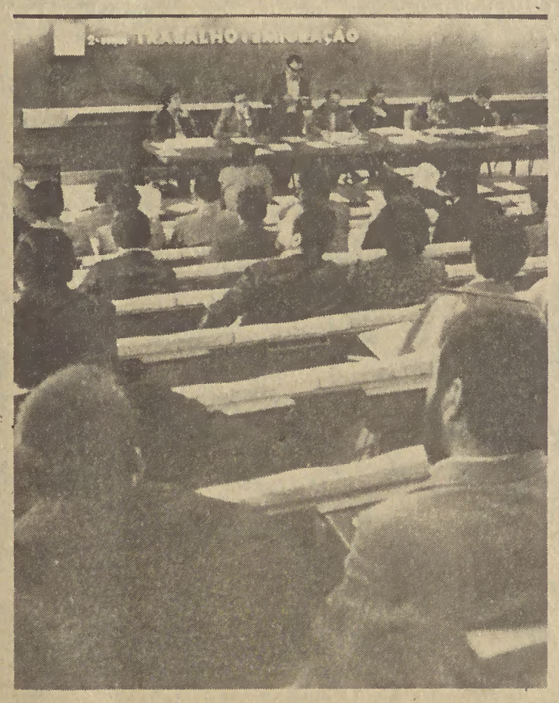
Se é certo – disse-nos ainda o camarada Edgar Maciel – **que a organização de realizações desta envergadura implica o total empenhamento local do Partido, não é menos verdade que a sua realização constitui um grande incentivo ao desenvolvimento do trabalho local do Partido, neste momento essencialmente apontado em duas direcções: resistência ao governo e dinâmica eleitoral.**

... à altura do PCP!

É verdade: a sede no Norte à altura do PCP já abriu as suas portas. Saíram os taipais, ficou à vista o lindo painel, já se pode utilizar a zona de convívio.

Foi, aliás, com esse objectivo, que os camaradas do Porto realizaram, nos últimos dias, um esforço muito intenso para poder abrir já essa zona para o recebimento e apoio dos delegados à Conferência sobre o Mercado Comum.

E a sede no Norte lá está, na Avenida da Boavista, mostrando bem a altura do Partido...



Opção europeia e CES

na intervenção de Domingos Abrantes

«Em nome da integração de Portugal na CEE não se reivindica somente a revisão da legislação do trabalho e maiores restrições às liberdades e direitos das organizações sindicais. Exige-se mesmo a divisão do movimento operário e a criação de um movimento sindical diferente, dito democrático», lembrou o camarada Domingos Abrantes, membro do Secretariado e da Comissão Política ao intervir na 2.ª Secção (Trabalho e Emigração) da Conferência do PCP sobre o Mercado Comum.

«Sabemos que a operação divisionista em curso levada a cabo pela UGT – acrescentou – e apoiada e estimulada pelo PS, PSD e CDS (os grandes defensores da opção europeia) tem sido animada, orientada e financiada no essencial por agentes da chamada Europa democrática. É ainda em nome da opção europeia que alguns sindicatos filiados na CISL defendem a não entrada da CGTP-IN na CES» – Confederação Europeia de Sindicatos.

Mas o movimento sindical revolucionário – frisou – está solidamente implantado no nosso País e as tentativas para domesticar o movimento operário não terão êxito em Portugal. O movimento sindical português – acentuou o camarada Domingos Abrantes – é «um factor positvo para o desenvolvimento da luta da classe operária europeia, quer pelas suas conquistas, quer pela sua luta. Essa é aliás uma das razões por que se quer impedir a entrada da CGTP-IN na Confederação Europeia dos Sindicatos», esclareceu ainda o camarada Domingos Abrantes nessa parte da intervenção.

Conferência do PCP: Portugal e o Mercado Comum

Uma Conferência que terminou como devia

A Conferência do PCP «Portugal e o Mercado Comum» terminou como devia: com uma sessão plenária de encerramento que constituiu um gigantesco comício. A meio do Palácio de Cristal, tomaram lugar os delegados à Conferência; depois, a toda a sua volta, gente e mais gente.

E foi assim que o projecto de Conclusões da Conferência – cerca de três dezenas de páginas – foi lido. E foi assim que os delegados transformaram esse projecto em Conclusões, por unanimidade de votos. E foi assim que a vasta aclamação surgiu, a sublinhar aquele dia de intenso estudo e debate.

Presidiu ao comício-sessão plenária de encerramento o camarada Carlos Carvalhas, membro suplente do Comité Central do nosso Partido. Entre outros, encontravam-se na tribuna os camaradas Álvaro Cunhal, Carlos Costa, Domingos Abrantes e Ângelo Veloso, bem como representantes das Organizações Regionais do PCP.

O entusiasmo reinava no vasto recinto portuense quando se iniciaram os trabalhos finais; havia gente por todo o lado, transformando o Palácio de Cristal num coro de muitos e muitos milhares de vozes que, ao longo de toda a sessão, disseram **não!** ao Mercado Comum, disseram **não!** aos que nos querem arruinar o nosso país integrando-o na CEE.

A camarada Ilda Figueiredo leu o projecto de Conclusões, após o que Carlos Carvalhas o pôs à votação, tendo-se erguido a dizer sim! os seiscentos cartões de delegados (todos os presentes), tendo-se erguido a dizer sim! as vozes e as palmas dos muitos milhares que se encontravam no recinto.

O secretário-geral do PCP usou, então da palavra, saudado entusiasticamente por todos os presentes. No final da sua intervenção, parecia que o comício-sessão de encerramento iria terminar.

Mas não! As vozes, e os aplausos não paravam e encheram de «PCP/APU», gritado ritmicamente, à cadência das palmas, a parte final desta jornada inesquecível. Foram mais de oito minutos que ninguém queria acabar, gritando a sua confiança na confiança de quem está com o futuro.

E foi nesse ritmo, nessa vontade, nesse entusiasmo que do Palácio de Cristal os muitos milhares de presentes sairam para a Feira Popular do Porto e daqui para as ruas da cidade. E deste acto público sairam também para o país as patrióticas posições do PCP sobre os resultados da eventual adesão do nosso país à CEE e as alternativas que apresentamos aos trabalhadores, a todo o povo português.

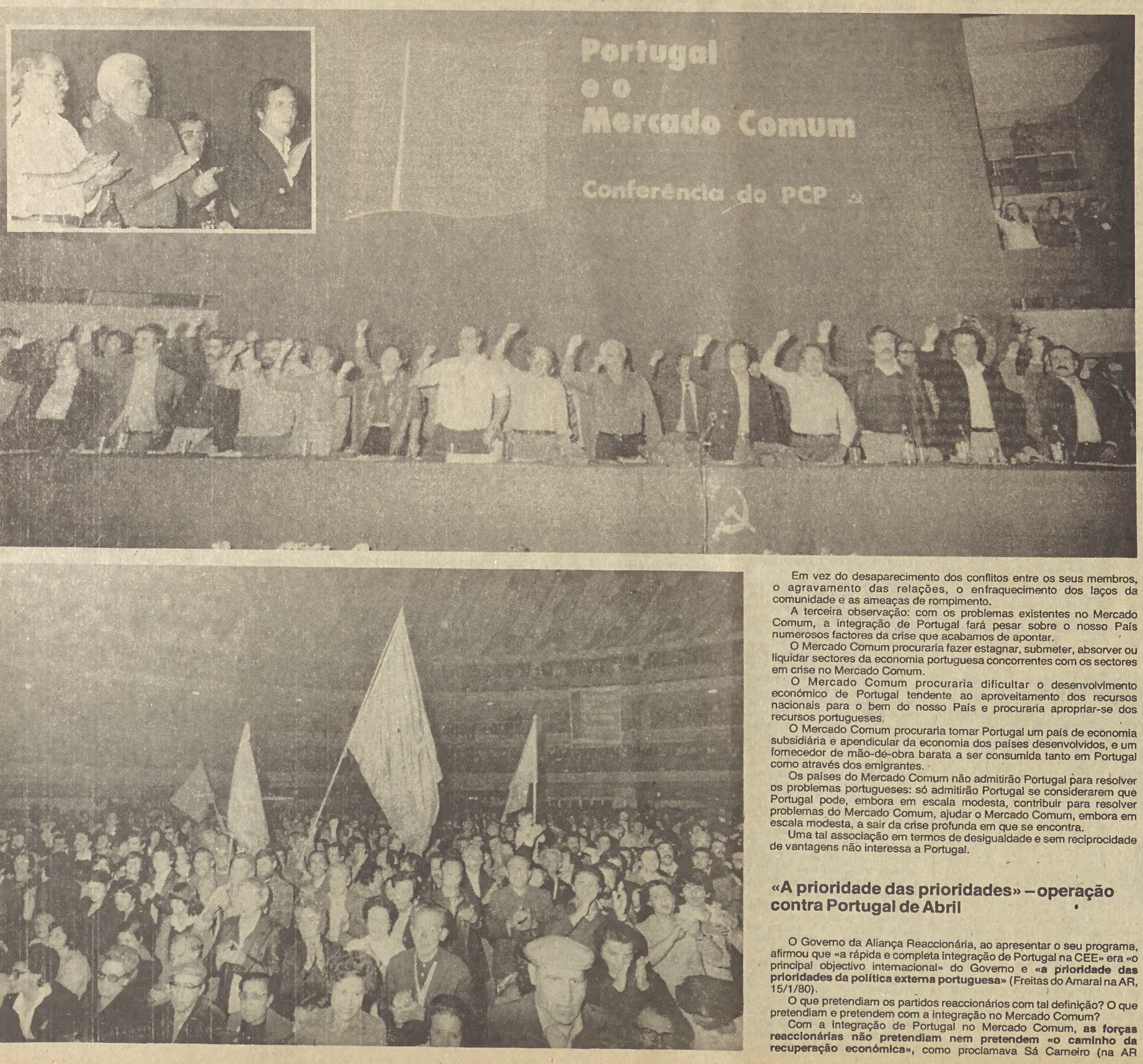
Foi por isso que a Conferência do PCP «Portugal e o Mercado Comum» terminou como devia. Porque terminou nas mãos de milhares de trabalhadores.

Registo

A realização do comício no palácio de Cristal na noite de sábado foi possível graças à colaboração da organização do FITEI. De facto, aquele recinto encontrava-se cedido nessa noite aquele organismo cultural, para a realização do «Festival de Canto Ibérico».

A organização do FITEI prontificou-se a ceder a noite de sábado ao nosso Partido, realizando a sua iniciativa na noite de sexta-feira.

Aqui se regista o facto.



Intervenção de Álvaro Cunhal

Camaradas e amigos:

Não pretendemos nesta intervenção sintetizar as conclusões da Conferência. Isso é feito nas conclusões das secções e no documento final aprovado pela Conferência, que acaba de ser lido.

Pretendemos apenas salientar algumas ideias fundamentais que decorrem da Conferência e que constituem linhas de força na apreciação da situação económica e política, nas perspectivas de recuperação e de desenvolvimento, na acção e na luta de massas.

A Conferência não esgotou naturalmente o estudo dos problemas que levantaria a integração no Mercado Comum. Haverá que aprofundá-lo.

Entretanto, o trabalho feito na preparação, bem como as intervenções e as conclusões representam uma contribuição de hoje em diante indispensável para ajuizar das consequências da integração de Portugal no Mercado Comum e também para discernir das grandes direcções da política económica, do desenvolvimento e das relações de cooperação externa.

Confirmadas as teses do IX Congresso

Devemos começar por anotar que a Conferência confirmou as teses do IX Congresso do nosso Partido, realizado em Maio-Junho de 1979.

Segundo o IX Congresso as **consequências fundamentais da integração de Portugal no Mercado Comum seriam as seguintes:**

Primeira: **a ruína de vastos sectores da economia nacional,** atingindo designadamente as pequenas e médias empresas, e provocando o aumento do desemprego;

Segunda: **impedimento do desenvolvimento, a recessão ou absorção de sectores básicos da economia nacional;**

Terceira: **a liquidação das grandes transformações democráticas que fazem parte integrante do regime** (Nacionalizações, Reforma Agrária, direitos dos trabalhadores), **a restauração do capitalismo monopolista e a liquidação do regime democrático;**

Quarta: **a submissão de Portugal ao imperialismo e graves limitações à independência nacional;**

Quinta: **a transformação de Portugal em pião da política neo-colonialista dos monopólios do Mercado Comum;**

Sexta: **o baixo nível de vida dos trabalhadores portugueses como característica forçada da economia portuguesa integrada no Mercado Comum.**

A Conferência «Portugal e o Mercado Comum» (os trabalhos preparatórios, as intervenções, as conclusões) o aprofundamento da análise dos problemas confirma inteiramente estas conclusões do IX Congresso do nosso Partido.

O Mercado Comum em crise e o preço exigido a Portugal

É uma visão idílica imaginar que o Mercado Comum é uma associação de países ricos filantrópicos prontos a «ajudar» os países mais atrasados.

Gostaria de fazer três observações a este respeito.

A primeira: os países do Mercado Comum defendem os seus interesses próprios e a esses interesses estão prontos a sacrificar os interesses dos outros países.

Quando defendem ou admitem o alargamento do Mercado Comum a Portugal, Espanha e Grécia, não é para ajudarem os países que estão fora, mas para que a entrada desses países sirva os interesses dos nove que já lá estão dentro.

No dia em que os países do Mercado Comum concluissem que a entrada destes três países prejudicava os interesses dos nove, tal entrada seria inevitavelmente rejeitada e impedida.

A segunda observação: as forças reaccionárias procuram apresentar o Mercado Comum como uma zona de desenvolvimento, de progresso, de bem-estar, de pleno emprego.

A verdade é que o Mercado Comum, encontra-se roído de contradições e dificuldades e atravessa uma crise profunda.

Em vez de desenvolvimento harmonioso, equilibrado e progressivo, acentua-se a desigualdade do desenvolvimento, a estagnação, a recessão em importantes sectores e a queda progressiva da taxa de desenvolvimento geral.

Em vez do aumento progressivo da capacidade de produção, a crescente capacidade não utilizada.

Em vez de balanças comerciais favoráveis, um défice que atinge 1000 milhões de contos.

Em vez do melhoramento das condições de vida dos trabalhadores, a inflacção, a subida do custo de vida, o desemprego que atinge 6 milhões de desempregados.

Em vez do desaparecimento dos conflitos entre os seus membros, o agravamento das relações, o enfraquecimento dos laços da comunidade e as ameaças de rompimento.

A terceira observação: com os problemas existentes no Mercado Comum, a integração de Portugal fará pesar sobre o nosso País numerosos factores da crise que acabamos de apontar.

O Mercado Comum procuraria fazer estagnar, submeter, absorver ou liquidar sectores da economia portuguesa concorrentes com os sectores em crise no Mercado Comum.

O Mercado Comum procuraria dificultar o desenvolvimento económico de Portugal tendente ao aproveitamento dos recursos nacionais para o bem do nosso País e procuraria apropriar-se dos recursos portugueses.

O Mercado Comum procuraria tornar Portugal um país de economia subsidiária e apendicular da economia dos países desenvolvidos, e um fornecedor de mão-de-obra barata a ser consumida tanto em Portugal como através dos emigrantes.

Os países do Mercado Comum não admitirão Portugal para resolver os problemas portugueses: só admitirão Portugal se considerarem que Portugal pode, embora em escala modesta, contribuir para resolver problemas do Mercado Comum, ajudar o Mercado Comum, embora em escala modesta, a sair da crise profunda em que se encontra.

Uma tal associação em termos de desigualdade e sem reciprocidade de vantagens não interessa a Portugal.

«A prioridade das prioridades» – operação contra Portugal de Abril

O Governo da Aliança Reaccionária, ao apresentar o seu programa, afirmou que «a rápida e completa integração de Portugal na CEE» era «o principal objectivo internacional» do Governo e **«a prioridade das prioridades da política externa portuguesa»** (Freitas do Amaral na AR, 15/1/80).

O que pretendiam os partidos reaccionários com tal definição? O que pretendiam e pretendem com a integração no Mercado Comum?

Com a integração de Portugal no Mercado Comum, **as forças reaccionárias não pretendiam nem pretendem «o caminho da recuperação económica»**, como proclamava Sá Carneiro (na AR 10/2/80) e repetem a todo o momento os representantes do grande capital.

Não. O que eles pretendem é que a integração no Mercado Comum crie novos e poderosos instrumentos para a recuperação capitalista e latifundista e imperialista.

É curioso que a ofensiva contra as Nacionalizações e a exigência de entrada do capital privado nos sectores nacionalizados («Lei da Delimitação dos Sectores» julgada inconstitucional) é avançada com o argumento de que no Mercado Comum não se admitem monopólios (!) e que em Portugal, a nacionalização de sectores e o impedimento da formação de empresas privadas nesses sectores é uma situação monopolista!

Isto é: o descaro da reacção interna e do imperialismo vai ao ponto de pretenderem, em nome da «luta antimonopolista», que os monopólios se instalem em Portugal.

Com a integração de Portugal no Mercado Comum, as forças reaccionárias, não pretendiam, nem pretendem, tão pouco, conseguir para Portugal um **«mercado mais amplo e mais diversificado»** como proclamam Freitas do Amaral (15/1/80) e todos os propagandistas da integração.

Não. Eles sabem perfeitissimamente que o Mercado da Europa Ocidental absorve já uma boa parte das nossas exportações, mas que não oferece campo fácil a uma rápida expansão da venda de produtos portugueses.

Com a integração de Portugal no Mercado Comum, as forças reaccionárias **não pretendem tão pouco (ao contrário do que dizem) a defesa e consolidação do regime democrático.**

Não. O que procuram no Mercado Comum são apoios e ajudas para levarem a cabo a sua operação anticonstitucional e subversiva, apoios e ajudas não para defender, mas para liquidar o regime democrático, para liquidar Portugal de Abril e as suas conquistas.

Por tal serviço oferecem alto preço que seria o País a pagar naturalmente. E nesse sentido Sá Carneiro avança em Paris que Portugal «pode dar algo» uma vez que «a sua posição estrtatégica será muito importante para a Europa» (6/3/1980).

Repare-se: quando, com o PS, começou a operação Mercado Comum contra as Conquistas de Abril, gritava-se a «Europa Connosco», como se a Europa do Mercado Comum estivesse pronta a ajudar generosamente Portugal a sair das dificuldades.

Agora o que se grita é que «Portugal está com a Europa», pronta a dar-lhe «a sua posição estratégica», desde que a «Europa» ajude a reacção portuguesa a destruir Portugal de Abril.

Conduzida pelo Governo PPD/CDS e com tais objectivos, a integração de Portugal no Mercado Comum torna-se uma sórdida negociata.

O PCP sempre advertiu que a integração no Mercado Comum, mais que uma operação económica, constituiria uma grande operação política reaccionária.

O PCP sempre advertiu que a integração visava, não resolver os problemas e impulsionar a economia portuguesa, mas sim obter um novo e poderoso instrumento e criar condições para a destruição completa das transformações democráticas alcançadas, para a restauração do capitalismo monopolista em Portugal, para a restauração do poder económico e político dos monopólios (associados ao imperialismo) e dos latifundiários, para a liquidação do regime democrático consagrado na Constituição.

Estes objectivos são cada vez mais claramente expostos pela reacção.

Apesar de que o tratado de Roma reconhece o direito de cada país membro do Mercado Comum decidir acerca do seu regime de propriedade, os propagandistas da integração de Portugal dizem que não, que para a integração é indispensável liquidar as Nacionalizações, a Reforma Agrária e a legislação laboral alcançada com a Revolução; é indispensável no fim de contas liquidar as Conquistas da Revolução e restaurar o capitalismo monopolista, tal como existe nos países do Mercado Comum.

A ofensiva furiosa e brutal, inconstitucional e subversiva do Governo da Aliança Reaccionária contra a Reforma Agrária, as Nacionalizações e os direitos e liberdades dos trabalhadores põe bem a nú o que significa para a reacção harmonizar as estruturas da economia portuguesa com as estruturas do Mercado Comum.

Muita gente se pode entretanto deixar enganar pela propaganda acerca da prosperidade e desenvolvimento que a integração de Portugal no Mercado Comum representaria para a economia portuguesa.

E por isso adquire particular importância considerar os efeitos reais que terá a integração, no caso de se verificar.

A economia portuguesa não está em condições de ser integrada

A Conferência que acaba de realizar-se comprovou uma vez mais, com sólidos fundamentos, que, além de outras razões, **a economia portuguesa não está em condições de ser integrada na Comunidade Europeia.**

Quanto mais se aprofunda o estudo e a análise, mais se fortalece a certeza de que a **integração de Portugal, com o consequente desaparecimento da protecção aduaneira e a submissão às regras, regulamentos e directrizes supranacionais do Mercado Comum representaria, a par da restauração dos monopólios, um verdadeiro desastre para a economia portuguesa.**

O nosso Partido tem insistido em que as grandes diferenças do nível de desenvolvimento e consequentemente da produtividade entre Portugal e os países do Mercado Comum, não permite que os produtos portugueses, em geral, tenham capacidade competitiva no mercado externo sem determinados subsídios do Governo, nem no mercado interno, dados os preços mais vantajosos e a melhor qualidade de muitos dos artigos importados.

Um estudo sobre os **«níveis de produtividade»** citado na Conferência, embora referente a 4/5 anos atrás, mostra a enorme distância a que (salvo alguns ramos) a indústria portuguesa se encontra dos países do Mercado Comum.

A produtividade das indústrias transformadoras nos países do Mercado Comum é de 2 a 3 vezes superior.

Em todos os ramos estudados, Portugal situa-se sempre no fim da escala e os índices dos países do Mercado Comum oscilam de 150 a 400 em comparação com o índice 100 atribuido a Portugal.

Mais baixa produtividade significa mais elevados preços e mais elevados preços (sendo grande a diferença) significam falta de capacidade para competir no mercado.

Ainda no que respeita à indústria, segundo um «relatório» sobre a competitividade da indústria europeia, em 1979, da «European Management Forum», Portugal situa-se em último lugar relativamente próximo da Grécia mas a imensa distância dos outros países.

O relatório comenta: «a Grécia e Portugal situam-se nos últimos lugares (...) muito longe dos outros países (...). Estes resultados medíocres demonstram que estes dois países têm de fazer enormes esforços para reforçar a competitividade das suas indústrias antes de poderem incorporar-se progressivamente na Comunidade Económica Europeia» (p. 13).

Também a **produtividade agrícola** é em Portugal muito inferior à dos países agrícolas do Mercado Comum.

Tomando como referência, como exemplo mais simples e evidente, as produções unitárias, em comparação com 42 quintais/ha de trigo na França e 22 quintais/ha na Itália, regista-se em Portugal 10 quintais/ha.

Em comparação com 35 e 23 quintais/ha de cevada respectivamente em França e na Itália, regista-se em Portugal cerca de 5 quintais.

De batata, 274 quintais/ha em França, 185 quintais/ha em Itália, apenas 91 quintais/ha em Portugal.

Os exemplos podiam multiplicar-se.

A comparação da agricultura portuguesa com a agricultura dos países do Mercado Comum não só no que respeita aos rendimentos unitários, mas no que respeita ao consumo de adubos, ao uso de máquinas, à densidade pecuária, ao nível tecnológico, mostra o imenso atraso em que nos encontramos, e que não será possível recuperar a curto prazo e sem medidas de fundo.

Quer dizer: **pelo atraso em relação aos países do Mercado Comum, Portugal não está em condições de ser integrado na Comunidade Europeia.**

A integração «rápida e completa» como proclama Freitas do Amaral seria oferecer a economia portuguesa desarmada à ofensiva da conquista e submissão dos monopólios do Mercado Comum.

Se nos opomos firmemente à integração no Mercado Comum e advertimos os portugueses dos seus perigos é porque defendemos, contra interesses egoistas de grupos privilegiados, os interesses do Povo e da Pátria portuguesa, que caminhando para o Mercado Comum podem estar a caminhar para um desastre.

Desastre para a indústria

A Conferência desvendou ou confirmou, baseada em factos e situações, que a integração no Mercado Comum poderá ter efeitos desastrosos para a indústria portuguesa.

Só em raríssimos sectores e subsectores algumas empresas poderiam tirar vantagem da integração.

No geral, sector por sector, a integração provocaria graves problemas e dificuldades.

Nuns casos a dificuldade ou mesmo impossibilidade da competição levará milhares de empresas, sobretudo as pequenas e médias, à recessão da produção, à ruina e à falência e muitos milhares de trabalhadores ao desemprego.

Noutros casos, sectores e empresas correm o risco de serem submetidos às multinacionais ou serem absorvidos por estas.

Na **indústria extractiva** (como se viu no Congresso) dada a situação deficitária da CEE no abastecimento de certos metais, a integração provocará nova tentativa dos países do Mercado Comum para se

Conferência do PCP: Portugal e o Mercado Comum

ncomício de encerramento

apossarem das riquezas do subsolo português (designadamente o urânio, o cobre, o zinco e o chumbo).

A **Siderurgia,** dada a grave crise do ramo nos países do Mercado Comum (65% da capacidade utilizada, 100 000 desempregados) a integração impediria o progresso da produção, poria definitivamente de lado o PSN (como adiante referiremos), colocaria a siderurgia portuguesa na dependência dos grandes monopólios do Mercado Comum, e impediria Portugal de estabelecer acordos mutuamente vantajosos com outros países.

Na **metalomecânica pesada,** dada a crise dos países do Mercado Comum e o potencial técnico e financeiro das multinacionais, a integração de Portugal significaria a sua transformação num apêndice (com mão-de-obra barata) das grandes empresas do Mercado Comum.

Na **construção naval** a integração no Mercado Comum, onde é profunda a crise no ramo, teria consequências ruinosas. Não conheceríamos quaisquer possibilidades efectivas no mercado da CEE severamente protegido. Os progressos tecnológicos, a origem dos fornecimentos, a capacidade da produção ficariam à mercê dos interesses da construção naval do Mercado Comum. E o facto de pertencermos ao Mercado Comum e sujeitos à política comunitária impediria a construção naval portuguesa de se orientar nas únicas direcções que, na situação actual, podem ser promissoras: cooperação tecnológica com terceiros países, contratos com os países socialistas e países do Terceiro Mundo.

Na **indústria de material eléctrico** (motores, fios e cabos isoladores, pilhas e acumuladores, lâmpadas eléctricas, fabricação e montagem de elevadores)), dada a baixa produtividade comparada com a dos países do Mercado Comum, a integração teria como resultado a redução da fabricação nacional e a diminuição dos postos de trabalho.

A indústria química portuguesa já hoje estreitamente ligada aos poderosos monopólios químicos do Mercado Comum, seria fortemente atrofiada no caso da integração, apesar de não satisfazer as necessidades do mercado interno.

Nos **abubos químicos,** os produtores do Mercado Comum, com uma capacidade de produção largamente excedentária, com acesso vantajoso a matérias-primas, invadiriam o mercado interno português afectando gravemente a produção nacional, cujas possibilidades de um preço competitivo são prejudicadas pelo elevado preço da produção do amoníaco.

Na **petroquímica,** o jovem e frágil sector da economia portuguesa seria sacrificado ante a importação dos produtos das empresas do Mercado Comum, cuja sobrecapacidade e sobreprodução, apesar da taxa de utilização inferior a 70%, está provocando também uma crise profunda.

No que respeita à **indústria textil,** os países do Mercado Comum atravessam uma crise que de 1973 a 1977, provocou o encerramento de 3500 empresas e o desemprego de 450 000 trabalhadores.

Com índices de produtividade em Portugal 3 e 4 vezes inferiores aos dos países do Mercado Comum, com 80% do total das empresas tendo menos de 50 trabalhadores e com parque industrial envelhecido e empresas descapitalizadas, a integração teria como consequência fundamental a inundação do mercado interno português por produtos do Mercado Comum e dos países signatários do Acordo Multifibras (Hong Kong, Paquistão, Índia, etc.) batendo pelos preços os produtos nacionais.

No que respeita à **celulose,** a integração no Mercado Comum, significaria a todos os títulos um verdadeiro desastre para Portugal.

Desastre para a agricultura, e para a floresta como adiante se mostrará.

Desastre para o meio ambiente, com o alargamento enorme da área poluída.

Desastre para a indústria de papel, porque os países do Mercado Comum olham Portugal neste sector como potencial fornecedor de pastas celulósicas, para aumentarem a sua própria produção de papel. Portugal passaria a ser um fornecedor de matérias-primas e um comprador de produto acabado.

A **indústria de papel,** para a reconversão e desenvolvimento do qual existem algumas condições básicas essenciais (prática independência do exterior, existência de eucalipto, pasta de eucalipto, fabricação de Kraft cru e Kraft branqueado) corre o risco de ser totalmente condenada pela integração no Mercado Comum.

Para a **indústria alimentar** (designadamente conservas de peixe e conservas de tomate) com 90% de «pequenas» empresas, forte dependência de importações de matérias-primas, atrasos na normalização e peso dominante de 18 multinacionais, a integração no Mercado Comum significaria a implantação do domínio das multinacionais provocando a falência e a liquidação de numerosas empresas.

Nas **pescas,** a adesão à «Europa Azul» teria como resultados a atribuição de quotas de exploração dos recursos das águas marítimas portuguesas (que deixariam de facto de ser «zona económica exclusiva») por frotas mais bem equipadas dos países do Mercado Comum, designadamente da Espanha, (cuja integração está também a ser considerada) sem a compensação da exploração pelos navios portugueses dos recursos nas águas marítimas dos outros países do Mercado Comum.

Além disso, os barcos estrangeiros poderiam vir descarregar e vender nos portos portugueses, e o atraso da nossa frota pesqueira não nos dá a capacidade de competição.

Acresce que, importando Portugal cerca de cem mil toneladas de pescado, a integração no Mercado Comum retiraria a Portugal a liberdade de comprar onde os preços são mais vantajosos.

Este panorama, constante das intervenções e conclusões da Conferência, mostram os prejuízos e perigos previsíveis da adesão de Portugal ao Mercado Comum.

Encerramento de fábricas, começando pelas pequenas e médias empresas, despedimentos, desemprego em massa em alguns sectores – tal seria para a indústria portuguesa o resultado da integração.

Desastre para a agricultura

A Conferência abordou também de forma aprofundada as consequências que teria para a agricultura, a silvicultura e a pecuária a integração de Portugal no Mercado Comum e que não seriam menos desastrosas que para a indústria.

Nada pode esclarecer melhor àcerca do que poderia representar a integração para a agricultura portuguesa do que considerar os termos como no Mercado Comum é considerada globalmente a evolução da agricultura em Portugal.

Os projectos do Mercado Comum relativos às florestas portuguesas e sem aproveitamento para o fabrico de celulose podem considerar-se verdadeiramente **sinistros!**

O Mercado Comum pretende de Portugal a redução da área agrícola para metade e o aumento da área florestal para o dobro!

Como foi sublinhado na Conferência, uma tal política significaria que abandonaríamos praticamente a cultura de cereais e passaríamos a importar na prática, a totalidade, não só de cereais, mas do leite, da carne, das oleaginosas.

Para a **floresta** portuguesa que dá a Portugal um excedente de produtos florestais, a integração na CEE significaria a submissão a um ordenamento florestal determinado pelos países mais poderosos.

Dado que são os países do Mercado Comum os principais importadores de pasta de papel, rolaria e madeira serrada e os planos de arborização teriam que submeter-se aos interesses do Mercado Comum, grande parte das florestas portuguesas passariam a ser «coutadas» ou «reservas» das multinacionais da celulose.

A plantação de eucaliptos (dado o rápido crescimento e a aptidão em terras marginais) adquiriria lugar preferencial em sistema de monocultura.

O desenvolvimento da área agrícola, a diversificação florestal, a defesa dos solos, a diversificação dos mercados, ficariam irremediavelmente comprometidas.

Mas, mesmo, admitindo que um tão sinistro plano com incidências generalizadas não vá por diante com a integração, qual seria a sorte da nossa agricultura?

No que respeita aos **cereais,** os critérios da formação dos preços no Mercado Comum tornariam incomportável a produção de cereais para os pequenos e médios agricultores portugueses, além de que a integração obrigaria Portugal a pagar elevadas taxas ao Mercado Comum pelos cereais importados de terceiros países.

Para a produção **horto-frutícola,** a integração no Mercado Comum significaria também nas condições actuais a ruína certa. A horticultura e a fruticultura nacionais enfermam de um atraso considerável: explorações de área demasiado reduzida, excessiva variedade e irregularidade de espécies, deficiências tecnológicas, baixa de rendimentos unitários, falta de escalonamento da produção, estrangulamento na comercialização, carência de câmaras frigoríficas, etc.

Destas circunstâncias resultam os baixos rendimentos unitários e os elevados preços de custo, sem possibilidade de competição com a agricultura dos países desenvolvidos do Mercado Comum.

As exportações portuguesas de produtos agrícolas como o tomate, os citrinos, mesmos os frutos secos como a amêndoa e o figo, ficariam mais comprometidas.

A colocação da banana da Madeira no Continente, faltando as medidas restritivas da importação de banana tropical, seria gravemente comprometida pela concorrência da banana dos países do Lomé, via Mercado Comum.

A produção de **vinho** em Portugal, dada a pulverização das explorações agrícolas vitivinícolas (área média de 1 hectare, 87% dos produtores e produzindo menos de 50 hl de vinho, um baixo nível tecnológico, produção média de 22 hl/ha contra 86 hl/ha no Mercado Comum) seria gravemente atingida pela integração.

Não só os nossos vinhos dificilmente teriam acesso ao Mercado Comum, como os vinhos do Mercado Comum (mais ainda se a Espanha e a Grécia fossem admitidos) a muito mais baixo preço, invadiriam o mercado português.

No que respeita aos **vitivinicultores da Madeira,** dado que as vinhas na Madeira são em grande parte de produtores directos e dado que no Mercado Comum estão proibidos os vinhos de produtores directos, a simples perspectiva da integração está já dando pretexto ao Governo Regional para forçar os pequenos agricultores a precipitadas medidas de «reconversão»; que é de facto uma necessidade técnica, mas que não pode ser resolvida por decisão administrativa e por ameaças de repressão.

Quanto à **batata,** a produção seria ainda mais gravemente afectada dado que o Mercado Comum com elevados rendimentos unitários (337 quintais/ha na Holanda contra 81 quintais/ha em Portugal) quase se auto-abastece de batata primor e é grande produtor e exportador de batata de semente.

Para os pequenos e médios produtores de batata, já hoje atingidos gravemente pela falta de apoio para o escoamento e por prejudiciais e inoportunas importações, seria a catástrofe definitiva.

A produção de **leite** seria também violentamente atingida pela integração.

Enquanto Portugal é altamente deficitário, nos países do Mercado Comum existe uma produção tão altamente excedentária de leite e derivados que, como foi referido na Conferência, aos excedentes se chama vulgarmente «montanhas» (de manteiga, de leite em pó, etc.) e a colocação desses excedentes é um gravíssimo problema.

Com a integração, o Mercado Comum inundaria Portugal de leite e seus derivados.

Desaparecidos os subsídios (como o Mercado Comum impõe) o preço do leite diminuiria ao produtor e aumentaria brutalmente no consumidor.

Os pequenos agricultores que produzem mais de 94% da produção leiteira sofreriam um golpe de morte.

Nos países do Mercado Comum, com a concentração capitalista na produção do leite foram liquidadas 1 500 000 explorações. Em Portugal sucederia coisa semelhante. Segundo alguns cálculos cerca de 80 000 explorações leiteiras seriam inexoravelmente liquidadas.

Quanto à **carne,** é necessário lembrar o nosso grande défice de carne (84% do consumo) a importação em 1978 de 11 mil e 500 toneladas de suíno no valor superior a 1 milhão de contos e 18 mil e 500 toneladas de bovino no valor de 1 milhão e 500 mil contos.

Passando a comprar nos países do Mercado Comum, onde se compram apenas 7% da carne importada (0,6% de carne de bovino) o preço da carne importada a nível actual passaria de cerca de 2,3 milhões para 4,3 milhões de contos.

Quanto à carne de ovino, os países do Mercado Comum importam actualmente 250 000 ton. É porém completa ilusão pensar que estamos em condições de ganhar esse mercado pois, segundo os técnicos, para tal, seria necessário multiplicar por 6 a actual produção.

E quanto à **carne de frango** que, de momento, satisfaz as necessidades do mercado interno, os produtos portugueses (dependentes da importação de rações) poderiam ser batidos no próprio mercado interno pelos países do Mercado Comum, no caso da integração de Portugal.

Por estes exemplos se vê que ficou claramente demonstrado na Conferência que a integração de Portugal no Mercado Comum seria verdadeiramente desastrosa para a agricultura, silvicultura e pecuária, tal como o seria para a indústria.

Milhares e milhares de pequenos e médios agricultores — produtores de cereiais, de batata e de outros produtos hortícolas, de frutas, de vinho, de leite, de carne, — seriam completa e definitivamente arruinados.

Milhares e milhares de trabalhadores agrícolas cairiam no desemprego.

À agricultura do Mercado Comum chama-se «Europa Verde».

Mas não seria «verde», verde de esperança, mas negra e bem negra a sorte que a integração no Mercado Comum reservaria para a nossa agricultura e para aqueles que nela trabalham.

Por isso também lutámos e lutaremos contra a integração no Mercado Comum.

A integração contra o desenvolvimento e a independência nacional

A integração poria também em causa o desenvolvimento económico do País a médio e a longo prazo e a própria independência nacional.

É um logro grosseiro apresentar a integração no Mercado Comum como uma panaceia para a solução dos problemas da economia portuguesa e para o lançamento do desenvolvimento económico.

Lembramos que a grande operação da integração no Mercado Comum foi desencadeada pelo governo PS sózinho. Então, Mário Soares, Primeiro-Ministro, considerava a entrada no Mercado Comum como «uma via de desenvolvimento acelerado» (DN 18/2/77).

Essa ideia foi depois retomada por todas as forças da direita e reaccionárias.

A verdade é que a integração de Portugal no Mercado Comum, não só assestaria cruéis golpes de carácter conjuntural na economia portuguesa, como comprometeria o seu desenvolvimento ao serviço do Povo português e dos interesses nacionais.

Os trabalhos da Conferência constituem uma esmagadora demonstração dos violentos obstáculos ao desenvolvimento económico português e do atentado à independência nacional que significaria, nas condições existentes, a integração de Portugal no Mercado Comum.

Ainda a integração de Portugal no Mercado Comum se não consumou e já a integração aparece como pretexto para os governos sabotarem ou porem de lado **projectos de desenvolvimento válidos e em curso.**

É o caso do **Plano Siderúrgico Nacional.**

Primeiro: o Plano ficou limitado à utilização do fabrico no Seixal.

Segundo: adiou-se **sine die** a produção de produtos planos.

Terceiro: congelou-se (por pressão do Mercado Comum) a construção de um trem de perfis e de uma coqueria.

Quarto: pretende-se entregar a central de oxigénio e o forno de cal a empresas privadas.

Quinto: de novo se abandona o projecto do aproveitamento dos minérios de Moncorvo, que teria além do mais, um papel de relevo para o desenvolvimento regional de zonas do interior do País.

Todo o PSN foi assim abafado e sabotado pelos sucessivos governos de direita.

No que respeita ao Plano do Aproveitamento Integrado das Pirites Alentejanas ficaria comprometido para sempre pela ganância das multinacionais e a vontade de «segurarem» nas suas mãos recursos de crescente escassez mundial.

Outros planos promissores, como os planos de cooperação tecnológica na construção naval, o aproveitamento do Alqueva, o projecto da beterraba sacarina, foram postos na prateleira, ante a perspectiva da integração no Mercado Comum e até em alguns casos por pressão do Mercado Comum.

A Conferência demonstrou também largamente os entraves que resultariam da integração ao desenvolvimento de numerosos sectores.

Assim, a definição de uma política energética ficaria comprometida, pela perda da capacidade negocial na compra de petróleo, pelas pressões inevitáveis para desprezarmos os aproveitamentos hidroeléctricos em benefício de centrais termoeléctricas, pelo possível assalto aos recursos de urânio.

Assim, a função primordial da **metalomecânica pesada** (que os governos de direita têm sistematicamente sabotado) no desenvolvimento ficaria gravemente comprometida.

Na **construção naval** ressalta com evidência que ficaríamos condicionados pela reestruturação em curso, no Mercado Comum, onde o sector atravessa gravíssima crise.

A **indústria de material eléctrico** ficaria completamente dependente das multinacionais, sem possibilidades de desenvolvimento em bases sólidas.

Ficaria comprometido pela integração na CEE o desenvolvimento de toda a **indústria química** (designadamente do sector nacionalizado que abrange os produtos básicos e estratégicos e ao qual cabem 90% da FBCF da indústria química). O mercado interno permite a expansão do ramo e uma política de desenvolvimento num ritmo apressado, mas a produção excedentária do Mercado Comum invadiria o mercado português derrotando a produção nacional no nosso próprio mercado interno e atirando para o lixo os projectos e planos de desenvolvimento.

A indústria das **especialidades farmacêuticas,** que (segundo estudos diversos) poderia a médio prazo, no quadro de uma política de desenvolvimento nacional, satisfazer de 30 a 40% do consumo interno seria reduzida a um sector insignificante e marginalizado, ante a invasão das empresas e dos produtos dos grandes monopólios da CEE.

A integração provocaria, no sector **têxtil,** o bloqueamento pelas normas do Mercado Comum dos projectos industriais portugueses, como é o caso do projecto das **fibras químicas,** cuja produção no Mercado Comum é também excedentária.

Os projectos de produção nacional de **açucar na base da produção de beterraba sacarina,** ficariam gravemente comprometidos graças e importação calculada de mais de 1 milhão de toneladas anuais de países africanos na base da Convenção de Lomé, e dado que, nos países do Mercado Comum, há grandes excedentes. Simultaneamente, Portugal teria que passar a comprar o açucar a um preço muito mais alto que o vigente no mercado internacional.

Um ordenamento florestal no quadro da integração no Mercado Comum, conduzir-nos-ia (como já referimos) à **monocultura do eucalipto** e à dependência das multinacionais da celulose, impedindo a diversificação florestal, a defesa dos solos, o desenvolvimento da área agrícola com a intensificação das culturas e a diversificação dos mercados.

Com a integração de Portugal no Mercado Comum, **o desenvolvimento da economia portuguesa passaria a ser compreendida como uma função complementar, dependente e submetida aos interesses económicos dos grandes monopólios dos países desenvolvidos do Mercado Comum.**

O Mercado Comum reservaria a Portugal o papel de sede de actividades económicas com baixa composição orgânica de capital no plano europeu e com operações fraccionárias inseridas como elo secundário num vasto processo industrial das multinacionais, de fornecedor de matérias-primas, de fonte de força de trabalho a baixo preço (em Portugal e na emigração).

A independência nacional seria gravemente afectada por uma tal situação de dependência económica, que daria a Bona, a Paris e a Londres a possibilidade de comandarem a economia portuguesa, não segundo os interesses do Povo português e da Nação portuguesa, mas segundo os interesses dos grandes grupos monopolistas do Mercado Comum.

Nós comunistas não aceitamos que as decisões acerca dos problemas nacionais caibam ao imperialismo, caibam ao estrangeiro.

Contrariando a integração, que significaria que na economia portuguesa (e em breve também na política portuguesa) passaria a mandar o Mercado Comum, lutamos para que em Portugal mandem apenas os portugueses.

Agravamento das condições de vida do povo

Desastre para a indústria, desastre para a agricultura, desastre para o desenvolvimento económico — tudo se traduz num desastre para as condições de vida do povo.

Defendendo a integração de Portugal no Mercado Comum, as forças reaccionárias **afirmam que o resultado será «a promoção da prosperidade económica para os portugueses»** — nas palavras de Freitas do Amaral (DL 13/2/77).

A Conferência mostrou com clareza que a integração no Mercado Comum representará um agravamento das condições de vida dos trabalhadores e do Povo português em geral, a ruína e a falência de milhares de pequenas e médias explorações agrícolas e de milhares de pequenos e médios comerciantes e industriais.

Aliás, toda a política económica e social do Governo da Aliança Reaccionária, visando a recuperação capitalista, latifundista e imperialista e a restauração dos monopólios, tem como ponto programático deliberado, não a atenuação mas sim a intensificação da exploração capitalista, não o melhoramento mas o agravamento das condições de vida da classe operária e das massas populares.

O congelamento da contratação colectiva, a fixação de baixos tectos salariais, a generalização dos contratos a prazo, o aumentos dos preços, o agravamento do custo de vida, a liquidação de regalias sociais, o crescimento deliberado do desemprego com despedimentos em massa ou selectivos e repressivos, a declaração de empresas «em situação económica difícil» — tudo mostra o plano frio e calculado da Aliança Reaccionária de aumentar a mais-valia, intensificar a exploração, garantir aos capitalistas mais elevados lucros.

É sintomático que o Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral, ao mesmo tempo que pretende dar milhões de contos como indemnizações aos grandes capitalistas, recuse os aumentos indispensáveis às camadas mais desfavorecidas, designadamente os que auferem salários mais baixos, os jovens e mulheres discriminados, os desempregados, os reformados, os deficientes.

As medidas que visam a restauração da dinâmica da acumulação, concentração e centralização capitalistas, não sacrificam apenas os trabalhadores. Sacrificam também duramente as classes médias e designadamente os pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais.

Como foi sublinhado na Conferência, o peso das pequenas e médias empresas na economica portuguesa torna esta particularmente vulnerável, caso a integração no Mercado Comum se verifique.

As pequenas e médias empresas muito dificilmente podem resistir à concorrência das grandes empresas do Mercado Comum, no mercado interno não protegido.

Pode dizer-se que **mais de três quartos das explorações agrícolas, mais de três quartos das pequenas empresas comerciais e quatro quintos das empresas industriais ficariam directamente ameaçadas pela integração de Portugal no Mercado Comum.**

É uma evidência que, quando os reaccionários dizem que a integração no Mercado Comum significaria «a prosperidade económica dos portugueses», estão a falar da prosperidade dos grandes capitalistas (alguns dos quais nem portugueses são) à custa da exploração desenfreada dos trabalhadores, da ruína das classes médias, da miséria do Povo.

As forças reaccionárias têm falado muito na **revisão da legislação do trabalho,** dizem alguns que, para efeitos da integração, a legislação do trabalho em Portugal tem de se identificar com a legislação do trabalho da Comunidade Europeia.

Ora, como foi demonstrado na nossa Conferência, primeiro não há um direito comunitário do trabalho. Segundo, a legislação do trabalho dos países membros é extremamente diversificada e está muito aquém nos direitos que reconhece aos trabalhadores a legislação laboral portuguesa saída da Revolução.

Isto significa: primeiro, que (ao contrário do que diz a reacção) a eventual integração de Portugal no Mercado Comum não obriga a uma definida legislação de trabalho portuguesa. Segundo: que os trabalhadores e o Povo português não estão interessados em seguir «modelos» de legislação laboral dos países do Mercado Comum, antes estão interessados em defender os direitos alcançados com a Revolução de Abril e consagrados na Constituição, impedindo, entre outras coisas, que o Governo PPD/CDS aprove leis de trabalho inconstitucionais que liquidem esses direitos.

E tal perigo existe.

Pelo que se sabe, o ministro do Trabalho que já o era no Governo Mota Pinto e que os trabalhadores justamente chamam o ministro não do Trabalho mas dos patrões, está já a preparar nova legislação laboral.

Quem o diz é o presidente da Confederação do Comércio Português, o sr. Manuel Ganito que, numa circular da CCP, conta a conversa com o ministro.

O ministro faz numerosas promessas ao representante do grande patronato. Prometeu-lhe uma nova lei sindical. Prometeu-lhe uma nova lei sobre Comissões de Trabalhadores. Prometeu-lhe uma nova lei sobre o direito à greve. Prometeu-lhe uma nova lei sobre os despedimentos. Prometeu-lhe uma nova lei sobre férias de trabalhadores. Prometeu-lhe uma nova lei sobre contratos a prazo. Prometeu-lhe uma nova lei apoiando o grande patronato na liberalização dos períodos de abertura do comércio.

É bem de ver o que estas promessas significam, que legislação laboral pode preparar um ministro que está no Ministério do Trabalho como se fosse, não um membro do Governo, mas um funcionário do grande patronato reaccionário.

Os países do Mercado Comum quando encaram a integração de Portugal, consideram Portugal como abastecedor de força de trabalho a baixo preço.

A integração de Portugal, permitiria ao Mercado Comum — através de decisões políticas, de orientações e medidas económicas, de investimentos — decidir onde e como organizar a exploração dos trabalhadores portugueses: se em Portugal, se nos países do Mercado Comum, com os emigrantes sujeitos a discriminações profissionais, salariais e sociais.

A posição do PCP é clara: Portugal não pode aceitar ser um país de recrutamento e exploração de um novo tipo de escravos pelos colossos capitalistas das multinacionais europeias.

Aparece também, da parte das forças reaccionárias portuguesas e do imperialismo oeste-europeu, a miragem segundo a qual Portugal poderia ser um 'pivot' ou 'placa giratória' entre África e o Mercado Comum, tornando Portugal um país neocolonizado pelo Mercado Comum e tornando os novos países africanos países neocolonizados por Portugal com o Mercado Comum a comandar por trás.

Fora das realidades do mundo de hoje, o PPD e o CDS, Sá Carneiro e Freitas do Amaral, julgam poder fazer de Portugal um instrumento de penetração do neocolonialismo do Mercado Comum nos países que se libertaram do colonialismo português.

A posição do PCP é clara.

Libertadas as antigas colónias portuguesas com a solidariedade activa do Povo português e da Revolução de Abril, Portugal só pode rejeitar firmemente o indigno papel de ser um instrumento dos planos de penetração e ingerências neocolonialistas.

Qualquer que seja o ângulo pelo qual se considere a integração no Mercado Comum só discernimos desvantagens, prejuízos e perigos para a economia portuguesa, para o bem-estar do nosso povo, para a democracia, para a independência nacional, para as relações de amizade com todos os povos do mundo.

A Conferência confirmou a resposta do PCP ao projecto de integração. Em defesa dos interesses do Povo português e da Pátria portuguesa, o PCP diz firmemente «não» à entrada de Portugal no Mercado Comum.

Existe uma alternativa

Os defensores e propagandistas do PPD, do CDS, da CIP, da CAP, da CCP, dizem que, para Portugal, a integração é praticamente obrigatória e insubstituível pois não existe qualquer alternativa.

A campanha a favor da integração adquiriu tal extensão e intensidade que se vulgarizou a ideia de que a integração era completamente inevitável. Boa ou má, seria uma fatalidade.

Para o PCP, a integração de Portugal no Mercado Comum não é inevitável nem necessária. Além do mais **existe uma alternativa.**

Alternativa global e alternativas sectoriais. Sem entrar na definição de um programa económico, a Conferência indicou soluções construtivas, sérias e válidas, mostrando que (ao contrário do que dizem as forças reaccionárias) **existe uma alternativa** para a política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista e **para a integração de Portugal no Mercado Comum.**

A alternativa é uma política verdadeiramente nacional, democrática e popular.

A alternativa é uma **política económica assente nas transformações socioeconómicas** realizadas pela Revolução democrática e consagradas na Constituição da República.

A alternativa é o termo da política e da actuação inconstitucional e subversiva do Governo da Aliança Reaccionária e a adopção de **uma política que impulsione as várias formações económicas,** respeitando os seus limites e dinâmica própria: o sector nacionalizado, a Reforma Agrária, o sector cooperativo, o sector autogestionário, a pequena produção mercantil, o sector privado.

A alternativa é uma **política económica e financeira voltada para o desenvolvimento,** através da mobilização e correcta gestão dos recursos e energias internos com vistas a um rápido aumento da produção, à diminuição das importações e à libertação da dependência do estrangeiro.

A alternativa é o **relançamento corajosos, firme e sem interrupções dos grandes projectos nacionais,** com o Plano Siderúrgico Nacional, o aproveitamento do ferro de Moncorvo, o aproveitamento das pirites alentejanas e dos sienitos do Algarve, a barragem do Alqueva, os projectos da Cova da Beira e do Vale do Mondego.

A alternativa é uma **política industrial** que significa a consolidação e o desenvolvimento dos sectores básicos, a reorganização de empresas, a dinamização das estruturas tradicionais, a reestruturação dos transportes.

A alternativa é uma **política das pescas** que reponha e viabilize o sector nacionalizado pela Revolução de Abril, que assegure o aproveitamento nacional das 200 milhas, que renove os meios de captura, apoie as cooperativas de pescadores e crie uma verdadeira rede do frio.

A alternativa é uma **política agrária,** que, em vez de destruir, consolide, apoie, estimule e prossiga a Reforma Agrária, que impulsione a produção agrícola, silvícola e pecuária, que atenda as reclamações e assegure os direitos dos pequenos e médios agricultores e rendeiros, que assegure aos povos a utilização dos baldios.

A alternativa é uma **política comercial,** que impeça situações monopolistas, proceda à normalização dos produtos, encurte e torne mais eficientes e económicos os circuitos.

A alternativa é uma **política de melhoramento do nível de vida das classes trabalhadoras e das classes e camadas médias,** para assegurar o bem-estar dos portugueses, alargando simultaneamente o mercado interno e estimulando a produção nacional.

A alternativa é uma política, não para servir os grandes capitalistas, os grandes latifundiários, os grandes especuladores, os interesses das multinacionais, mas **para servir Portugal e o Povo português.**

A alternativa é uma **política constitucional,** que nos diversos sectores da vida nacional incluindo a Comunicação Social, reponha a legalidade democrática grosseiramente violada pelo Governo da Aliança Reaccionária, que declare nulas as decisões inconstitucionais, ilegais e arbitrárias, que, entre outras rectificações indispensáveis, reconheça o direito das UCP's/Cooperativas ao uso das terras de que foram ilegamente esbulhadas, e aos gados, máquinas, instalações, benfeitorias, colheitas, que lhes foram roubados violentamente pelo MAP, e que assim assegure a continuação das realizações históricas e exaltantes dos trabalhadores alentejanos e ribatejanos e a construção de uma vida melhor e mais feliz para aqueles que trabalham e para os seus filhos.

A alternativa é uma **política externa conforme com os princípios constitucionais** que, mantendo e mesmo reforçando as relações com os países capitalistas desenvolvidos, designadamente com o Mercado Comum, diversifique as relações internacionais e aproveite as imensas potencialidades de desenvolvimento das relações económicas e de cooperação tecnológica com os países socialistas, com os países africanos de Língua portuguesa, com os países do chamado Terceiro Mundo, — uma política que faça esquecer a vergonhosa submissão à Casa Branca, do Governo da Aliança Reaccionária e recupere para Portugal o prestígio internacional que havia ganho com o 25 de Abril.

A alternativa é, no fim de contas, uma política que impeça o regresso à exploração do capitalismo monopolista, a uma tenebrosa ditadura dos grupos monopolistas e dos latifundiários e que assegure o prosseguimento do Portugal livre, democrático e independente que corresponde inteiramente aos interesses, às aspirações e aos objectivos do Povo português.

A grande tarefa da hora: derrotar a Aliança Reaccionária

Não é por acaso que a integração de Portugal no Mercado Comum é considerada a «prioridade das prioridades» precisamente por um Governo reaccionário que tem como programa a destruição das conquistas revolucionárias do nosso Povo e a liquidação do próprio regime democrático.

Vivemos um momento político particularmente perigoso para a democracia portuguesa.

As forças reaccionárias que querem liquidá-la têm o Governo, têm a maioria embora escassas e conjuntural na Assembleia da República, têm os dois Governos Regionais, têm a maioria das câmaras municipais, têm apoios numa direita militar, têm ajudas e cumplicidades do imperialismo.

O seu plano é inconstitucional, ilegal e subversivo.

O Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral não respeita Constituição, nem leis, nem legalidade, nem ordem democratica, nem decisões do Presidente da República, do Conselho da Revolução e dos Tribunais, nem quaisquer normas da vida democrática, nem quaisquer princípios morais. É um Governo sem escrúpulos, um Governo fora-da-lei, um Governo fascizante composto de reaccionários.

Eles querem no mais curto espaço de tempo destruir as conquistas de Abril. Querem restaurar os grupos monopolistas entregando-lhes sectores e empresas nacionalizadas, querem restaurar os latifúndios, entregando-lhes as terras, os gados e as máquinas roubadas às UCPs/Cooperativas pela violência mais brutal. Querem retirar aos trabalhadores direitos conquistados e querem restaurar a exploração desenfreada do tempo do fascismo, querem restringir as liberdades. Querem um recenseamento fabricado no estrangeiro que permita que votem em massa cidadãos de outros países, vivos ou mortos, querem uma nova lei eleitoral que torne as próximas eleições uma mascarada que lhes permita manter a maioria na Assembleia e no Governo, mesmo que percam centenas de milhares de votos. Querem uma Comunicação Social instrumento dos partidos do Governo, querem finalmente proceder à revisão inconstitucional da Constituição, à destruição do regime, à instauração de uma nova ditadura.

Este plano inconstitucional, ilegal e subversivo está em marcha. A grande tarefa da hora é cortar-lhe o passo, resistir, defender palmo a palmo as conquistas da Revolução, e finalmente derrotar a reacção, atirar Sá Carneiro para a rua, ganhar as próximas eleições e prosseguir o Portugal de Abril.

É isto possível? Sim, camaradas, é possível.

É errado e perigoso subestimar a força do inimigo. Mas mais errado e perigoso é sobreestimá-la.

A reacção tem força, mas a democracia tem mais força que a reacção.

As grandiosas lutas de massas que se têm travado — greves, manifestações, concentrações — mostram que a classe operária, o povo trabalhador, as massas populares, se levantam para a luta com uma tal determinação, uma tal coragem, uma tal unidade, uma tal confiança — que anunciam, sem sombra de dúvida, que, sendo embora difícil, a vitória será nossa.

A combatividade e o heroísmo das massas é testemunho de que o Povo português está firmemente decidido a defender as conquistas de Abril, a assegurar a liberdade, o regime democrático, a independência da Pátria.

Estamos certamente de acordo, camaradas, que saudando todos os trabalhadores em luta, daqui saudamos em particular aqueles que, no momento presente, conduzem a luta na frente mais nevrálgica da defesa do regime democrático — os heróicos trabalhadores da Reforma Agrária — e lhes expressemos a nossa inteira solidariedade e a certeza de que a ofensiva do Governo e dos latifundiários será derrotada e a Reforma Agrária vencerá.

O Governo procura ainda aparentar muita força. Mas a arrogância e a insolência são sinais de fraqueza e nervosismo.

Combatido pela poderosa vaga da luta popular, contrariado pelo funcionamento das instituições, fracassadas as suas sucessivas e miseráveis golpaças, vendo a suas leis subversivas serem declaradas inconstitucionais, registando fiasco atrás de fiasco na sua política externa, roído por contradições na sua frágil maioria na Assembleia da República, envolvido em casos de corrupção, escândalos, e imoralidades que tocam as mais altas instâncias do PPD e do CDS, — **a Aliança Reaccionária apodrece e o Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral perde terreno e caminha para a derrota.**

No quadro das instituições e da legalidade democrática, tudo devemos fazer para que antes das próximas eleições para a Assembleia da República Sá Carneiro vá para a rua.

Mas se **não for para a rua até às eleições, é necessário que vá para a rua como resultado das eleições.**

Temos desde já de nos preparar para elas. Muitos eleitores que iludidos votaram na AD estão já hoje desenganados. Há que ganhá-los para o voto justo, o voto na APU.

Temos de derrotar a reacção e colocá-la novamente em minoria na Assembleia da República. Temos de alcançar um novo avanço do PCP, da APU, como condição indispensável para a formação de um Governo democrático.

Nos meses que estamos a atravessar, é a vida ou a morte da democracia que está em jogo.

O movimento operário e popular, se unido e decidido, é invencível.

A luta popular desenvolve-se nas mais variadas frentes e com os mais variados objectivos.

Uma dessas frentes é a luta por soluções nacionais para os problemas nacionais, a luta por uma política económica que assegure o progresso e a independência nacional, a luta contra a integração de Portugal no Mercado Comum, tema da Conferência que acabamos de realizar com a contribuição de numerosos portugueses e portuguesas que não pertencem ao nosso Partido. Daqui os saudamos fraternalmente.

Daqui fazemos também um apelo à luta e à unidade. À unidade de todos os trabalhadores, à unidade de todos os democratas, designadamente comunistas e socialistas.

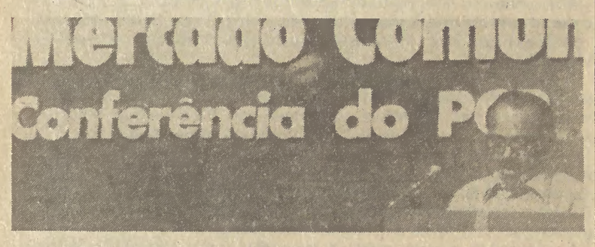
A Aliança Reaccionária será derrotada. Sá Carneiro irá para a rua. As liberdades e as outras conquistas do nosso Povo serão defendidas. O regime democrático consagrado na Constituição triunfará.

Não ao Mercado Comum!
Viva Portugal de Abril!
Viva a independência nacional!
Viva a unidade dos trabalhadores e dos democratas!
Viva o Partido Comunista Português!

Conferência do PCP: Portugal e o Mercado Comum

As razões do não

—Extractos da intervenção de Carlos Costa



(...) Podemos dizer que os estudos já realizados para esta Conferência estão a confirmar as razões da nossa política de recusa de integração de Portugal na CEE. Mas o que certamente a Conferência vai fazer, será estudar em profundidade a repercussão que teria a entrada de Portugal na CEE em cada sector da vida económica e em cada classe e camada social, clarificando também a política de alternativa à CEE proposta pelo PCP.

(...) Sem qualquer debate nacional sério, deu-se como pretensamente já decidida a integração de Portugal na CEE e foi-se desenvolvendo uma monumental operação propagandística, que atingiu o apogeu com o actual Governo, ao definir a integração como «primeira prioridade» nacional, ao multiplicar as declarações sobre o assunto e as deslocações às capitais europeias da CEE, dando origem, inclusivamente, a ridículos e desprestigiantes fracassos políticos e diplomáticos, como ainda recentemente se verificou com a chamada «operação Europa».

Um exemplo típico desta propaganda e demagogia desenfreada foi o facto de, ainda recentemente, o secretário de Estado da Integração Europeia ter anunciado, e o Governo incluído, no Plano para 1980 a realização de 1015 km de estradas (veja-se a precisão dos números) com o financiamento pela CEE de 40%, a fundo perdido, como forma de auxílio da CEE a Portugal na perspectiva da integração.

Ora, a única verdade em tal matéria, segundo decclarações de um qualificado representante da CEE na FIL-80, é que a CEE nunca tinha decidido tal questão.

(...) Sinteticamente, podemos dizer que somos contrários à integração de Portugal na CEE por **razões de desenvolvimento económico e por razões de independência nacional.** Pensamos que a entrada de Portugal na CEE contraria o mais rápido desenvolvimento económico e contraria igualmente a independência nacional, e pensamos que estas duas questões estão intimamente ligadas.

(...) Nós somos contrários à entrada de Portugal na CEE por **razões institucionais,** isto é, porque a nossa Constituição consagra as grandes conquistas da Revolução: as nacionalizações (completamente diferentes no objectivo e no âmbito das que se realizaram em países da CEE), a Reforma Agrária e o controlo operário, como instrumentos para o desenvolvimento económico, a justiça social e o caminho para o socialismo para que aponta a Constituição da República, caminho incompatível, portanto, com o capitalismo monopolista de Estado, reinantes em todos os países da CEE.

Somos igualmente contra a integração por **razões de estrutura da economia portuguesa.** Quando se sabe, por exemplo, que, na agricultura portuguesa, 78% das explorações agrícolas têm menos de 4 ha e que, na indústria, 84% das empresas têm menos de 50 trabalhadores e que, no comércio, 75% dos retalhistas vendem menos de mil contos anuais, facilmente se conclui que a estrutura da economia portuguesa é tal que seria devastada pela entrada de Portugal no Mercado Comum e pela livre concorrência das multinacionais e dos grandes monopólios no nosso País.

E o mesmo aconteceria em relação a outros sectores como o da energia e das pescas.

A agravar os feitos desta concorrência haveria ainda que contar com a maior concorrência de países da área do Mediterrâneo associados à CEE (Turquia, Malta, Chipre), com a dos países do Magrebe (Argélia, Tunísia, Marrocos) e com os novos países em processo de adesão, Espanha e Grécia, cujas produções são, em grande parte, concorrentes das nossas, para não falar dos países da Convenção de Lomé.

Vale a pena citar um estudo significativo sobre esta matéria. A CIP, num estudo que fez sobre as consequências para Portugal da adopção de pauta exterior comum da CEE, foi obrigada a reconhecer que os níveis de protecção da nossa pauta em relação àquela, baixariam substancialmente, com fortíssimas repercussões negativas em múltiplos sectores. Este problema será, certamente, clarificado nos debates a realizar nas secções.

Mas somos também contra a adesão por **razões conjunturais** (e uma conjuntura que já não é bem conjuntura): a economia capitalista, e, portanto, a economia dos países do Mercado Comum atravessa a mais grave e a mais longa crise do após-guerra. Esta crise, cujo início geralmente se assinala em 1974, embora a ruptura do sistema monetário internacional já se tivesse verificado em 1968, continua a persistir, e técnicos ao serviço da CEE confessam, pelo menos alguns, que não vêem saída para ela no quadro do sistema existente.

(...) Em Portugal há várias forças a defender a entrada de Portugal na CEE. Umas, e as mais aguerridas, são aquelas que nunca levantaram a voz contra o domínio imperialista em Portugal.

São as forças do passado, são as forças que hoje estão no Governo e, portanto, põem (e nem admira que ponham) como primeira prioridade do País a entrada na CEE. É a CIP, a CAP, a Confederação do Comércio e, portanto, os seus representantes políticos, o PPD e o CDS e os outros partidos reaccionários. Também aqueles que poderemos designar como sociais reformistas, naturalmente que defendem a entrada de Portugal na CEE dentro do papel histórico que lhes compete, e que têm realizado, de última barreira de defesa do imperialismo e.do capitalismo.

E, neste particular, vale a pena recordar a posição da direcção do Partido Socialista que, a partir de 1976 (depois das nacionalizações e da Reforma Agrária) veio a ser impulsionador da adesão quando, ainda um ano antes (em 13/12/74), Mário Soares afirmava peremptoriamente ao jonal «A Capital»: «Eu declarei e declaro, que Portugal não está em condições de se integrar, neste momento, no Mercado Comum, visto que, se houvesse uma liberdade total de transferência de homens, de mercadorias e capitais entre Portugal e a CEE, a nossa economia ficaria arruinada a curto prazo e o nosso País, possivelmente, despovoar-se-ia». Será que de 1974 para 1976 a economia portuguesa se desenvolveu de tal forma que a tal «liberdade total de transferência de homens, mercadorias e capitais» já não nos levanta qualquer problemas?»

(...) Hoje fala-se bastante, desde que o sr. Freitas do Amaral descobriu que Portugal poderia ser o peão do imperialismo e do neocolonialismo em relação aos novos países africanos (e como tal se foi oferecer à CEE), que Portugal é que poderia ser o grande intermediário na aproximação da CEE a Angola e a Moçambique. Julgamos que não será. E não será porque esses países não aceitarão relações em condições neocolonialistas. Esses países querem ter relações com Portugal em condições de igualdade de respeito recíproco pela soberania e não nas condições de Portugal ser o trampolim do neocolonialismo e do imperialismo. Sendo assim, as intenções e declarações de Freitas do Amaral só podem prèjudicar as relações de Portugal com esses países.

Mas não é só esta a questão. A integração de Portugal na CEE criaria a Portugal dificuldades suplementares nas suas relações comerciais com Angola e Moçambique pois é sabido que aqueles países não aderiram aos acordos de Lomé. Portugal integrando-se na CEE prejudicava-se de imediato, pois não poderia ter com aqueles países relações preferênciais de cooperação económica nos domínios da importação, da exportação e acordos de compensação.

(...) Em Portugal, como já referimos, os diferentes governos têm evitado discutir, têm fugido ao debate. Têm é repetido, matraqueado, que estamos naquilo em que não estamos. É a política dos factos consumados. Até agora os sucessivos governos não publicaram documentação nenhuma sobre quais as vantagens concretas e as desvantagens concretas que haveria para os diversos sectores da actividade económica.

(...) A integração de Portugal no Mercado Comum não é ditada por razões económicas, por razões de bem-estar do nosso Povo, por razões de defesa da independência nacional. Antes pelo contrário.

É, aliás, sintomático que dois economistas (Keith Norris e Lord Waisey) tenham afirmado despudoradamente na 2.ª Conferência Internacional sobre Economia Portuguesa realizada em Setembro de 1979 na Gulbenkian: «É plausível, no entanto,... que os portugueses, no contexto de um Mercado Comum que engloba 300 milhões de pessoas, se vejam a si próprias como uma fonte de mão-de-obra para as indústrias e desenvolvimento noutras áreas da Comunidade, e que Portugal se torne, pouco a pouco, numa estância de férias. Por outras palavras, para os homens que trabalham no Rhur e no Norte de França, incluindo os próprios portugueses, Portugal será o local de férias e de repouso na reforma...» Este o lugar que o imperialismo nos gostaria de reservar na divisão internacional capitalista do trabalho.

Nós continuamos a pensar que o desenvolvimento da economia portuguesa deverá assentar não no afunilamento das nossas relações, mas sim na diversficação das nossas relações económicas externas, aprofundando os acordos com os países capitalistas, nomeadamente com a CEE, com os países socialistas, com os novos países africanos, com os países árabes e outros deverá assentar no respeito e dinamização das diversas formações económicas existentes, na planificação da economia tendo como base principal o sector nacionalizado, no apoio à Reforma Agrária em crédito e técnica, no apoio aos camponeses, ao sector cooperativo e à iniciativa privada não monopolista; num grande esforço nacional; no aproveitamento dos nossos recursos e energias internas; numa nova política de crédito, financeira e de investimentos; na procura de acordos e sistemas de compensação para o financiamento das componentes importadas dos investimentos; na intervenção activa e criadora dos trabalhadores (...)

Conferência do PCP — Conclusões do primeiro debate nacional

A Conferência do PCP "Portugal e o Mercado Comum", efectuada no Porto em 31 de Maio de 1980, na continuidade da realização de vários colóquios e seminários, promoveu um amplo debate, com todos os que nele quiseram participar, sobre as consequências económicas, sociais e políticas que uma eventual integração de Portugal na CEE implicaria para os diversos sectores da economia nacional, para o regime democrático, para os interesses do povo e do País.

Os estudos, análises e debates realizados no decorrer da conferência e durante a sua preparação, documentaram, com dados e factos concretos, que a integração de Portugal no Mercado Comum acarretaria para o País graves consequências nos planos político, institucional, económico e social.

A Conferência documentou também os efeitos que a integração provocaria nos principais sectores da economia portuguesa, designadamente na agricultura, nas pescas, nas indústrias ligeiras, nas indústrias pesadas, no comércio, nos transportes, no turismo.

As análises feitas no âmbito da conferência confirmaram que a campanha pela integração na CEE constitui uma grande operação política contra o Portugal de Abril.

Os resultados da Conferência reforçaram a convicção de que é necessária e é possível a alternativa democrática que assegure o desenvolvimento económico e social de Portugal, no quadro constitucional e com a salvaguarda e consolidação da independência nacional.

A importância e actualidade desta Conferência foi tanto maior quanto o Governo actual, fazendo da integração de Portugal na CEE a "prioridade das prioridades", desenvolve ao abrigo desta sua manobra política e diplomática uma ofensiva generalizada contra o regime democrático e constitucional.

A Conferência do PCP "Portugal e o Mercado Comum" assinalou a necessidade e urgência de uma grande companha nacional de informação, esclarecimento e análise, séria e documentada, sobre as consequências da integração, e denunciou as campanhas de manipulação que têm impedido o confronto de opiniões e o desenvolvimento do debate à volta dessa questão vital para os interesses presentes e futuros do Povo português.

A Conferência do PCP "Portugal e o Mercado Comum" concluiu que, pela defesa do Portugal de Abril, pelo desenvolvimento económico do país, pela independência nacional – é necessário dizer **não à integração de Portugal na CEE!**

I. GRANDE OPERAÇÃO POLÍTICA CONTRA O PORTUGAL DE ABRIL

O PCP afirmou desde sempre que a adesão de Portugal à CEE, a dar-se, nunca serviria os interesses do Povo português e que os desastrosos reflexos políticos e económicos dela resultante, seriam a consequência lógica de uma larga e profunda operação política desencadeada contra o Portugal de Abril.

O PCP afirmou desde sempre que a adesão de Portugal à CEE, a dar-se, beneficiaria sectores reduzidos da população portuguesa em prejuízo da maioria dos portugueses; sectores ligados ao passado cuja força e determinação provêm do facto de estarem aliados à força imperialista dominante na CEE.

1. O alargamento na óptica da CEE e do imperialismo

Interesses políticos

Em termos meramente políticos e apesar das contradições e conflitos entre os grupos monopolistas da CEE, há por parte dos actuais Estados membros da CEE todo o interesse no alargamento da Comunidade aos 3 actuais candidatos à adesão: Portugal, Espanha e Grécia.

Alegando que o apoio da Comunidade se deve ao facto de que "a salvaguarda da paz e da liberdade na região meridional da Europa é do interesse de todos" quer-se escamotear as verdadeiras razões políticas que estão por detrás do envolvimento de Portugal, Espanha e Grécia na problemática da integração:

1.º Impedir com essa integração na Europa dos monopólios que as transformações democráticas ocorridas nos últimos anos, nesses países, conduzam à formação de regimes progressistas não alinhados com o imperialismo, que iniciem uma via independente de desenvolvimento económico, social e político;

2.º Facilitar aos EUA o reforço da sua estratégia político-militar, nomeadamente a "estabilização do flanco Sul" da NATO, com o regresso da Grécia à NATO, a admissão da Espanha e uma maior participação e colaboração (dependência) de Portugal com este bloco militar.

Isto é, a integração dos três candidatos no seio da Comunidade Europeia representaria uma forma de os amarrar política e militarmente à Europa dos monopólios.

Não é, pois, a integração na CEE o caminho para o desenvolvimento económico e social de Portugal. Daí que essa integração apenas seja defendida, internamente, por aqueles que nunca levantaram a voz contra o domínio de Portugal pelo imperialismo, pelas forças do passado, hoje no Governo, enfim, pelas forças cujo papel histórico consiste, em última instância, em não deixar sair Portugal da órbita do imperialismo e do capitalismo.

Carlos Carvalhas

Interesses económicos

Naturalmente são as grandes multinacionais que mais apostam no alargamento do Mercado Comum, porquanto são elas as mais interessadas, as mais beneficiadas e o verdadeiro motor da integração capitalista. Pela própria necessidade que têm de alargar o seu campo de acumulação de capital, conquistando novos mercados para as suas mercadorias – especialmente na área da produção excedentária – e fomentando maiores exportações de capital para regiões onde podem obter taxas de lucro superiores às dos seus próprios países e sem entraves à saída dos lucros.

Pretendem encontrar através do alargamento da Comunidade um campo favorável à superação da crise económica que grassa em todos os Estados membros, ainda que em grau e amplitude diferentes de caso para caso.

Com o alargamento, as multinacionais esperam aproveitar não só a mão-de-obra mais barata e abundante como também a posição geográfica e as relações económicas dos países candidatos; as relações que a Grécia mantém com muitos países do Mediterrâneo Oriental; as relações que a Espanha mantém com os países da América Latina; as relações que julgam que Portugal pode manter com os países africanos libertados do colonialismo.

O controlo dos novos mercados não é uma questão de somenos importância, especialmente para as produções excedentárias da Comunidade. Segundo os seus próprios dirigentes, uma das vantagens do alargamento é precisamente as possibilidades novas que se abrem ao "escoamento para os produtos industriais e para alguns dos produtos agrícolas (cereais, carne bovina e porcina, produtos lácteos, etc.) num mercado que passará de 260 para 320 milhões de consumidores".

Outro factor determinante para o alargamento é a mobilidade dos capitais estrangeiros. A reestruturação industrial e comercial que os três países teriam que promover poderia eventualmente realizar-se através de avultados financiamentos feitos pelos grandes banqueiros da Comunidade. Nisto jogam abertamente as multinacionais que a partir desse apoio tentariam exercer total domínio económico e financeiro sobre a economia desses países.

As multinacionais alemãs (intimamente ligadas às multinacionais americanas) seriam as mais beneficiadas com o alargamento porquanto o papel central do marco no sistema monetário europeu em formação, os seus excedentes comerciais colocam a RFA, por detrás da qual os Estados Unidos da América pressionam activamente, numa situação privilegiada dentro da CEE. Por isso será bom recordar que em Portugal o conjunto de empresas alemãs, entre as quais se encontram as mais conhecidas e poderosas multinacionais, empregam doze mil trabalhadores e o investimento alemão passou de 1,89 milhões de contos em 76/77 para 4,24 milhões em 1979.

Dificuldades, contradições e objecções

A crise económica que a CEE atravessa (estagnação do crescimento; aumento do desemprego e da inflação; crescente resistência dos camponeses à Política Agrícola Comum) tem tido como consequência imediata o agudizar das contradições e dos conflitos de interesses entre os Estados membros. As disparidades regionais entre os países e mesmo no interior destes não param de crescer, alargando-se o fosso entre os países mais ricos (RFA, Dinamarca) e os países mais pobres (Irlanda, Itália).

O processo de alargamento em curso, no contexto da actual crise, com os problemas daí decorrentes para a Comunidade, trouxe à superfície dúvidas e discordâncias de alguns sectores quanto às vantagens e desvantagens da entrada de novos membros.

As principais objecções partem da França, da Bélgica e da Itália, precisamente os países que mais receiam a concorrência dos três países candidatos no sector agrícola devido ao facto destes serem produtores de artigos mediterrânicos (vinho, frutas, legumes, etc.) de que a CEE já é auto-suficiente e mesmo excedentária.

Também algumas multinacionais dos ramos industriais em crise (têxteis, construção naval, siderurgia, químicas), põem reservas ao alargamento indiscriminado, enquanto, por outro lado, exigem aos países candidatos limitações ao crescimento dessas industriais para "facilitar" a adesão.

A utilização de fundos orçamentais da Comunidade para subsidiar as economias dos países candidatos e suas balanças deficitárias está a encontrar algumas barreiras, nomeadamente dos países mais pobres que não estão dispostos a contribuir com maiores verbas para o conjunto da CEE.

A não aprovação do Orçamento para 1980, o conflito com a Inglaterra devido ao quantitativo da sua contribuição para os fundos da Comunidade, as dificuldades sentidas na fixação dos preços agrícolas, sendo um índice do choque de interesses económicos que se avolumam, acabam também por dificultar o funcionamento dos órgãos institucionais que com o alargamento mais dificuldade terão para exercerem o seu papel. À luz desta situação objectiva entendem-se melhor as palavras do Primeiro-Ministro francês quando, tempos atrás, se mostrava pouco favorável a um alargamento precipitado da Comunidade. Os sucessivos atrasos dos calendários previstos para os processos de adesão reflectem em si mesmos essa realidade contraditória e comprovam a justeza da luta dos trabalhadores portugueses contra a integração de Portugal na Europa dos monopólios.

A intervenção sindical nos órgãos e nas decisões da comunidade – cujo incremento é, de resto, preconizado na Resolução do Conselho de 21.1.74 referente a um **Programa de Acção Social** – reflecte, apesar de tudo, a pressão resultante do ascenso da luta das massas trabalhadoras atingidas duramente pela crise económica do capitalismo. O aumento do intervencionismo comunitário em matéria social não é, porém, suficiente para, ao menos, atenuar as graves consequências da crise económica para os trabalhadores.

(...) Também no respeitante aos direitos dos trabalhadores a adesão à CEE corresponde a uma grande manobra política. Trata-se, sobretudo, de anular o sentido e a função que a Constituição atribui aos direitos dos trabalhadores – a criação de condições para exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras – e de dissociar a efectivação desses direitos da concretização de um sistema de organização económica e social assente na apropriação colectiva dos principais meios de produção.

Barros Moura

2. O alargamento na óptica interna

A adesão como um pretexto

A questão da adesão de Portugal à CEE começou a colocar-se com força em 1976 a partir da viragem à direita registada na vida política interna, na sequência da formação do Governo PS sozinho, de facto aliado à direita.

A questão da adesão de Portugal à CEE não se pode separar do processo de recuperação capitalista, latifundista e imperialista então iniciado, agravado com os "pacotes" negociados com o FMI.

A questão da adesão de Portugal à CEE esteve, por conseguinte, desde o início ligada à política de ataque às conquistas da revolução e aos direitos dos trabalhadores.

Com o pretexto da entrada de Portugal na CEE travaram-se e anularam-se projectos de investimento de inegável interesse nacional para o nosso desenvolvimento (Plano Siderúrgico Nacional, beterraba sacarina, barragem do Alqueva, aproveitamento integrado das pirites, etc.).

Com o pretexto da entrada de Portugal na CEE ataca-se a Reforma Agrária alegando-se que na CEE não há unidades colectivas de produção.

Com o pretexto da entrada de Portugal na CEE procura-se reprivatizar a banca nacionalizada e entregar os sectores nacionalizados mais rentáveis à iniciativa privada.

Com o pretexto da entrada de Portugal na CEE, pretende-se rever toda a legislação laboral favorável aos trabalhadores.

E é ainda com o pretexto da entrada de Portugal na CEE que se defende a revisão inconstitucional da Constituição Portuguesa.

Vantagens económicas

As "vantagens económicas" que os defensores da adesão apontam caracterizam-se pela falta de rigor, de convicção, limitando-se na maioria dos casos e, mesmo assim, timidamente, a ficar pela referência benéfica para o turismo. E nem isso provam com o mínimo de fundamento. É evidente a falta de estudos fundamentados ou, pelo menos, a recusa em torná-los públicos com receio de que as conclusões neguem exactamente as vantagens que apregoam.

Dizem, é certo, que o processo de adesão, implicando esforços de reestruturação e reconversão na estrutura produtiva, de modo a torná-la mais competitiva e a melhor suportar os efeitos da integração, será benéfico para a modernização da nossa economia. Mas sabe-se o que significam tais palavras na boca dos patrões da CIP, da CAP e da CCP: ruína de milhares de PMEs, reconstituição do domínio do grande capital.

Como poderá evoluir a **Balança Comercial** com a integração na CEE? O tipo de desenvolvimento da última década do fascismo, suscitado já pela integração na EFTA, e privilegiando as exportações, como base da estratégia de desenvolvimento, conduziu ao rápido crescimento dos défices da BC, como, aliás, se verifica noutros países de capitalismo dependente. Note-se que os défices da Balança Comercial triplicaram entre 1965 e 1973 (10 milhões de contos em 1965, 30 milhões em 1973).

Vamos então exportar mais para a CEE? Acreditamos que é possível, mesmo sem entrar para a CEE. Porém, se entrássemos para a CEE, exportaríamos sim, mas o que interessa às multinacionais produzir em Portugal, isto é, produtos de baixa tecnologia ou semiprodutos e componentes de tecnologia média, vendidos com custos salariais muito inferiores aos da CEE, ou seja, por preços abaixo do seu valor. A produtividade nos grandes monopólios pode desta forma aumentar mesmo à custa de maior taxa de desemprego nos seus países.

Carlos V. de Carvalho

Os vários projectos de adesão

Nos sectores políticos e sociais defensores da adesão confluem projectos de amplitude e significado diverso.

Uns manifestam-se abertamente pela adesão como alternativa ao regime saído do 25 de Abril e à Constituição vigente.

Outros consideram a adesão de Portugal desejável porque só entendem e vêem possível as soluções para os problemas da economia portuguesa na perspectiva de uma dinâmica de desenvolvimento capitalista.

Outros ainda, apesar de reconhecerem os inconvenientes da adesão, não consideram viável outra alternativa, considerando a entrada como irreversível. No fundo, todos estes sectores receiam que o movimento popular chame a si a iniciativa de dirigir as transformações económicas e sociais imprescindíveis ao bem-estar do Povo português e à construção de uma Pátria livre e independente.

II – EFEITOS GLOBAIS DUMA EVENTUAL ADESÃO

1. Efeitos político-institucionais

A **transferência de soberania** que decorre directamente da adesão retiraria ao nosso país a capacidade de tomar decisões em importantes domínios da sua vida social, política e económica. As instituições comunitárias dispõem de poderes próprios que se sobrepõem aos dos Estados membros, cuja utilização visa cada vez mais fazer prevalecer os interesses dominantes na CEE, o que é comprovado pela tendência para utilizar com maior frequência a regra da maioria em substituição da regra da unaminidade na tomada de decisões importantes. A aceitação expressa de "restrições à soberania" decorrentes da adesão, como se propunha no projecto de Constituição de Sá Carneiro, reflecte a vontade dos partidos da reacção em transformar de novo Portugal numa coutada dos monopólios e das multinacionais.

A aplicação das políticas comuns, nomeadamente nos domínios agrícola e comercial, defraudaria o país de instrumentos económicos importantes para a aplicação da sua política económica. As recentes tentativas de impor a uniformização dos sistemas fiscais, em prejuízo das competências próprias aos Parlamentos nacionais, são mais um exemplo do carácter supranacional do Mercado Comum.

O impedimento da realização do projecto constitucional, embora não haja incompatibilidade jurídico-formal das normas constitucionais em relação ao Tratado de Roma, seria objecto de pressões adicionais. A lógica do Mercado Comum, dificultaria a efectivação do papel motor do sector público e o alargamento do sector de propriedade social, impediria o papel determinante de planificação democrática da economia.

A alteração das fronteiras entre as diversas formações económicas, podendo levar ao desaparecimento de formas de propriedade, como as empresas em autogestão e cooperativas de produção, seria progressivamente imposta para "fazer corresponder" o nosso modelo-económico ao dos países da CEE. Acentuar-se-iam as pressões para desnacionalizar, para entregar à exploração capitalista e para asfixiar económica e financeiramente as empresas nacionalizadas.

O processo de entrega de terras de UCPs/Cooperativas da zona da Reforma Agrária aos antigos latifundiários seria levado até ao fim, como é hoje confessado pelos seus apologistas.

A capacidade de intervenção do Estado nas empresas alvo de sabotagem económica seria congelada.

Podemos, pois, concluir que quando os chamados "nossos amigos da Europa da CEE" dizem apoiar a entrada de Portugal no Mercado Comum, estão, de facto, a defender as economias em crise dos seus próprios países, na medida em que a solução daqueles passa, à falta de outras colónias, pelo aproveitamento do trabalho e saber dos trabalhadores de países de economia ainda mais débil a quem para o efeito impõem os espartilhos jurídicos necessários, votados à sombra do Tratado de Roma. Na realidade é certo e sabido que à necessidade de alargamento e desenvolvimento económico dos "Estados fortes", opõe-se a necessidade de protecção dos "Estados periféricos", contradição que, obviamente, se repercute a nível institucional.

(...) Formalmente, o Tratado de Roma não exclui a adesão de um País cuja organização económico-social assente, segundo a Lei Fundamental, "no desenvolvimento das relações de produção socialista, mediante a apropriação colectiva dos principais meios de produção e solos, bem como dos recursos naturais, e o exercício do poder democrático das classes trabalhadoras" (artigo 8.º da Constituição).

O que, no entanto, se afigura claro é que a lógica do modelo económico da CEE tenderá, na prática, a "expulsar", como corpo estranho, os países cuja organização económica assenta em pressupostos materais incompatíveis com os seus. A expulsá-los ou a recuperá-los...

José Sucena

2. Efeitos económicos

O domínio exercido pelo capital multinacional e a subordinação às políticas agrícola e comercial comuns, teriam efeitos económicos gravosos para Portugal.

A adopção da Política Agrícola Comum, implicaria, nomeadamente, a eliminação de subsídios a factores de produção (adubos, combustíveis, etc.), a obrigatoriedade de aquisição de produtos agrícolas excedentários na Comunidade, ainda que a preços superiores aos do Mercado Mundial (trigo, açúcar, etc.) e a redução de áreas agrícolas.

No que se refere às estruturas de produção, verifica-se que, enquanto em Portugal as explorações inferiores a 4 hectares representam 78% do total (e dentre estas as inferiores a 1 hectare são 50%) e as compreendidas entre 20 e 50 hectares são apenas 2%, no conjunto dos países da CEE as explorações entre 1 e 5 hectares são da ordem dos 40% e as de área entre 20 e 50 hectares correspondem a 17%.

Por outro lado, a evolução havida nas estruturas de produção dos países da CEE, como é o caso da França, da Itália e da própria Alemanha Federal, torna claro que tal evolução se vem processando no sentido da crescente concentração capitalista da terra, de acordo, de resto, com o que preconizou Mansholt em 1968 ao defender a necessidade de desaparecimento de metade das explorações agrícolas do Mercado Comum de então, e a sua substituição por explorações de "dimensão suficientemente grande".

Por exemplo em França, em menos de 20 anos, foram liquidadas cerca de 700 mil explorações, representando aproximadamente 40% do seu número à data do tratado de Roma; quanto à população activa agrícola, em 17 anos, e para o conjunto dos 9 países da CEE, sofreu uma redução de 26,4%, correspondente a 3,3 milhões de trabalhadores.

Margarida Tengarrinha

A Política Comercial Comum obrigaria à eliminação das barreiras aduaneiras face aos países da CEE, à denúncia de todos os acordos com conteúdo comercial, à adopção da Pauta Exterior Comum e à assunção dos compromissos já existentes nas relações da comunidade com outros países, em especial os relacionados com a concessão de facilidades no âmbito do Sistema de Preferência Generalizado. Isto significaria: a perda das relações preferenciais que a EFTA nos concede para alguns produtos, (concentrado de tomate, as conservas de peixe e as amêndoas); a caducidade dos acordos agrícolas bilaterais com a Suíça, Suécia e Finlândia; a perda das preferências com os EUA, Japão, Canadá, Áustria, Austrália e Nova Zelândia; a denúncia dos acordos com os países socialistas dificultando o aumento das relações económicas com estes países. Impossibilitaria relações preferenciais com Angola e Moçambique.

(...) A eventual adesão de Portugal à CEE não pode ser desligada das possíveis adesões da Espanha e da Grécia. Ora a abertura do mercado português ao comércio com estes países, e em especial com a Espanha, causaria dificuldades insustentáveis a largos sectores da economia portuguesa, devido à similitude existente na estrutura produtiva, quer industrial quer agrícola, daqueles dois países, e em grande parte com uma competitividade superior à nossa. Igualmente aqui, a contrapartida em termos de exportação nacional para esses países seria praticamente nula.

7.ª Secção

O desenvolvimento dos sectores básicos da economia seria travado e inviabilizada a implantação de um forte sector de produção de equipamentos.

Os recursos minerais do país seriam explorados pelo capital internacional, e apenas de acordo com os seus interesses, ou subvertidos nos seus objectivos nacionais.

A liberalização do investimento estrangeiro abriria a economia nacional ao capital multinacional, o que, conjugado com as orientações económicas globais determinadas a nível supranacional, conduziria a que Portugal ocupasse na divisão capitalista internacional do trabalho um lugar de mero fornecedor de mão-de-obra barata.

O bloqueamento do desenvolvimento tecnológico nacional, o agravamento da dependência tecnológica em relação às empresas originárias do Mercado Comum, a multiplicação de imposições de pacotes tecnológicos, a impossibilidade de exercício de qualquer forma eficaz de controlo do processo de transferência de tecnologia, a par do incremento das actividades das empresas multinacionais no mercado interno, impediriam a utilização coerente e racional deste importante instrumento de política económica global.

Os défices da Balança Comercial, seriam fortemente agravados, em resultado da conjugação dos efeitos decorrentes do aumento do preço de algumas importações, do aumento de importações possibilitadas pelo desarmamento alfandegário e pela concessão do Sistema de Preferências Generalizado (SPG), da redução de exportações para alguns países que actualmente nos concedem este regime do SPG, bem como pelo não aumento significativo das exportações devido à maior concentração das relações económicas externas.

3. Efeitos Sociais

O agravamento brutal do desemprego, seria uma das mais gravosas consequências para os trabalhadores e para a economia portuguesa. Com a liberalização dos despedimentos e a utilização de contratos a prazo, as empresas em dificuldades fariam recair directamente sobre os trabalhadores os custos da adesão. Com a política de dependência não se criariam postos de trabalho em número suficiente para fazer face aos que desaparecessem e, ainda mais grave, não se conseguiria dar resposta às crescentes solicitações do direito ao trabalho, nomeadamente dos jovens saídos da vida escolar.

O confronto da legislação portuguesa com as normas comunitárias, bem como as legislações nacionais dos Estados membros da CEE revela que, no geral, os direitos reconhecidos aos trabalhadores portugueses são tanto ou mais alargados do que os reconhecidos aos seus congéneres europeus. E isto é particularmente notório no campo dos direitos de organização e acção colectiva, sendo de salientar os direitos sindicais, a participação na elaboração da legislação do trabalho, o direito à greve, as comissões de trabalhadores e controlo de gestão. O regime da cessação do contrato de trabalho e da protecção contra os despedimentos deve também ser incluído entre os mais avançados e que melhor garantem no plano jurídico a segurança no emprego. E certamente em nenhum país da Europa capitalista se avançou tanto na contestação e na limitação – no plano jurídico, por lei ou convenção colectiva – do poder absoluto do dono dos meios de produção, sobre a empresa e sobre os trabalhadores.

J. Barros Moura

O aumento acelerado dos preços, seria uma consequência imediata, devido ao aumento dos preços dos bens alimentares, à eliminação do "cabaz de compras", e à anulação de subsídios a factores de produção na agricultura e nas pescas (gasóleo, adubos, etc.). A aplicação do imposto sobre o valor acrescentado cujas receitas seriam transferidas para o orçamento da CEE levaria também ao aumento dos preços de bens e serviços. A possibilidade de controlar os preços seria posta em causa.

A ofensiva contra os direitos dos trabalhadores, seria intensificada e aumentariam as pressões e ingerências do grande capital contra as organizações dos trabalhadores. A política de baixos salários seria justificada para efeitos de competitividade, favorecendo a centralização e a acumulação de capital.

A juventude seria um dos sectores mais prejudicados, com o processo de adesão. Os problemas hoje existentes com a ausência de

Conferência do PCP: Portugal e o Mercado Comum

... sobre uma operação política contra o nosso País

saídas profissionais e a não criação de postos de trabalho em número suficiente seriam agravados e reforçados com a eventual adesão. A crise do ensino e a dominação cultural, acentuariam o elitismo classista, particularmente no ensino superior, e agravar-se-ia ainda mais o desfasamento entre o sistema formativo e a estrutura do emprego.

A frustração profissional dos quadros técnicos, seria acentuada por factores decorrentes da adesão. A condenação do país ao atraso económico dificultaria a resolução correcta dos problemas relacionados com as carreiras profissionais e com inexistência de postos de trabalho compatíveis.

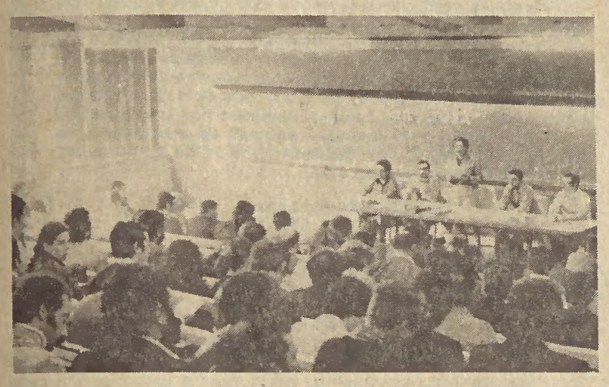
A dependência cada vez mais acentuada do estrangeiro, incluiria a ocupação de postos-chave nas empresas, por técnicos estrangeiros e dificultaria o desenvolvimento tecnológico nacional.

III – EFEITOS SECTORIAIS

1. Agricultura

A aplicação da política agrícola do Mercado Comum à nossa agricultura seria catastrófica.

O desarmamento aduaneiro, o mercado comunitário preferencial, o "sagrado" princípio dos "preços reais", provocariam uma maciça entrada no mercado nacional dos produtos excedentários na CEE, a preços tais que arruinariam e lançariam na miséria centenas de milhares



de camponeses e assalariados.

A integração de Portugal juntamente com a Grécia e, sobretudo, a Espanha, criaria problemas suplementares às nossas produções de exportação tradicionais – vinho, tomate, horto-frutícolas, azeite – não só em relação ao mercado comunitário, como também no próprio mercado interno.

No caso particular da agricultura que é feita nas regiões autónomas, as consequências traduzir-se-iam no completo esmagamento das produções típicas da massas enorme dos pequenos agricultores (veja-se, por exemplo, o caso da banana que não resistiria à concorrência dos países terceiros; o vinho do produtor directo – proibido na CEE; e ainda o caso do leite).

A redução das áreas cultivadas, a concorrência no mercado interno de alguns produtos agrícolas provenientes da CEE e o não desenvolvimento de novas culturas (porque excedentárias na comunidade), aumentariam a já elevada dependência alimentar de Portugal. A aplicação da Preferência Comunitária aumentaria substancialmente o custo de importações de produtos agrícolas. (A aplicação deste princípio ao trigo, milho e carne de bovino, implicaria só por si, e a preços de 1977, um aumento de custo da ordem dos 10 milhões de contos).c

A eventual adesão não resolveria os problemas do sector agrícola, antes os agravaria, impondo um modelo económico talhado à medida dos interesses dos grandes monopólios e multinacionais dos sectores agro-industrial, da celulose, dos equipamentos agrícolas, da agro-química, etc.

A Política Agrícola Comum (PAC) apresenta-se normalmente com três grandes componentes – organização de mercados, política de preços e política de estruturas – assentando nos princípios "**da unicidade de mercado**", do qual decorre a eliminação das taxas e subsídios e a livre circulação de produtos, "**da preferência comunitária**", que protege o mercado interno da CEE das importações dos produtos que no mercado mundial têm preços mais baixos e das flutuações dos preços mundiais, e por último o princípio da chamada "**solidariedade financeira**" segundo o qual todos os países membros suportam em comum as consequências financeiras das medidas tomadas no âmbito da PAC e para cujo funcionamento o instrumento essencial é o Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA).

Na verdade, a PAC não é mais do que uma política de preços cujos pilares são a Rede de Informação de Contabilidades Agrícolas (RICA) e o FEOGA.

A RICA é uma estrutura de concentração e análise dos dados contabilísticos de cerca de 30 000 explorações (as de maior eficiência técnico-económica) cuja função é a proposta de preços para os produtos com base na análise da contabilidade dessas 30 000 empresas, preços que são posteriormente objecto de decisão final – por critérios eminentemente políticos – do Conselho de Ministros da Comunidade. Quanto ao FEOGA, além dos objectivos de interferência nas estruturas agrárias de que falaremos mais adiante, tem essencialmente uma dupla função nas intervenções reguladoras de mercado: cobrando taxas (*prélèvements*) dos países que importem no mercado mundial a preços inferiores aos praticados na CEE e pagando restituições aos países da Comunidade que exportem produtos cujos preços na CEE sejam superiores aos do mercado mundial.

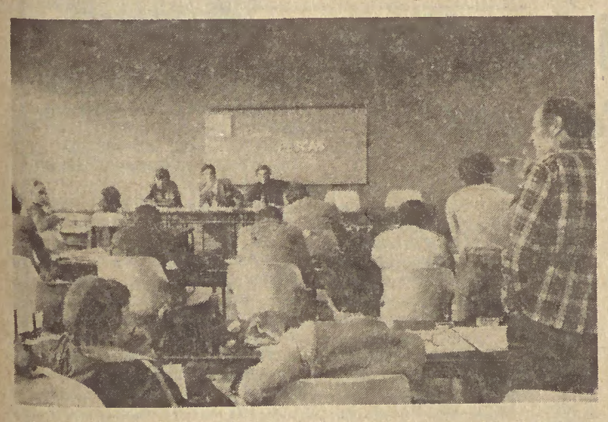
Assim resulta claro que o objectivo da formação dos preços pelos mecanismos sumariamente descritos visa assegurar às empresas agrícolas detentoras das modernas tecnologias de produção uma valorização do trabalho agrícola semelhante à do trabalho não agrícola com a consequente acumulação de lucros à custa da pauperização e ruína das pequenas empresas. Por outro lado, através do FEOGA, vão-se acentuando os desequilíbrios inter-países comunitários e inter-regionais por via de medidas aparentemente proteccionistas da CEE como um todo, mas que na realidade se traduzem no financiamento dos países exportadores pelos importadores, isto é, o financiamento dos países mais desenvolvidos pelos economicamente mais débeis.

Margarida Tengarrinha

2. Pescas

A adesão de Portugal à CEE acabaria com a nossa Zona Económica Exclusiva, abrindo os portos nacionais e as águas sob jurisdição portuguesa às frotas dos países do Mercado Comum, e países terceiros com quem a Comunidade negociasse acordos de pesca, intensificando a concorrência estrangeira nas nossas águas, e limitando seriamente as capturas das frotas nacinais.

A redução das capturas teria gravíssimas consequências, não só para as frotas, mas também para as indústrias de terra, com perda de



numerosos postos de trabalho, levando ao aumento das quantidades e preços das importações de pescado e produtos pesqueiros, que atingem já as 100 000 toneladas anuais.

A abolição dos direitos alfandegários sobre as nossas exportações de conserva para a CEE, seria paga por elevado preço, dado que implicaria a abertura total do nosso mercado aos produtos pesqueiros da Comunidade alargada com a presença da Espanha, nosso principal concorrente, e a entrega gratuita dos nossos recursos, impedindo a expansão e modernização indispensáveis à sobrevivência da indústria, e à conquista de outros mercados.

3. Indústria ligeira

Têxteis

Com a eventual integração na CEE, Portugal seria obrigado a conceder as mesmas facilidades que os países da Comunidade estabelecem a países Asiáticos e Africanos, subscritores do Acordo Multifibras. Isto significaria que muitos dos nossos produtos têxteis seriam batidos no mercado interno pela produção daqueles países, o que levaria necessariamente ao encerramento das empresas com menor produtividade, e ao consequente aumento de desemprego (um estudo oficial prevê que o volume desse desemprego se situaria nos 45 mil desempregados)!

O desarmamento alfandegário em relação a estes países, pela introdução da Pauta Exterior Comum, é estimado numa redução de 163% para 13% e de 161% para 15%, respectivamente, nos tecidos de fibras sintéticas e artificiais contínuas. Nos tecidos de algodão, as tarifas passariam de 60% para 13 e 15%, e nos tecidos sintéticos de fibras descontínuas, os direitos reduzir-se-iam de cerca de 300% para 16%.

Atente-se, ainda, que no sector têxtil, cerca de 85% das empresas têm menos de 50 trabalhadores, sendo a produtividade um terço da da RFA e da Dinamarca e 80% inferior à da Itália.

A distribuição (do têxtil) por regiões, das mais de duas mil empresas do sector que, nalgumas zonas, assume características de mono-indústria, é a seguinte: têxtil algodoeira e malhas nos distritos de Braga e Porto; vestuário nos distritos do Porto, Braga e Lisboa e lanifícios nos distritos de Castelo Branco e Guarda.

Na têxtil, predominam as pequenas unidades industriais com mais de 80% do número total de empresas, empregando menos de 50 trabalhadores o que corresponde apenas a cerca de 18% dos 250 mil trabalhadores do sector e cerca de 38% dos trabalhadores estão agrupados num pequeno número de grandes empresas correspondentes apenas a 3% do número total de unidades industriais têxteis.

É no vestuário e nas malhas que o peso das pequenas empresas é maior.

Se compararmos a estrutura da nossa indústria têxtil com a da CEE, verificamos que há uma forte proporção de têxtil na nossa indústria transformadora, quer em termos de valor acrescentado, com 21% para Portugal contra 8,8% na CEE, quer no caso do emprego, com 27% para Portugal contra cerca de 6% para a CEE.

O valor bruto da produção têxtil em 1979 ultrapassou os 80 milhões de contos, com um valor acrescentado de 30 milhões, o que representa 25% do total das indústrias transformadoras.

Entretanto, as exportações de têxteis, o ano passado, elevaram-se a mais de 48 milhões de contos, ou seja, 1/3 do valor global das estimativas das nossas exportações, sendo cerca de 62% para a CEE.

Se compararmos com a CEE, os índices de produtividade em Portugal são mais baixos 3 e 4 vezes em relação aos países da CEE.

Esta baixa produtividade do sector tem como causas fundamentais as deficiências estruturais, entre as quais ressalta o peso enorme das PMEs, o parque industrial obsoleto de muitas empresas, a descapitalização bastante generalizada, apesar de uma parte do sector, sobretudo na têxtil algodoeira e no vestuário, ter beneficiado de uma evolução tecnológica recente.

Em termos de dimensão, apenas cerca de 20 empresas têm mais de mil trabalhadores, o que, comparado com os padrões europeus, significa que em Portugal praticamente não existe a grande empresa. E, se tivermos em conta que pouco mais de 20 empresas asseguram cerca de 40% das nossas exportações, ficamos com uma ideia mais clara da importante concentração e centralização da produção e do mercado num restrito número de empresas.

Nos últimos meses tem-se assistido à compra de médias empresas, sobretudo no distrito do Porto, onde estas predominam, por grupos económicos já ligados ao sector. Tal fenómeno faz prever uma aceleração de concentração e centralização capitalistas no sector, o que está a ser acompanhado do encerramento de pequenas empresas.

(...) Em 1977, a CEE procedeu a uma revisão do acordo Multifibras, o que limitou a taxa de aumento das importações dos países do chamado Terceiro Mundo. Tal acordo deverá vigorar até 1982 para permitir que, entretanto, os países da Comunidade façam a reestruturação da sua indústria. Entretanto, o desemprego na CEE continua a aumentar, a produção de fibras químicas é excedentária e é cada vez maior a agressividade concorrencial dos países do chamado 3.º Mundo e do Mediterrâneo que mantêm acordos preferenciais com a CEE.

Ilda Figueiredo

As conclusões da Conferência do PCP são o texto publicado a 2 colunas; o texto que aparece num corpo mais pequeno, em blocos de 3 colunas, são extractos de algumas das 70 comunicações apresentadas nas secções.

Química

O mercado interno português não é coberto pela produção nacional. A existência de matérias-primas estratégicas e o domínio de alguma tecnologia neste sector, permitiria de imediato o seu desenvolvimento, nomeadamente pela produção nacional de produtos importados.

Com uma produtividade neste sector que é de menos de metade do da RFA, da Inglaterra e da Itália, a adesão colocaria o nosso mercado à mercê das multinacionais da CEE e da produção de países terceiros (na indústria da borracha, por exemplo, a protecção desceria de 20% para 7,5% e no ácido sulfúrico passaria de 38,1% para 3,2%) o que levaria à liquidação ou absorção da grande maioria das empresas nacionais pelas transnacionais.

Em 1978 o VBP (produção) da indústria química foi de cerca de 96 milhões de contos (incluindo refinação de petróleo).

Tal produto foi criado por cerca de 63 mil trabalhadores, laborando em mais de 1100 empresas, de que são de destacar, pela sua importância, a Quimigal, a Petrogal, a Soda Póvoa, a PGP, a CIFA, a Fisipe, a Mabor, a Sonadel, a Uniteca, a Cires, a Sapec, a Sovena, a Finicisa, a Sociedade Nacional de Sabões, a Lever-Fima e a Sociedade Portuguesa de Explosivos.

O VAB (produtividade) gerado no mesmo ano foi de cerca de 17,6 milhões de contos e a FBCF (financiamento) ultrapassou os 22 milhões de contos – de um investimento global nacional de cerca de 160 milhões de contos.

Em Portugal, mau-grado as medidas impostas pelo FMI, designadamente a de reduzir a taxa de crescimento do PIB, a Indústria Química tem apresentado um investimento significativo, devido quase exclusivamente ao sector público.

De uma FBCF total de cerca de 22 milhões de contos, a Petrogal investiu cerca de 9,8 milhões, a CNP cerca de 7,2 milhões e a Quimigal cerca de 3,3 milhões. Só estas três empresas do SEE, investiram mais de 90% de todo o investimento realizado na Indústria Química em 1978.

Fernando Sequeira

Madeiras

A integração conduzir-nos-ia neste sector ao papel de fornecedores de matérias-primas, de produtos pouco elaborados e de mão-de-obra barata já que a RFA, a França, a Bélgica e a Itália detêm produtividades 3 a 5 vezes superiores às nossas, e a protecção alfandegária em relação a terceiros países baixaria substancialmente.

A área florestal nacional é de cerca de 3 milhões de ha, correspondendo aproximadamente a 34% do território, o que equivale a 0,33 ha/habitante. Daquela área cerca de 1 300 000 ha é de resinosas estando a restante área ocupada por folhosas (segundo estudos em curso de aptidão do solo, prevê-se que a zona florestal possa vir a atingir os 50% do território do continente).

Ao Estado pertence apenas uma área de 2%, às entidades públicas e cooperativas uma área de 24% e ao sector privado os restantes 74%.

Há uma grande pulverização de propriedade florestal (cerca de 378 000 explorações ocupam cerca de 497 mil hectares o que dá 1,3 ha/exploração), ocupando as restantes 19 mil explorações uma área de 1 235 000 ha com um valor médio de 65 ha/exploração); os respectivos proprietários (dotados de um sentir fortemente individualista) encaram a propriedade florestal como um mealheiro (quando necessitam de dinheiro cortam umas árvores) e o trabalho na mesma (quando raramente o realizam) como uma actividade complementar da agricultura.

Portugal é, no conjunto dos países da CEE e dos que a ela querem aderir, o único que apresenta saldo positivo no tocante aos produtos florestais (8785 mil contos, segundo estatísticas de 1977, do IPE). Segundo a mesma fonte em 1978 o valor das exportações é da ordem dos 20 milhões de contos, enquanto a importação é de cerca de 3,5 milhões de contos.

Para 1979 espera-se que o valor das exportações possa ter-se aproximado dos 30 milhões de contos.

Pedro Moura

Outros sectores

A debilidade da estrutura produtiva das restantes indústrias (com predominância das PMEs); os acentuados desníveis de produtividade em relação aos países da CEE (com valores entre 2 e 6 vezes superiores às nossas); o desarmamento alfandegário e a aplicação da Pauta Externa Comum (com reduções das taxas de protecção como por ex: malas de viagem de 80% para 10%; óleo de girassol de 60% para 8%), levariam a que os nossos produtos ficassem desprotegidos e fossem batidos no próprio mercado interno. No campo externo, reduzir-se-ia a sua competitividade devido à eliminação de subsídios à exportação.

4. Indústria pesada

Indústria de base e de equipamento pesado em geral

O aprovisionamento da indústria nacional em matérias-primas minerais inexistentes ou em produtos intermediários ainda não fabricados em Portugal poderia ficar dificultado ou encarecido, em virtude da aplicação de certos regimes comunitários (como os decorrentes da CECA, por exemplo, no caso da chapa naval).

A valorização autónoma e no sentido do desenvolvimento económico nacional de diversos recursos minerais importantes, por enquanto insuficientemente explorados (pirites, ferro, sal-gema), inadequadamente aproveitados (tungsténio); ou de interesse estratégico (urânio) ficaria seriamente comprometida, pois a CEE é fortemente deficitária em todas as matérias-primas susceptíveis de serem obtidas com a exploração destes recursos.

A integração levaria a maior concentração do comércio externo português na área da CEE, dificultando as relações comerciais em moldes mutuamente vantajosos com os países socialistas e com os países em desenvolvimento, sendo certo que estes constituem mercados de muito interesse para o aumento de exportações de algumas das nossas indústrias de base e de bens de equipamento pesado.

O atrofiamento das indústrias de base e de equipamento pesado, em virtude da integração na Divisão Capitalista Internacional do Trabalho seria consagrado pela adesão à CEE, com o reforço da distorção estrutural da indústria portuguesa, em que o conjunto dos sectores têxtil, vestuário, calçado, curtumes ainda representa 22% da produção industrial contra 11% apenas no caso da Espanha, e percentagens ainda menores na média da CEE.

Indústrias da celulose e do papel

A eventual adesão propiciaria mais fortes pressões no sentido da não integração vertical da indústria papeleira nacional, na medida em que a CEE é deficitária em pasta, e assim tiraria partido da adesão de Portugal para reduzir a sua taxa de dependência, de fontes exteriores à comunidade, no abastecimento desta matéria-prima.

Indústria química de base e metalurgia

A adesão à CEE em virtude do desarmamento aduaneiro implicaria um aumento considerável da concorrência da indústria de outros países da CEE, com capacidades excedentárias, em particular da espanha, cuja produtividade é duas vezes superior à portuguesa, em parte devido às economias de escala de que disfruta pela maior dimensão do seu mercado, oito vezes superior ao português.

As empresas públicas do sector químico de base, para além de ficarem, pelo menos parcialmente, mais vulneráveis às pressões no sentido da reprivatização, ficariam ainda fortemente condicionadas na sua planificação, desenvolvimento e diversificação de actividades e, dado o papel estratégico que detêm na economia nacional pelas suas relações a montante e a juzante, daí adviriam consequências também para outros sectores e formações económicas.

Aumentaria a penetração do capital transnacional na indústria química e metalurgia – cobre, chumbo, zinco (pirites) e sal-gema, para já não falar de tungsténio – em virtude, por um lado, da maior dificuldade de as empresas de capital predominantemente nacional singrarem autonomamente (dada a sua dependência tecnológia, equipamento relativamente obsoleto, de menores escalas de produção e custos de produção superior), e, por outro lado, pela maior facilidade de manobra de que as empresas transnacionais (ET's) disfrutarão, pela redução drástica de todos os obstáculos que, de alguma maneira, e apesar de tudo, ainda se vão opondo à expansão das suas actividades.

A capacidade negocial portuguesa, designadamente para a aquisição de tecnologia para o aproveitamento das pirites e do sal-gema, bem como para a implantação da metalurgia do tungsténio — ficaria seriamente reduzida, sobretudo na celebração de contratos com empresas transnacionais, na medida em que estas relações se teriam de enquadrar nas normas gerais comunitárias, concebidas não para condicionarem as ETs mas sim para facilitar a expansão das suas actividades.

(...) Tomando por base o volume de vendas, constata-se que a Shell (da CEE) ocupava o 2.º lugar (9,38 milhões de contos de vendas), a Mobil Oil o 4.º lugar (6 milhões de contos de vendas), a BP (da CEE) o 5.º lugar (3,8 milhões de contos de vendas), a Esso o 9.º lugar (1,3 milhões de contos de vendas) a BASF (da CEE) o 12.º lugar (1 milhão de contos de vendas), a Hoescht (da CEE) o 13.º lugar (1 milhão de contos de vendas), a Lever (da CEE) o 15.º lugar (0,9 milhões de contos de vendas) a Firestone o 16.º lugar (0,9 milhões de contos de vendas) e a Bayer da CEE o 17.º lugar (0,88 milhões de contos de vendas).

Porém, se observarmos somente a presença das transnacionais no campo industrial, verificamos que estas operam em domínios tão importantes como o dos produtos farmacêuticos (90%), o do fabrico de pneus e câmaras de ar (40%), do fabrico de tintas e vernizes (70%), o das resinas químicas (70%), o do fabrico de produtos clorados e sodados (70%), chegando ao ponto de estarem ligadas a empresas produtoras de explosivos e de material de guerra.

(...) De todo o investimento estrangeiro autorizado para o ano de 1978, cerca de 27,5% dirigia-se para a Indústria Química. Cerca de 40% deste é proveniente de países da CEE, de entre os quais é de destacar a RFA, a França e o Reino Unido. Esta análise ao investimento estrangeiro, não significa que por princípio sejamos contra ele. Somos sim pelo investimento estrangeiro que nos traga tecnologia e desenvolvimento e não vá contra os interesses do povo português e a independência nacional, como actualmente sucede.

Fernando Sequeira

Indústria siderúrgica

A adesão à CEE, se se verificasse, implicaria a adopção das regras vigentes na Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), (com a qual, aliás, Portugal firmou um acordo em 1972), as quais são impostas através da fiscalização e de sanções extremamente rigorosas.

Implicaria a total proibição do exercício de práticas discriminatórias nos comércios interno e externo que tendessem a proporcionar situações de excepção à Siderurgia Nacional em relação às siderurgias europeias.

Abriria o mercado português à forte concorrência das siderurgias espanholas, a qual é motivo de receio da parte dos países desenvolvidos da CEE, como é o caso da França.

Sujeitaria os preços praticados internamente pela SN à política de preços do aço ditado pela CEE e pelos seus interesses.

Sujeitaria a indústria siderúrgica nacional aos planos da CEE de repartição por país dos quantitativos a produzir mensalmente.

Implicaria severas limitações à intervenção do Estado no sector, constituindo factor propiciador de pressões no sentido da abertura do sector à iniciativa privada.

A opção CEE, pode afirmar-se muito concretamente, já implicou, pelas pressões a que os governos portugueses foram sujeitos e às quais cederam, a transformação do Plano Siderúrgico Nacional em mera expansão da Siderurgia Nacional.

Os principais problemas da nossa indústria centram-se nos seguintes aspectos:
– Estrutura produtiva distorcida e desequilibrada; – baixa produtividade; – dispersão empresarial; acentuado desequilíbrio regional; dependência tecnológica; deficits crónicos da B.C. da indústria; – dependência das exportações em alguns produtos e mercados; – baixo nível de acumulação.

A pergunta que fazemos é: iria a CEE resolver alguns dos problemas estruturais apontados?

Quanto à **estrutura produtiva** dos países da CEE, cerca de 60% do número de activos trabalham nas indústrias metalúrgicas e electromecânicas; em Portugal aquela percentagem não atinge 20%. Em Portugal 55% dos trabalhadores da indústria ocupam-se nos sectores alimentares, têxteis, madeiras e cortiças, contra 15% nos mesmos sectores da CEE.

As diferenças de estruturas, dentro das regras da CEE, não dão origem a uma tendência para o equilíbrio, mas sim para o domínio de uma estrutura sobre outra. Este facto pode ser constatado, não só pelas divergências entre os membros, como pela acentuação dos desequilíbrios regionais. Notemos ainda que um país como a França apresenta elevados deficits no comércio com a RFA, EUA e Japão. Trata-se, como os franceses apontam, de um deficit estrutural que a CEE não resolveu mas, pelo contrário, agravou.

Os sectores de menor peso em Portugal, como as indústrias básicas, a metalomecânica, o material eléctrico, são precisamente sectores em que a CEE é excedentária e se encontram em crise por não terem escoamento para a produção.

O que aconteceu com o PSN, com o projecto de beterraba açucareira, o que acontece ao sector automóvel e na metalomecânica pesada (sofrendo verdadeira sabotagem pela política de direita) são exemplos do que se poderá esperar da integração na CEE.

A entrada para a CEE conduzirá pois, a um efectivo bloqueamento do processo de desenvolvimento.

(Carlos V. de Carvalho)

Metalomecânica pesada

Neste sector, que deveria ter um papel estratégico no apoio ao desenvolvimento das indústrias de base e construção de numerosas infraestruturas, a eventual adesão à CEE não só não iria abrir à nossa indústria um mercado significativo como conduziria a uma crescente implantação das Empresas Transnacionais do sector na nossa economia, o que tenderia a gerar uma dinâmica de subordinação das empresass portuguesas, tecnologicamente dependentes, à actividade dessas ETs, ficando as empresas portuguesas cada vez mais transformadas em meras sub-contratantes para as operações mais intensivas em mão-de-obra.

Construção naval

Passaríamos a importar da CEE a preços mais elevados certas componentes de produtos intermediários como a chapa naval, o que

Armando Castro

reduziria a competitividade da indústria naval portuguesa.

Reduzir-se-ia o volume de encomendas dos países socialistas aos estaleiros portugueses, em resultado da previsível redução das nossas importações desses mercados.

Qualquer eventual aumento de reestruturação da nossa frota pesqueira e mercante seria "repartido" com os estaleiros da CEE.

É de admitir que a "reestruturação capitalista" da indústria de construção naval em curso na CEE viesse a afectar a nossa capacidade actual.

Reduzir-se-ia a possibilidade de implantação no país de indústrias subsidiárias da construção naval.

5. Comércio, Transportes e Turismo

A nível do comércio agravar-se-iam as distorções das nossas estruturas comerciais, aumentaria a inflação, seria acelerado o processo de concentração da distribuição e comercialização nas mãos das cadeias monopolistas, acelerando a ruina do pequeno e médio comércio independente de todos os ramos. Não teríamos uma reestruturação planificada do comércio mas a liquidação do pequeno comerciante em benefício do grande capital. A inviabilização já encetada dos organismos de coordenação económica, intensificaria o controlo dos circuitos de distribuição dos produtos alimentares pelos grandes intermediários e pelas multinacionais.

A nível dos transportes, uma eventual adesão implicaria a subordinação duma política nacional de transportes aos interesses dominantes da CEE, a impossibilidade de desenvolver as frotas nacionais a níveis adequados ao volume do nosso comércio externo e aos fluxos de passageiros, a penetração praticamente sem limites dos operadores estrangeiros e consequentes dificuldades para os operadores nacionais.

A nível de turismo, cuja evolução depende essencialmente da evolução da conjuntura económica internacional, verificar-se-ia uma maior penetração do capital monopolista, com a instalação de filiais das cadeias hoteleiras multinacionais. Aumentaria o grau de dependência face a centros de decisão externa e face aos grandes operadores de viagens, que procuram controlar desde a origem os movimentos turísticos e os movimentos de capitais com eles relacionados.

IV. Por uma alternativa democrática

A integração é a alternativa da direita ao desenvolvimento económico independente e à concretização do projecto constitucional.

Com o 25 de Abril e com as transformações democráticas que se verificaram na economia reuniram-se as condições para o desenvolvimento económico de Portugal assente numa dinâmica não capitalista.

A alternativa à CEE passa assim pelo respeito e dinamização das diversas formações económicas, pela adequação da estrutura produtiva a níveis tecnológicos mais elevados e menos dependentes do exterior, pela modernização da agricultura e das pescas e pela implementação de projectos em sectores básicos da nossa economia.

As dificuldades resultantes da escassez de divisas, deverão ser combatidas, quer pelo aumento de exportações, quer pela redução ou eliminação de importações dispensáveis.

No respeitante às exportações, existem capacidades de produção não utilizadas no âmbito dos produtos tradicionais, nomeadamente no sector dos têxteis e vestuário, que permitem o aumento das exportações sem grandes investimentos adicionais, sendo essencial para isso a diversificação das nossas relações económicas externas. Essa diversificação, permite ainda, no âmbito de contratos a longo prazo e de acordos e sistemas de compensação, a combinação de importações de bens de capital à base de crédito com a exportação de produtos tradicionais, pelo que constitui uma via essencial de desenvolvimento do comércio externo dentro dum plano de desenvolvimento económico.

De imediato, a poupança de divisas necessárias à expansão do investimento terá de conseguir-se, fundamentalmente, através de redução ou eliminação de importações supérfluas ou de menor necessidade e no âmbito da produção nacional de produtos importados.

Esta política, exigirá, entre outras, as seguintes medidas:

– O controlo das importações, com o objectivo de reduzir ou eliminar as importações não essenciais; – a concretização dos projectos das indústrias básicas (PSN, etc.), recorrendo, fundamentalmente, aos sistemas de compensação para o financiamento da componente externa; a selecção dos projectos de investimentos com menor componente importada; – o apoio aos projectos tecnológicos tendentes a substituir importações e a utilizar, prioritariamente, recursos materiais e humanos nacionais; – o apoio ao aumento da produção agrícola e à introdução de novas culturas e o apoio à actividade pecuária e piscatória; – o aumento da produção das indústrias com capacidade sub-aproveitada; – o investimento imediato em indústrias ligeiras, que produzem um elevado efeito de substituição de importações e que são relativamente fáceis de dominar do ponto de vista técnico.

A importância relativa concedida inicialmente às indústrias de bens de consumo, que contribuam para melhorar rapidamente a balança comercial, não elimina, antes pelo contrário, a necessidade de desenvolvimento das indústrias básicas, devidamente enquadradas numa estratégia de médio prazo, sob pena de perpetuação da dependência económica do país.

A política de comércio externo será o corolário natural da estratégia desenvolvimentista atrás descrita, assente numa firme perspectiva de independência económica de Portugal e, simultaneamente, terá de ser também um dos seus suportes mais importantes.

Por isso defendemos a cooperação com quaisquer países, independentemente do seu grau de desenvolvimento e regime político, na base dos princípios de não ingerência e do respeito pelos interesses mútuos e pela soberania e independência nacionais.

Relativamente à CEE, consideramos ser possível negociar acordos comerciais, económicos, tecnológicos e mesmo financeiros, que tenham em conta o nosso nível de desenvolvimento e os nossos défices comerciais com os países da Comunidade, e permitam assegurar uma cooperação de interesse mútuo onde seja salvaguardado o regime económico-social consagrado na Constituição.

Relativamente aos países socialistas, defendemos a intensificação e alargamento das relações comerciais e de cooperação aos mais diversos níveis, no seguimento de acordos já assinados, e avançando-se na assinatura de novos.

Relativamente a Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe, as relações de amizade entre os povos desses países e o povo português, abrem potencialidades imensas no campo do estabelecimento de acordos económicos, comerciais e tecnológicos, a que se deve dar uma atenção especial e urge pôr em prática, antes que seja tarde.

O desenvolvimento económico passa pois pela efectiva diversificação das nossas relações económicas externas, pelo aproveitamento dos recursos e energias internas, pela produção nacional de produtos importados, pela dinamização das diversas formações económicas, pelo recurso a sistemas de compensação no financiamento das componentes importadas, pela intervenção activa e criadora da classe operária, dos trabalhadores portugueses.

* * *

A luta dos trabalhadores e do Povo contra a entrada de Portugal no Mercado Comum é condição e parte integrante da luta pelo desenvolvimento económico, contra o imperialismo, pela independência nacional.

O PCP confia na capacidade, na determinação, na combatividade dos trabalhadores e do Povo, para assegurar a defesa do regime democrático, para garantir as conquistas da Revolução, para prosseguir o Portugal de Abril!

Alemães, checoslovacos e polacos vêem nesta corrida um laço muito forte em favor da paz

VARSÓVIA-BERLIM-PRAGA

CORRIDA DA PAZ. PORQUÊ?

Porque foi realmente neste trajecto que o fascismo de Hitler e a 2.ª Guerra Mundial «correram» algumas das suas etapas mais mortíferas e destruidoras: milhões de mortos, organizações desportivas em ruínas, estádios transformados em cemitérios!

É mesmo necessário vir aqui, para nos apercebermos que as pessoas ainda sentem o flagelo da guerra. O dia da vitória foi o fim de um real pesadelo, por isso festejado das maneiras mais diversas.

É pois inteiramente legítimo, natural, compreensível, o culto que alemães, checos e polacos, fazem à paz. Paz em todas as bocas. Paz em todos os idiomas... para que o grito chegue o mais longe possível... **Paz! Pokoju! Frieden! Mir! Mnp! Peace! Paix!**

É impressionante como continua viva a recordação e o respeito pelos mortos, pelos desaparecidos, pelos heróis da guerra e pelos sacrificados na reconstrução.

Na verdade, para além do fenómeno desportivo, a ideia com que se fica da Corrida da Paz é a intenção de encontro das pessoas, umas com as outras. Com efeito, ao acontecimento técnico-desportivo é articulada, e nele se encadeia, uma série de realizações de carácter social, de convívio, de fraternidade entre os homens, de mensagem de paz que conferem um simbolismo à realização que quase se equipara, ou até transcende a própria corrida de bicicleta em si. Dir-se-ia que tem tanta importância a prova ciclista, como a reunião fraterna que ela proporciona e a mensagem de solidariedade e internacionalismo que corporiza e transmite.

Quem viveu as competições ciclistas só pelo que elas dizem como provas desportivas, detém-se perplexo perante a grandiosidade de ideais de uma organização que partindo... (ou acabando), no desporto, atinge, afinal, uma meta em que a competição desportiva constitui apenas uma etapa dessa grande corrida que é a concórdia entre os homens.

A Corrida da Paz, como prova velocipédica teve o seu início nos dias difíceis de 1947, quando polacos e checoslovacos decidiram, em boa hora, incluir nos festejos do 8 de Maio – o dia da vitória sobre o nazismo – uma corrida de bicicleta que, afinal era aquele magnífico meio-manifestação para ligar e aproximar os povos: era a visita aos vizinhos, era o traço de união, era, enfim, a corrida para a paz.

De Varsóvia pedalou-se até Praga e voltou-se a Varsóvia, através de ruínas, por estradas esburacadas, com bicicletas e meios técnicos de antes da guerra!

Mas que interessava?... O desporto era apenas o pretexto para as pessoas e os países se encontrarem.

Hoje, trinta e três anos passados a Corrida da Paz cresceu em todos os sentidos, ao nível dos campeonatos do mundo e Jogos Olímpicos.

E, na realidade, hoje em dia, a Corrida da Paz proporciona um espectáculo desportivo único. De grande categoria e valor, em vários aspectos, onde a par de demonstrações do mais alto índice físico-técnico é também possível presenciar actuações necessariamente menos triunfantes do ponto de vista atlético, onde, por outro lado, o desportivismo e o convívio constituem a grande e principal vitória.

São frequentes os testemunhos dessa realidade: nesta grande prova estiveram já respresentantes de ciclismo embrionário e rudimentar, como os indianos, com os seus turbantes coloridos (com os quais correm mesmo), ou metros o alemão demorou 50 minutos e 42 segundos, o cubano necessitou de mais 12 minutos e 12 segundos!

E, por fim ao consultarmos a classificação geral, constatamos que o finlandês Tapio Niemi gastou mais 5 horas, 22 minutos e 18 segundos que o soviético Jurij Barinov, para cobrir os 2095 quilómetros da Corrida da Paz.

Todavia convém salientar que todo esse estado de espírito não acontece por acaso, nem por outro lado, se vai reencontrar em outras manifestações desportivas similares. Por detrás desse particularíssimo ambiente está toda uma organização «sui generis» que se preocupa, com certeza, com a criação e manutenção desse mesmo ambiente e estado de espírito.

Contrariamente ao que acontece nas voltas europeias, mais conhecidas e prestigiadas: «Tour», «Giro», «Vuelta» e muitas outras onde os corredores só se vêem e só se reencontram quando montados nas máquinas para a competição pura, aqui não é assim. Todas as equipas, de todos os países, ciclistas, técnicos, mecânicos, massagistas, são sempre instalados nos mesmo hotéis tomando as refeições juntos, reparando as bicicletas à vista uns dos outros. Durante mais de duas semanas, encontram-se, dialogam, não só durante o esforço e nas peripécias da corrida, como nas horas de repouso e nos momentos festivos. Digamos que são de todos e por todos conhecidas e vividas as situações boas e menos boas.

A assistência à chegada à meta – mais um pormenor inédito em competições velocipédicas – é igual para todos, onde todos se reúnem, tendo logo aí, lugar justificações entre corredores, que durante a corrida, no calor de despique tiveram os seus desaguizados. E o que é extraordinário, sem animosidades ou ressentimentos, como aconteceu, por exemplo em Berlim entre Alexandre Ruas e o suíço Niederhansem.

Ainda dentro do aspecto técnico, outra particularidade, não menos importante, mas bem dentro do espírito com que é realizada esta corrida: em caso de acidente ou avaria, um ciclista pode ser socorrido por qualquer mecânico ou carro de apoio independentemente do da sua própria equipa. Portanto um facto que até, por regulamento, noutras provas de ciclismo é pura e simplesmente penalizado, aqui é inversamente, estimulado, sendo inclusive, atribuído todos os dias, um prémio ao mecânico, que pela sua solidariedade, mais se tenha distinguido.

É pois esta famosa prova que Portugal só conseguiu descobrir com a ajuda do 25 de Abril!

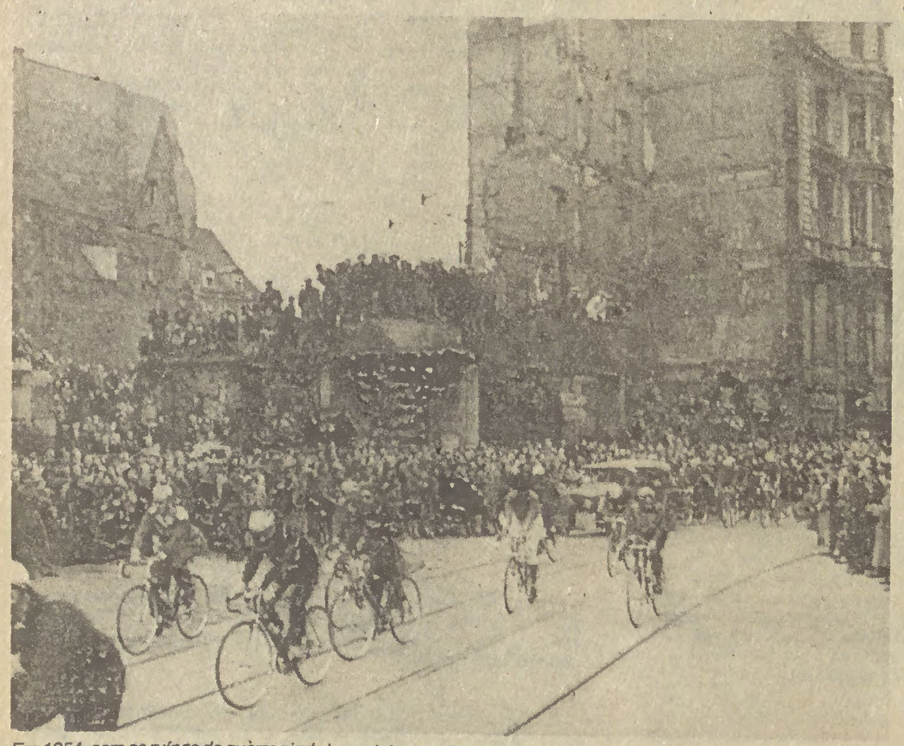
Porém ainda é uma descoberta insuficiente, porque a Corrida da Paz merece uma divulgação muito mais alargada que aquela meramente técnica ou magasinesca que um ou outro órgão de informação lhe confere, com aspectos mais ou menos pontuais.

De passagem registe-se que a RTP praticamente desconheceu a maior prova mundial do ciclismo amador, onde um selecção portuguesa esteve presente pela segunda vez e onde mercê das suas actuações já criou, por mérito próprio, juz ao seu lugar cativo.

Alves Barbosa

Assistência à chegada à meta

Trata-se de um serviço de apoio aos córredores, após a conclusão de cada etapa, estrutura que se não vê em qualquer outra corrida no género e que, relatado, muito sumariamente, consiste no seguinte: depois da meta, em local devidamente salvaguardado e especificamente destinado, encontra-se estacionado um grupo de jovens (tantos quantos os corredores em prova), convenientemente identificados com o número (em grande evidência) do corredor a quem prestam apoio. Uma vez terminada a corrida, cada ciclista recebe do jovem que lhe está adstrito, o seu saco pessoal, com os objectos de necessidade imediata — fato de treino, toalha, sandálias, eventuais agasalhos suplementares, em caso de temperaturas baixas. Esse mesmo jovem toma conta da bicicleta do corredor, ajuda-o e orienta-o nas actividades intermediárias e deslocações que tenha que executar, tais como aqueles cuidados primários de limpeza e higiene momentânea, alimentação e bebidas quentes que são fornecidas em local anexo à base de estacionamento desta equipa de apoio, etc. A seguir serve ainda de guia até ao Hotel, ou autocarro de transporte ao local de alojamento.



Em 1954, com as ruínas da guerra ainda bem visíveis, a Corrida da Paz, iniciada em 1947, voltava à estrada entre Praga e Varsóvia, comemorando o 8 de Maio, dia da vitória sobre o nazismo

A FESTA DO AVANTE!

Aproveitar os feriados para um "empurrão" decisivo no Alto da Ajuda

Amanhã é feriado, a próxima terça-feira também; entretanto, mete-se o sábado e o domingo. Queremos dizer: quatro dias que vão ser preciosos para os trabalhos de preparação da Festa do «Avante!» e que devemos aproveitar ao máximo.

O êxito da Festa deste ano depende muito da forma como estes quatro dias que o calendário colocou nas nossas mãos forem aproveitados. Antes de tudo, é preciso que muitos e muitos camaradas façam os seus «programas» destes dias tendo em conta que o Alto da Ajuda está à nossa espera.

Continuam a ser precisos camaradas especializados em diversas profissões: montadores de andaimes, carpinteiros, pedreiros, electricistas, desenhadores e topógrafos (estes últimos para os trabalhos de piquetagem). Seria bom que os camaradas continuassem a preparar deslocações colectivas por equipas, à semelhança do que tem vindo a ser feito – e com resultados muito positivos.

Estes quatro dias de trabalho voluntário esperam por nós. E quando acabar a jornada de trabalho da próxima terça-feira, dia 10, vamos ter exactamente à nossa frente os últimos 30 dias para que tudo comece.

Para que possamos olhar para esses trinta dias serenamente, vamos dar nestes dois feriados e no fim-de-semana um «valente» empurrão!

Recorde de presenças no fim-de-semana passado

Tudo isto não quer dizer que o trabalho esteja particularmente atrasado ou que os camaradas e as organizações não estejam a corresponder às jornadas de trabalho voluntário. Muito pelo contrário.

Os recordes de presenças nas jornadas de trabalho têm vindo a ser batidos, sucessivamente, em cada fim-de-semana.

No anterior edição do «Avante!» tínhamos noticiado o facto de 800 camaradas terem estado a trabalhar no Alto da Ajuda, no fim-de-semana correspondente. Pois hoje, podemos revelar que tal recorde foi batido: mais de mil camaradas passaram, sábado e domingo passado, pelo Alto da Ajuda, e trabalharam, lá onde se vai erguendo a Festa do «Avante!» deste ano.

Desses mil camaradas, mais de duzentos vieram da zona da Reforma Agrária, das Organizações Regionais do Alentejo e de Setúbal – e muitos deles quiseram mesmo passar o fim-de-semana «no campo», dormindo no Alto da Ajuda e levantando-se de manhãzinha cedo (antes que o calor começasse a apertar...) para continuar os trabalhos em que se empenharam.

Tratou-se, enfim, de um grande avanço que é necessário prosseguir.

Vamos, outra vez, nas próximas quatro jornadas de trabalho, bater o recorde? Há já organizações preparadas, como se diz, para tudo: por exemplo, a organização concelhia de Loures vai para o Alto da Ajuda nos dois dias feriados propondo-se adiantar (e muito, segundo nos informam) os trabalhos. Estão já preparadas equipas de montadores de tubos, de pedreiros, de canalizadores e de carpinteiros. É caso para dizer: venham elas...

Os artistas da Festa a partir da próxima semana

Vai ser morto o bichinho da curiosidade que, semanalmente, percorre as páginas do nosso jornal, à cata de saber quem são os artistas que, este ano, vêm à Festa do «Avante!». É verdade: a partir da próxima semana, começaremos a revelar os nomes dos artistas, nacionais e estrangeiros, que actuarão este ano nos palcos 1 e 2.

Vamos responder, assim, às perguntas que numerosos camaradas constantemente formulam: é verdade que o grupo X vem cá tocar? E por que é que o cantor Z não vem este ano? Sabes que consta que há novidades no que diz respeito aos artistas?

Atenção: a partir da próxima semana, há respostas para estas perguntas!

2.º Sorteio da **EP** é no dia 15...
...mas os prémios só saem a quem compra a EP!

Sabia que o 1.º prémio do 2.º Sorteio da EP, a realizar já no próximo dia 15, na Festa do Vale do Silêncio, em Olivais é um **televisor a cores?** Quem não gostaria que lhe saisse esse prémio, agora que se aproximam os Jogos Olímpicos que Carter não conseguiu boicotar?

Pois, lá gostar, gostávamos todos, mas... esse prémio — e os restantes 24 — só saem a quem comprou a EP.

Além do televisor a cores, vão ser sorteados um aspirador, um trem de esmalte, um colchão pneumático para dormir, um colchão pneumático para praia, dois sacos de dormir, uma panela de pressão, um moinho de café, uma balança de parede, livros CDL no valor de mil e de quinhentos escudos, e assinaturas da revista «Vida Soviética».

Por saber que os prémios são aliciantes, e que a EP junta o útil — contribuir para a realização da festa do «Avante!» — ao agradável — habilitar-se ao sorteio, ter entrada livre nos três dias da Festa — é que muitos camaradas de numerosas organizações se empenham na venda militante da EP, com resultados notáveis que o «Avante!» tem vindo a referir.

Hoje temos mais alguns desses exemplos para noticiar.

Assim, o camarada **Rogério**, de Queijas (Camaxide), só à sua conta vendeu já 90 EPs; a camarada **Margarida**, da Penha de França, tinha já vendido, até ao passado dia 20 de Maio, 105 EPs; a camarada **Ornelas, da Ajuda**, já ultrapassou as 100 EPs; a camarada **Odete Paiva**, da célula da CDL, vai já em 90 EPs vendidas, e propõe-se vender até final mais 70; o camarada **Nunes Carreira**, de Aldeia Velha (Avis), também já atingiu as 43 EPs vendidas (além de ter organizado já um autocarro de excursão para trazer os amigos que lhe compraram as EPs ao Alto da Ajuda).

A um apelo dos Pioneiros nunca se diz não!

Os Pioneiros de Portugal vão ter este ano, integrado no seu programa de animação na Festa do «Avante!», vários «ateliers» — dos quais destacamos um «atelier» de máscaras e outro de instrumentos musicais — além de uma biblioteca.

Para o êxito e bom funcionamento destas iniciativas, os nossos amiguinhos contam com a colaboração de todos, pelo que, através do «Avante!», apelam para o envio de uma série de materiais que lhes são indispensáveis.

Assim, são precisas *máscaras, chapéus, malas, colares, pulseiras, gravatas, papel frisado, de lustro e de cera* e todos os outros materiais que a nossa imaginação descubra e que a imaginação dos Pioneiros vai transformar em máscaras.

Outros materiais muito importantes são livros para a biblioteca e pincéis.

Quem responde ao apelo dos nossos amigos?

Iniciativas desportivas mobilizam inúmeras organizações

• *Destaque para a Estafeta «IV Centenário de Camões»*

Com os belos dias que, finalmente, temos tido, justifica-se uma chamada de atenção particular para as actividades desportivas inseridas no âmbito de preparação da Festa do «Avante!».

Estafeta «IV Centenário de Camões»

Promovida pelo Comité Local de Lisboa do PCP, realiza-se no próximo dia 8, a partir da Praça do Império, em Belém, a Estafeta «IV Centenário de Camões». Integrada embora no âmbito das iniciativas desportivas da Festa do «Avante!», esta prova desportiva visa igualmente, através de uma manifestação vincadamente popular, lembrar o grande poeta.

As inscrições para a participação na Estafeta estão abertas em todos os Centros de Trabalho do PCP na cidade de Lisboa, e podem concorrer organizações populares, colectividades, escolas, associações e grupos desportivos, comissões de moradores, sindicatos, associações de bombeiros, e associações de deficientes.

Aliás, ao possibilitar a participação de deficientes nesta iniciativa, a organização da Estafeta pretende, acima de tudo, fazer com que esta classe participe nas iniciativas desportivas como forma justa da sua integração na sociedade.

Torneio de futebol do CLL

Aproxima-se da fase final o torneio de futebol organizado pelo Comité Local de Lisboa do PCP. Há uma semana, realizaram-se os jogos relativos aos quartos-de-final, e no passado domingo, tiveram lugar as meias-finais, com a participação das seguintes equipas: Juventude Operária, Borussia, Juventus do Aeroporto e EPI. Está, portanto, tudo a postos para a final do torneio de futebol do CLL.

Iniciativas desportivas do Sector de Transportes da ORL do PCP

No que respeita ao **Futebol de Salão,** prossegue o Torneio do Sector, que estará concluído no dia 12 deste mês, indo o vencedor disputar a fase regional da ORL.

Quanto ao **Xadrez,** prossegue o «Torneio Suiço», realizando-se a última jornada em 11 de Junho, após o que serão apurados dois representantes para a fase regional.

O **Ténis de Mesa** é uma das iniciativas próprias do sector dos Transportes, para a divulgação da Festa do «Avante!». O Torneio Aberto, para o qual já estão abertas as inscrições, realiza-se no dia 28 de Junho, em local a anunciar oportunamente. Haverá taças para os três primeiros classificados. As inscrições podem ser feitas no CT da António Serpa, 26 — 3.º Dt.º, ou pelos telefones 769896 e 769139.

Finalmente, há novidades quanto ao **desporto feminino.** Uma equipa feminina de **Andebol de Sete,** da Rodoviária Nacional, oferece-se para a realização de um mini-torneio, antes ou durante a Festa. Caso não seja possível organizar o mini-torneio, as andebolistas da Rodoviária propõem-se fazer um jogo-demonstração durante a Festa.

Quem responde ao desafio, para que o andebol feminino seja promovido e dinamizado?

• festival em Almada

Realiza-se no próximo sábado o Festival Desportivo do Concelho de Almada, no Parque Ramiro Correia daquela cidade. O Festival tem início, às 15 horas, no Clube Pombalense, com um torneio de **Chinquilho** em que participam 6 equipas. Às 17 horas começa o torneio de **Damas**, com o apuramento dos 4 primeiros para a fase final a realizar na Festa do "Avante!"; às 19 horas realiza-se a simultânea com o vice-campeão nacional.

O **Atletismo** começa às 20 horas, com provas para ambos os sexos. As inscrições são no próprio local, até às 18 horas do dia 7.

Xadrez: torneio de apuramento de dois jogadores que representarão Almada no torneio distrital de Setúbal. As inscrições para o Xadrez e para as Damas são no próprio local, antes do início.

Às 21 horas há o desafio de **Andebol**, com duas equipas seniores. Segue-se, às 22 horas, **Ginástica** – rítmica, desportiva, saltos de mini-trampolim. Finalmente, às 23 horas, realiza-se a final do Torneio de **Futebol de Salão**, participando as equipas vencedoras de Almada e de Monte da Caparica.

Semana

28
Quarta-feira

1968 – O submarino atómico americano «Scorpion» desaparece no Oceano Atlântico, entre os Açores e Norfolk, com 99 homens a bordo.

Nova "Soyus" no espaço

A agência soviética TASS informa que a nave «Soyuz-36» acoplou ontem ao complexo orbital formado pela estação espacial «Salyut-6» e a cápsula «Soyus-35»; a tripulação da «Soyus-36», de que faz parte um astronauta húngaro, juntou-se assim aos cosmonautas soviéticos V. Riumin e L. Popov, que se encontram na estação desde 10 de Abril último ■ Após um dia de reuniões, os ministros das Finanças dos países membros da CEE não conseguem chegar a acordo sobre o futuro orçamento da organização ■ É inaugurado solenemente o primeiro parlamento (Majli) do Irão ■ Enquanto a Coreia do Sul continua sob férrea lei marcial e com recolher obrigatório nas cidades meridionais, mantém-se um grande aparato militar na cidade de Kwangju, onde unidades das tropas especiais do Exército prosseguem, casa a casa, buscas de cidadãos «implicados» na sublevação contra a ditadura militar ■ O «Partido Nacional Religioso» (PNR) e o «Movimento Democrático de Mudança» (MDM), dois partidos que participam na coligação de direita no poder em Israel, recusam a proposta de «remodelação» apresentada pelo primeiro-ministro Menahem Begin para preencher a vaga aberta pela demissão de Ezer Weizman de ministro da Defesa ■ É assassinado por elementos da organização terrorista autodenominada «Brigadas Vermelhas» o jornalista italiano do «Corriere della Sera», Walter Tobagi.

29
Quinta-feira

1453 – Tomada de Constantinopla, pelos turcos, o que, para alguns historiadores, assinala o fim da Idade Média.

Começa em Damasco uma conferência dos ministros da Defesa dos países árabes que integram a «Frente de Firmeza», com o objectivo de estudar uma estratégia militar comum ■ O secretário-geral do sindicato dos trabalhadores da «Coca-Cola» na Guatemala, Mario Rudolfo Mendizabal, é assassinado a tiro por terroristas a soldo da extrema-direita guatemalteca ■ A RP de Angola acusa na ONU o regime racista da África do Sul de efectuar «raids» de cobertura à instalação de bandos armados da UNITA numa pretensa «zona dismilitarizada» da fronteira com a Namíbia, metralhando e bombardeando para o efeito território angolano, tendo já causado nos últimos dias centenas de mortos entre a população civil ■ O dirigente dos direitos cívicos nos EUA, Vernon Jordan, encontra-se em estado crítico, com graves lesões internas, após ter sido ontem atingido a tiro, nas costas.

30
Sexta-feira

1918 – O governo soviético nacionaliza o Ensino.

É derrotada a moção de censura do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) ao governo Suarez, cifrando-se a votação em 152 votos a favor, 166 contra e 21 abstenções ■ Cerca de 15 000 coreanos manifestam-se em Tóquio contra a repressão militar sobre as populações na Coreia do Sul ■ Tropas governamentais ocupam as ruas da capital da República Dominicana, para impedir mais manifestações contra o aumento do preço da gasolina ■ O papa João Paulo II chega a Paris para uma visita oficial de quatro dias a França ■ Os estudantes mestiços da África do Sul retomam o boicote nacional às aulas, no que são secundados por numerosos estudantes negros; entretanto, na cidade do Cabo reina grande tensão, após três dias de cargas violentas da polícia sobre estudantes mestiços ■ O marechal do ar Asghar Khan, um dos principais políticos oposicionistas do regime ditatorial do Paquistão, é preso e colocado de novo sob prisão domiciliária, depois de ter passado um mês em liberdade; entretanto, em Murree, perto da capital, um major-general na reserva e outras pessoas são levadas a «julgamento» em tribunal militar, acusadas de «conspirarem» para derrubar o ditador, general Zia Ul-Aq.

31
Sábado

1809 – Morre o compositor austríaco Franz Joseph Haydn.

Racismo: nem os bispos escapam

As Forças Armadas bolivianas entram de prevenção, na sequência da denúncia feita por forças políticas democráticas da existência de manobras golpistas para impedir a realização das eleições marcadas para o próximo dia 29 de Junho ■ Criando um «comité especial» encarregado de reforçar a aplicação da lei marcial, os militares sul-coreanos assumem praticamente todo o poder no país ■ O ministro do Comércio Externo de El Salvador, Carlos Cordero, anuncia em San José da Costa Rica que se demitira e abandonara o seu país como protesto contra a repressão governamental sobre a oposição popular à sua política ■ O bispo sul-africano Desmond Tutu desmente em conferência de imprensa o chefe do governo racista, Pieter Botha, que acusara o Conselho Sul-Africano das Igrejas de «financiar» os movimentos estudantis contra o *apartheid* no ensino, desafiando-o a apresentar provas das acusações; Tutu esteve entre os 50 religiosos presos a semana passada pelos racistas ■ Uma conferência especial do Partido Trabalhista Britânico, na oposição, aprova um documento pormenorizando uma plataforma «mais à esquerda» do que o habitual para um futuro governo; o documento inclui planos para um mais importante controlo estatal da indústria, a nacionalização do petróleo do Mar do Norte e a redução das despesas com a Defesa.

1
Domingo

– Dia Mundial da Criança.

Pedro Pires

O primeiro-ministro de Cabo Verde, comandante Pedro Pires, esclarece em conferência de imprensa as razões da recusa do seu país em se integrar num «pacto de defesa» proposto pelo Senegal, Costa do Marfim e Guiné-Conakri, defendendo que é impossível aliar não-alinhamento com intervenção militar e concluindo que uma aliança militar com terceiros entra em contradição com a política externa de Cabo Verde ■ Walter Lini, ministro principal das Novas Hébridas, administradas por ingleses e franceses, pede auxílio à ONU para resolver a rebelião na ilha de Espírito Santo, que surgiu exigindo que esta ilha seja uma entidade própria quando as Novas Hébridas se tornarem independentes em 30 de Julho próximo, constituindo o novo «Estado de Vanatu» ■ O primeiro-ministro sionista Menahem Begin assume comulativamente a pasta da Defesa, na sequência da dificuldade em resolver o «problema» aberto com a demissão de Ezer Weizman ■ O presidente Carter, dos EUA, declara que «vetará» qualquer iniciativa dos países da CEE para modificar a resolução 242 da ONU sobre o Médio Oriente, – tentativa para desbloquear a situação nesta zona.

2
Segunda-feira

1946 – Em referendo, o povo italiano rejeita a monarquia.

Os dirigentes dos cinco Estados africanos da Linha da Frente e do Zimbabwé reúnem-se nos arredores de Lusaka para analisarem a situação da Namíbia e a evolução do processo para a independência daquele território ■ É noticiado na imprensa que ontem milhares de «refugiados» cubanos enfurecidos com a demora do seu alojamento nos EUA, amotinaram-se na base militar de Fort Chafee, lançando fogo a quatro edifícios; soldados e polícias norte-americanos dispararam armas automáticas, havendo confrontos e feridos de ambos os lados, alguns dos quais em estado grave ■ O Partido Comunista Italiano decide accionar no Parlamento um processo de impugnação contra o primeiro-ministro Francesco Cossiga.

Crise em Tel-Aviv fracasso de Camp David

A política dos governos de Israel e do Egipto contra os direitos do povo palestiniano a uma pátria e à total independência – política ligada às pretensões do imperialismo na zona –, está a virar-se contra os seus promotores. Enquanto é visível, por um lado, o ascenso da luta do povo palestiniano e, por outro – embora com diferentes objectivos e princípios – o reforço do apoio internacional, Sadat e Begin debatem-se com sérios problemas internos. No Egipto cresce, úne-se e organiza-se a oposição ao regime. Em Israel intensifica-se a luta pela paz, enquanto que a nível governamental se agudizam as contradições. Neste momento a crise do governo de Begin está de facto em aberto.

Quando da sua demissão, o ministro israelita da Defesa, Ezer Weizman, que entretanto ameaça ligar-se – e está de facto a fazê-lo – aos trabalhistas, afirmou: «Subimos ao poder com uma inflação de 20 por cento, e agora ela é superior a 100 por cento». Esta é uma das consequências da escalada no reforço do armamento e na repressão contra as massas populares nos territórios ocupados – uma consequência com sérias repercussões dentro das fronteiras de Israel, que não alimenta só dissidências e desencontros no governo, mas também um crescente movimento de protesto contra a economia de guerra, pela paz, que úne sectores sociais e políticos da população muito hecterogéneos.

A política seguida por Begin determina a séria crise em que o seu governo se debate. A solução de compromisso provisoriamente encontrada – o primeiro-ministro assumiu cumulativamente a pasta da Defesa –, não só traduz as divergências e dificuldades internas como se limita a adiar problemas. Entretanto, o ministro demissionário alia-se aos trabalhistas, que espreitam a hipótese, que se avoluma, de retorno ao poder. Retorno que nada resolverá (é bom não esquecer que, em 1977, Yitzhak Rabin, então chefe do governo formado pelo Partido Trabalhista, disse para o jornal «Ha'aretz»: «Nenhum colonato é fundado para ser evacuado...» mas que confirma a crescente incapacidade de Israel de impor uma política contra os interesses do povo palestiniano.

As perseguições sistemáticas ao povo palestiniano não aniquilam a sua vontade de conquistar o direito a uma pátria.

O fracasso de Camp David

Quase simultaneamente temos o claro fracasso de Camp David. No dia 27 de Maio o Egipto e Israel deveriam ter concluído um acordo sobre «autonomia administrativa» para os palestinianos que vivem nas zonas ocupadas de Gaza e da Cisjordânia. Apesar da evidente falta de escrúpulos de Sadat, demonstrada à saciedade ao longo destes meses, não foi possível chegar a tal acordo. Não foi possível comprar meia dúzia de personalidades palestinianas. Não foi possível clara a voz, impedir a acção do povo palestiniano. Não foi possível impedir o próprio ascenso da luta dentro do Egipto. Hoje, Sadat pede a prorrogação do prazo para 31 de Dezembro. Mas o fracasso é já um dado indiscutível e bem significativo. Não é por acaso que países da CEE – contra a política que está a ser seguida por Washington, e que está na base de Camp David – se propõem seguir outras vias (naturalmente em defesa dos seus interesses próprios), reconhecendo a OLP como legítimo representante do povo palestiniano.

A vitória será do povo palestiniano

No fim do mês de Maio iniciou-se em Damasco um conferência dos ministros da Defesa dos países árabes da Frente da Firmeza, para estudar uma estatégia militar comum. Pretende-se, de acordo com as palavras do ministro sírio da Defesa, «unir todas as forças árabes, sobretudo dos países da Frente da Firmeza, para repelir as maquinações do imperialismo, do sionismo e dos seus lacaios».

Simultaneamente, em Nablus, prosseguem os protestos contra a política sionista. Várias mulheres foram presas por protestarem contra a demolição de casas de residentes, demolição utilizada como forma de repressão contra a luta dos palestinianos, contra a implantação de colonatos, que assume, simultaneamente, o carácter de uma prática rotineira para expulsar os habitantes árabes, quando da implantação de novos colonatos.

São factos concretos que testemunham da irreversibilidade do processo de independência do povo palestiniano, que se desenvolve paralelamente ao impasse em que se atolam governos empenhados numa política contra o sentido da História.

China, EUA, Japão Que aliança?

NOS últimos dias de Maio, Hua Guofeng, primeiro-Ministro chinês, esteve no Japão, enquanto o vice-primeiro-ministro da China, Geng Biao, se deslocou a Washington. Quase simultaneamente, milhares de sul-coreanos residentes em Tóquio manifestaram-se contra a brutal repressão da sublevação popular na Coreia do Sul, destacando a responsabilidade dos EUA e do Japão. Não será fortuita uma tal coincidência, indicando o papel da China de hoje na Ásia, e o das forças que se conjugam contra o movimento popular no continente.

NOS encontros em Washington e Tóquio falou-se muito de armas, de preparação para a guerra, de "defesa" e, como não poderia deixar de ser, do Afeganistão. No Japão, o primeiro-ministro chinês exortou a uma "ajuda" à China para "derrotar os desígnios de expansão e a provocação da guerra pelos agressores". Nos EUA, Geng Biao obteve, de facto, a aprovação oficial da exportação de material militar norte-AMERICANo para a China. Não se tratou, portanto, de visitas destinadas a uma aproximação entre os povos, à solução de questões bilaterais. Trata-se sim de visitas que têm na mira – a pretexto da "ameaça" de "agressão", a pretexto de processos revolucionários como o do Afeganistão – o recrudescimento da tensão no continente, a criação de um clima de guerra, o reforço da corrida aos armamentos. Política que corresponde claramente à pressão dos EUA – em particular sobre o Japão – no sentido de reforçar o poder militar na zona, e que se prende à "preocupação" que ao imperialismo causam movimentos revolucionários como os do Afeganistão ou o Irão.

ESTES esforços por parte de Pequim surgem num momento em que tanto Washington como Tóquio se batem com sérias dificuldades internas e externas. O governo japonês está aprovada no parlamento, o monopólio do poder exercido pelos liberais-democratas está fortemente atingido. Abrem-se mesmo portas à formação de uma coligação democrática, se o Partido socialista não for atraído pelos centristas para uma aliança de "partidos moderados". Entretanto, a Casa Branca vê gorados os seus esforços para unir o mundo capitalista em torno da sua aventureira política externa. A França e mesmo a RFA optam pelo diálogo com a União Soviética, apesar de participarem na corrida aos armamentos. Vários países da CEE procuram outros caminhos para a saída do impasse do Médio Oriente, reconhecendo a OLP como o legítimo representante dos palestinianos. As pretensões de boicote aos Jogos Olímpicos também foram "furadas" pelos seus aliados.

A China liga-se assim à barca dos que dificilmente mantêm o equilíbrio, une esforços aos que, em Washington, se batem insistentemente por um condenado retorno à guerra fria. E enquanto afirma mover-se por razões de "defesa", em nome até da "paz", insiste nas suas agressões contra o Vietname – mais três incursões, este mês, em províncias no norte do país – reabilita Gengis Khan o conquistador mongol que massacrou grande parte do continente euro-asiático para formar o grande império a que Pequim, anacronicamente, hoje aspira.

Ascenso de luta na África do Sul

***«A África Austral constitui um teatro de luta, uma zona que, juntamente com o Médio Oriente e o Sudeste Asiático, se tornou um dos pontos fulcrais na confrontação internacional entre, por um lado, as forças de libertação nacional, do socialismo e da paz e, por outro lado, o imperialismo e a guerra»* — esta uma afirmação inserida numa declaração do Comité Central do Partido Comunista Sul-Africano, ainda anterior à vitória do Zimbabwé.**

Os factos sucedem-se a confirmar os temores do imperialismo e da África do Sul, quanto a uma radical alteração do panorama político na zona: prosseguem as sistemáticas agressões armadas à República Popular de Angola, a última das quais se saldou no assassinato de 200 pessoas; desdobram-se os esforços tendentes a impedir uma verdadeira independência da Namíbia; na África do Sul, a repressão continua a fazer mortes, sem que as promessas «liberalizantes» se façam sentir, por pouco que seja.

Pretória não quer sair da Namíbia

Perdido o Zimbabwé, o imperialismo centra hoje os seus esforços na Namíbia e na África do Sul. Actualmente Pretória centra esforços no desarmamento «legal» das forças de libertação, de forma a afastá-las do processo de independência da actual colónia. Foi recusada a proposta de Angola de criação de zonas desmilitarizadas ao longo da fronteira entre a Namíbia e Angola, enquanto a África do Sul se propõe manter nesta região as suas mais de 20 bases militares, insistindo numa retirada das tropas da SWAPO (movimento de libertação do povo da Namíbia) desta área e no estabelecimento do controlo das forças de libertação no resto do território. Pretende-se, de facto, impedir a organização de eleições autenticamente democráticas e a consequente chegada ao poder da SWAPO. Ao avançar com novas exigências e «emendas» ao plano da ONU, ao organizar «consultas» múltiplas com os seus aliados americanos e ingleses, Pretória procura ganhar tempo numa última tentativa de liquidar as forças patrióticas. Táctica que entretanto também foi seguida no Zimbabwé, com resultados opostos aos pretendidos pelos seus promotores.

África do Sul – – luta e repressão

Na África do Sul a luta — e a repressão — são uma realidade quotidiana. Com um cinismo que ilustra bem a essência política do «apartheid», o ministro das Relações com os mestiços, referindo-se ao assassinato pela polícia de dois jovens que participavam nas manifestações (que duram há quase dois meses) contra o sistema racista de educação, declarou: «que seja uma lição para que não se utilizem crianças para criar tensões». Acontece que o racismo atinge particularmente as crianças. Acontece que as tensões são criadas pelo regime de «apartheid».

Entretanto a luta continua. Uma marcha de sacerdotes — de protesto contra a prisão do reverendo John Thorne, detido por ter apoiado a luta dos estudantes — foi interrompida pela polícia de choque. Foram detidos mais de 50 sacerdotes e violenta carga policial atingiu os muitos que no local a apoiavam.

É um processo imparável, que se insere na grande experiência de luta que os povos da África do Sul têm adquirido, particularmente na última década, e se traduz em dados particularmente significativos: o ministro da Polícia revelou que, só em 1977, se tinha registado um acto de sabotagem da ANC (movimento de libertação na África do Sul) em cada duas semanas. Em Maio de 1978, 25% dos criadores de gado do lado sul-africano do Limpopo tinham abandonado os seus ranchos devido a receios da presença de guerilheiros. O medo da crescente luta de guerrilhas (que só agora alguns órgãos de informação burgueses começam a descobrir) obrigou mesmo Pretória a arriscar-se a reforçar o seu Exército com soldados negros, que actualmente constituem pelo menos 20% da força fronteiriça. Por outro lado a década de 70 caracterizou-se por um ascenso do movimento grevista, que envolveu mais operários do que em qualquer outro período da História da África do Sul. Mesmo números oficiais referem que houve mais de 800 greves envolvendo centenas de milhares de trabalhadores entre 1973 e 1976. De notar que, por exemplo, 118 das 160 greves que ocorreram nos primeiros quatro meses de 1973, resultaram em aumentos salariais.

Uma fotografia "clássica" – Soweto, 1976. Esta criança tinha 13 anos. Hoje, as forças repressivas do governo de Pretória continuam a matar crianças.

«Com a nossa unidade reforçada»

O CC do Partido Comunista Sul-Africano aponta 1980 como um ano de grande avanço na luta de massas contra o regime de Pretória, e apela:

«Onde quer que estejamos, a todos os níveis e em todos os campos — nos nossos locais de trabalho, nas zonas urbanas e rurais onde vivemos, nas escolas, universidades, igrejas, nos clubes culturais e desportivos — devemos mobilizar-nos e enfrentar o inimigo como nunca.

Devemos apoiar todos os actos de resistência e incluí-lo na corrente principal da revolta.

Com a nossa unidade reforçada.

Vamos construir em 1980, 25.º ano da Carta da Liberdade, a frente mais ampla possível de todas as forças patrióticas e anti-racistas sob a bandeira do ANC.

Vamos combater a política de trabalho do regime; fazer de 1980 o ano do operário; construir sindicatos genuínos sob a direcção da SACTU.

Vamos isolar o inimigo e os seus colaboradores.

Vamos lutar pela libertação de todos os prisioneiros políticos; apoiar os detidos, os banidos e os desterrados; demonstrar a nossa solidariedade para com os que enfrentam julgamentos políticos».

É um programa que aponta para a futura vitória do povo da África do Sul e a definitiva liquidação do poder dos monopólios e do imperialismo, da vergonha do «apartheid», na zona fulcral que é a África Austral.

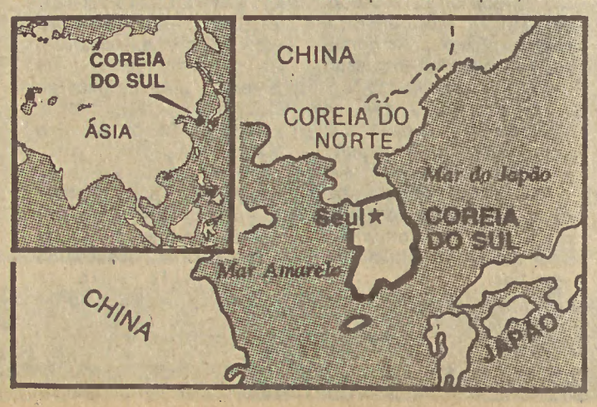
Coreia do Sul **Poder contra o povo**

A sublevação popular em 27 cidades da Coreia do Sul — que assumiu particular envergadura em Kwangju — pôs a nú a essência profundamente repressiva de mais um regime que deve a sua vida e a sua sobrevivência a Washington.

O esmagamento da sublevação — e não o do movimento popular, que sem dúvida sobreviverá ao embate com a violência repressiva — tem um saldo oficial, um saldo numérico: 170 mortos e 380 feridos, e ainda 1740 presos, dos quais 780 permanecem na cadeia. Estamos bem longe das promessas liberalizantes, das primeiras notícias em que era desmentida qualquer violência em Kwangju, cidade que viveu sob controlo popular durante nove dias, numa prova da vitalidade e da força do movimento popular, e da profunda oposição ao regime.

O saldo numérico — mesmo que correspondesse inteiramente à verdade — é entretanto manifestamente insuficiente para reflectir a selvajaria inaudita da repressão. As buscas casa a casa, numa verdadeira caça ao homem, os tanques com fileiras de jovens amarrados, com os braços presos atrás das costas, o assassinato indiscriminado de crianças e velhos, a natureza dos ferimentos dos muitos hospitalizados — são factos, incompletos, que nos dão, no seu conjunto, uma imagem bastante esclarecedora do que é o regime que impera na Coreia do Sul, em que forças assenta, e simultaneamente do seu isolamento.

No dia 27 de Maio o Exército dominou a cidade de Kwangju. Foi criado um «comité especial para assuntos de segurança nacional», composto por militares, com um único civil — o presidente Chei Nyu-Hah —, e que inclui o general Chu Doc-Whan, chefe do Conselho de Segurança e director do Serviço Central Sul-Coreano de Informação, e o comandante da lei marcial e chefe do Estado-Maior Général das Forças Armadas, personalidades directamente implicadas na repressão, os principais responsáveis das chacinas, das prisões, da violência com que se tenta sufocar a vontade popular. O Exército assumiu assim, directamente, o controlo da vida política do país, contra a vontade do povo da Coreia do Sul. São tímidas e pouco convincentes as reservas de Washington, que armou e arma o Exército que assim se vira contra o povo do seu país.



O desfecho actual dos acontecimentos na Coreia do Sul não passa de uma situação transitória. Mantêm-se bem vivas — hoje mais agravadas — as razões de descontentamento popular. Desde Outubro de 1979, data da liquidação física do ditador, e da demissão do governo, o poder em Seul tem estado praticamente nas mãos do general Chu Doo-Whan, desde fins de Abril director provisório da CIA sul-coreana, e actualmente elemento de cabeça do «comité especial». No dia 17 de Maio foi proclamado o estado de sítio e suspensas as já precárias liberdades cívicas. São presos grande parte dos activistas da oposição. As Universidades foram encerradas. Foi proíbida toda a actividade política.

A crise política de Outubro, com a liquidação do ditador e a demissão do governo, está já claramente ligada a tentativas do imperialismo para pôr cobro à expressão do descontentamento popular. Em meados de Maio ficou provado que a liquidação das poucas liberdades existentes não abafava a vontade de liberdade, de democracia. De 13 a 16 de Maio estalam, em todas as Universidades do País, as mais violentas manifestações dos últimos anos, que contaram com a participação organizada de dezenas de milhares de estudantes. Aos estudantes juntaram-se os operários, que organizaram as mais poderosas manifestações desde o início da década de 70. Exemplos bem recentes — a Nicarágua e o Irão, entre outros — demonstram que a mais violenta repressão é incapaz de deter um movimento popular que assume uma tal expressão de massas.

Que futuro para a Libéria?

No dia 12 de Abril, um movimento revolucionário na Libéria – país africano com fronteira com a Guiné, a Costa do Marfim e Serra Leoa – levou ao poder dirigentes e militantes do Partido Progressista Popular, partido perseguido pelo anterior governo e que reivindicava «o direito à democracia», à justiça, à melhoria das condições de vida dos trabalhadores e das grandes massas exploradas. Programa muito genérico e que, à partida, não definia só por si os objectivos dos actuais dirigentes da Libéria.

Recentes declarações do ministro dos Negócios Estrangeiros liberiano, numa visita de trabalho a Addis-Abeba, ajudam a clarificar a actual situação política na Libéria. O ministro refere as transformações verificadas na Libéria como uma verdadeira insurreição popular contra as classes exploradoras no poder, por uma sociedade democrática, pela participação activa dos trabalhadores na vida política e social do país, e considera a experiência da revolução etíope como um bom exemplo para o seu próprio país.

Assim, a Libéria surge hoje como um exemplo da amplitude do movimento revolucionário em África, que atinge mesmo zonas durante anos afastadas da evolução sociopolítica que o continente vem a sofrer. Surge simultaneamente como um exemplo da estrema probreza em que pode viver um povo numa terra rica e fértil, quando explorada pelas multinacionais e dependente do imperialismo.

Dominada durante dezenas de anos por governos dependentes dos Estados Unidos, a Libéria viveu numa primeira forte explosão de descontentamento popular em 14 de Abril de 1979, quando multidões desceram à rua contra a decisão governamental de aumentar o preço do arroz, alimento básico da população do país mantida num estado de extrema pobreza. A violência repressiva de acordo com os números oficiais, provocou mais de 40 mortos e de 500 feridos.

Esta chacina não significou, de modo nenhum, a liquidação do movimento de massas, como o decreto que fazia pender sobre os militantes do Partido Progressista Popular penas de 10 a 15 anos de prisão não impediu que hoje os seus principais responsáveis assumam o poder.

Actualmente, está constituído um Conselho Popular de Salvação, com 16 militares. O presidente, que ocupa as funções de chefe de Estado e de primeiro-ministro, é Samuel Doe, que encabeçou o movimento que levou à queda do anterior regime. O presidente do Partido Progressita Popular, Gabriel Mathews, foi nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros.

Hoje a Libéria está empenhada, como afirmou o seu presidente, na construção de uma «sociedade baseada na justiça e no respeito pela dignidade humana». Enfrenta sérios problemas, legados de um poder submisso aos interesses do imperialismo, das multinacionais.

A Libéria dispõe de ricos jazigos de ferro, ouro, diamantes, bauxites, minas de chumbo e de mangnês. Entre os países africanos é o maior exportador de ferro. O clima tropical, os solos férteis, permitem bons resultados na agricultura – nomeadamente no arroz, café, cacau e seringueiras. Entretanto, é grande o desemprego, as verbas para a instrução são inferiores à média africana, há um médico para cada 11 mil habitantes, estando mais de metade concentrados no distrito da capital, Monróvia. Porquê? Porque, de há muito, as companhias estrangeiras, sobretudo as norte-americanas, dominam a indústria mineira e outros importantes sectores da economia, do país, monopolizam a produção de borracha, exportam os lucros arrancados ao solo e ao trabalho do povo da Libéria.

A nova situação política pode criar condições para pôr termo a esta exploração.

Independência económica e democracia são duas faces inseparáveis do processo de libertação de um povo. E a África é um exemplo vivo dessa verdade.

Coopis/EAG sob ameaça do Governo reaccionário

Quando alguém fala de cooperativas, a primeira impressão, naturalmente vaga e imprecisa, vai direita à Reforma Agrária, à habitação e ao consumo, às lojas onde se compra mais barato, devido à iniciativa de grupos de trabalhadores e às organizações do patronato e de outras proprietários – uns pequenos, outros não.

De nenhuma dessas cooperativas trataremos hoje aqui. A nossa preocupação é divulgar e esclarecer algumas questões centrais de um Movimento relativamente pouco conhecido e que se apresenta com as iniciais um tanto acavaladas – coisa como as COOPIS/EAGs, o que quer dizer, em atenção dos menos informados: Cooperativas Operárias de Produção Industrial e Serviços/Empresas em Autogestão.

Este trabalho inclui uma reportagem na Citofone. A escolha não envolve nenhum critério que ultrapasse a ideia de ilustrar com um exemplo preciso (podíamos ter escolhido outro e certamente o faremos para a autogestão) que documenta muito bem a importância de um sector que está na mira do Governo através de um «código» que não é penal, mas «penaliza» muito como adiante se verá, e bem assim divulgar com o relevo necessário o II Encontro Nacional das COOPIS/EAGs que não tivemos oportunidade de fazer mais cedo.

Como acontecera já na Fileme/Filgráfica, entre 18 e 27 de Janeiro, a Citofone teve o seu «stand» na FIL, durante o 21.º certame internacional realizado em Lisboa, de 9 a 18 de Maio, cujo total de vendas ultrapassou nos dois casos o milhar de contos

Um trabalho compensador, boas perspectivas, segurança de emprego e possibilidade de aumentar os postos de trabalho são algumas das características mais salientes da Citofone e de grande parte das unidades do sector. Na foto, um aspecto da oficina de reparações

Citofone/Coop. Uma imagem do sector

Na última quinta-feira, dia em que 212 trabalhadores, – mulheres na sua maioria com mais de 40 anos – perdiam os seus empregos (vidé página 5) para que uma multinacional, a ITT, possa prosseguir no nosso país a sua política de exploração com o apoio público ou secreto do Executivo ao seu serviço (pois a pouco mais sobe este Governo-carraça que é preciso extirpar) o "Avante!" visitava em Lisboa uma cooperativa de 20 trabalhadores. Receávamos este serviço. Não pelas dificuldades a ele inerentes, embora as houvesse, mas pelo sentimento, que se revelou sem razão, de que uma política bem conhecida desde 1976 tivesse destruído qualquer ambição ou mesmo a veleidade de manter ainda hoje de pé e com a vitalidade que veremos a seguir uma cooperativa como a Citofone.

Mas ela aí está de saúde e pronta a crescer. No centro da cidade, a 100 metros do Rato, à esquerda de quem sobe para a Estrela, uma atraente fachada comercial abre para uma das empresas que em Portugal inauguraram e ajudaram a dar corpo àquilo que a Constituição designa por "propriedade social" – propriedade dos trabalhadores.

Sinal de um futuro que vai crescer, a Citofone é uma promessa já cumprida. Mas não ficará por aí.

Carlos Borges, Sérgio de Brito, Ivan Capelo falam ao «Avante!»

Com gente assim só resta avançar

Carlos Borges, Sérgio de Brito e Ivan Capelo (português retinto, pese embora o nome) recebem-nos num escritório claro e arrumado onde não se vê, porque não existe, qualquer sinal de improvisação. A primeira ideia com que ficamos ao entrar ali e que se confirmou no resto das instalações é a de uma empresa onde se trabalha com estima pelo que se faz.

À ponta de uma mesa de reuniões onde caberão umas trinta pessoas sobre uma alcatifa utilitária de tom neutro, três homens rondando os trinta anos fazem corpo com o ambiente. Também neles não transparece qualquer nota de improviso ou de arremedo de eficiência para jornalista ver. A sensação de segurança e de trabalho sério e disciplinado é comum aos homens e ao ambiente desta casa que em breve iremos visitar.

Por enquanto são as datas, a organização os números. Primeiro como unidade em autogestão, a cooperativa nasceu em 1975 de uma empresa, a Iberónica, completamente degradada, com 70 por cento de capital português (um sócio) e o resto de dois ingleses. A partir de Novembro de 1974, a empresa, então com uma dezena de trabalhadores, deixou de ter capital estrangeiro. O patrão, mediante proposta dos trabalhadores a quem devia cerca de 600 contos de salários, deixou o campo aberto à autogestão. Embora ninguém comprasse a iberónica por 600 contos naquela altura e no estado de degradação em que se encontrava, os trabalhadores – provou-se – fizeram bom negócio.

Não porque a intenção deles fosse "negociar". Concretamente o que lhes interessava nessa altura era manter os postos de trabalho, receber os salários em atraso, progredir salvando a empresa. Sacrifícios não faltaram. Tempos houve em que se dispensaram remunerações para que a empresa resistisse. Foi preciso arriscar. Mas hoje, as ameaças que se acumulam contra a "propriedade social" neste sector vêm todas de fora. Lá dentro, os postos de trabalho estão garantidos, os salários, outras remunerações e regalias sociais funcionam a tempo e horas. Nenhum dos 20 trabalhadores, incluindo quatro mulheres, recearia pelo futuro se cá fora as coisas caminhassem como lá dentro. Mas o colectivo da Citofone conhece as condições políticas e económicas que cercam o seu trabalho e defende-se juntamente com os outros trabalhadores, na solidariedade, na luta, nos direitos e deveres para com eles próprios e para com o País.

Em Abril de 1976, ainda com 11 trabalhadores, a empresa em autogestão passou a cooperativa, integrando-se no Movimento das COOPIS/EAG. Nos últimos quatro anos, aumentou em quase 100 por cento os postos de trabalho, esteve representada em exposições internacionais como a Fileme/Filgráfica e na última FIL, investiu cerca de 1 200 contos em obras de restauro e adequadação, aumentou os stocks em mais de 5 mil contos, mantém um nível de remunerações (os trabalhadores são sócios e não assalariados) igual ou superior às empresas do ramo, facturou, em 1979, 9 900 contos (mais 3 900 contos do que no ano anterior), dispõe de um saldo positivo de 660 contos, sem contar com os auto-investimentos, e prevê para o primeiro semestre deste ano uma facturação que deve atingir o total de todo o ano findo. Graças à planificação e à melhor organização da empresa, a Citofone deve facturar em 1980 cerca de 15 mil contos. Embora a meta prevista seja de 12 mil, os planos podem cumprir-se. Há condições para isso e para mais.

É difícil enveredar pelo caminho da produção. Os trabalhadores da Citofone sabem isso muito bem. Mas há um projecto possível: uma pequena linha de produção para fabricar alimentadores e reguladores de luz. Por enquanto, a cooperativa vende produtos importados de médias empresas. O campo em que opera, a tecnologia avançada não lhe abre, é claro, grandes perspectivas em Portugal. Mas o equilíbrio da gestão, a vontade dos trabalhadores e o prestígio da empresa no mercado abrem possibilidades que a direcção justifica pensando inclusivamente em aumentar os postos de trabalho e prestar a assistência que no seu ramo pode fornecer à indústria portuguesa.

Organização e regalias invulgares

A cooperativa dispõe de uma vasta área dividida em secções que incluem uma cantina com cozinha própria, um balneário (regalias pelas quais muitos trabalhadores ainda lutam em empresas muito maiores) e as instalações normais numa firma de importação e comércio. Mas a Citofone não reduz a isso a sua actividade. Dedica-se à montagem e à reparação.

Durante a visita do "Avante!", a maioria dos trabalhadores estava em serviço no exterior. Trabalhando com todo o País, a cooperativa tinha nesse dia vários cooperantes e instalar material em Viseu. Inscrita no vasto ramo da electrónica, a sua capacidade é já suficiente para instalar telefones, intercomunicadores e outros aparelhos dessa gama, em vastas áreas de trabalho como sucede nos serviços da Previdência.

As ambições da Citofone justificam-se amplamente. Os seus trabalhadores--cooperantes, sujeitos a um regulamento interno, aprovado por eles próprios, mantêm uma rigorosa disciplina que não é imposta por ninguém, mas resulta das próprias necessidades do colectivo e do seu objectivo: progredir.

Sindicalizados no Comércio, depois da verticalização do Sindicato, os cooperantes, embora não sejam assalariados, elegem um delegado sindical e funcionam dentro do Movimento Sindical Unitário como quaisquer outros trabalhadores. Conscientemente, essa é uma das posições que mais defendem. Não se isolam perante as lutas. Fazem parte do movimento operário. Participam nas lutas de massas. Solidarizam-se com as reivindicações justas dos companheiros em luta no sector e fora dele.

Bem organizada, a normalidade das relações de trabalho só foi afectada uma vez na vida da Cooperativa. Dois trabalhadores foram exonerados, mas votaram a favor da própria exoneração, depois de um processo democrático de averiguação de responsabilidades.

Empresa com toda a sua situação regularizada (juridicamente os trabalhadores são donos da cooperativa) a Citofone faz depender da organização interna grande parte do seu êxito e da segurança para o futuro em que os trabalhadores confiam. Prova disso foi há dois meses a admissão de um responsável de vendas que era sócio--gerente de uma empresa concorrente.

O lançamento da linha de produção já referida vai depender muito do que já existe no campo da organização, das boas relações de trabalho, das regalias sociais já alcançadas (incluindo o passe social, uma verba para os filhos, a participação desportiva, teatro, etc.) e de outras ainda em estudo, como a admissão de um médico para serviço da Cooperativa.

A assembleia geral reúne normalmente uma vez por mês. A direcção, que se ocupa da gerência é composta pelos três elementos que nos acompanharam na visita. A mesa da AG ocupa outros três cooperantes e igual número faz parte do Conselho Fiscal. A direcção reúne semanalmente com os outros órgãos da Cooperativa que incluem ainda uma Comissão Social fora da direcção. Os trabalhadores admitidos têm naturalmente de se submeter ao regulamento interno e passam a cooperantes dentro de um período de seis meses.

A participação da Citofone como unidade de base e como elemento do secretariado das cooperativas de Lisboa no Movimento das COOPIS/EAG, a sua intervenção no mercado, a sua situação financeira desafogada, a excelente organização de que dá provas e as perspectivas de evolução que apresenta, situam a Cooperativa num plano inatacável, que nenhum "código", como o que este Governo pretende cozinhar poderá atingir. A sua realidade impõe-se contra as tentativas de desmembrar o Movimento, de transformar trabalhadores em exploradores de outros trabalhadores, de pôr as cooperativas e as empresas em autogestão ao serviço exclusivo do sistema capitalista, de as obrigar a medir-se por conceitos a que são estranhas e que contrariam frontalmente a sua natureza e a Constituição que as apoia.

Mas dessas e de outras questões falaremos mais devagar a seguir, ainda nesta página que não é só da Citofone, mas de todo o Movimento das COOPIS/EAGs, que há dias realizaram o II Encontro Nacional.

Coopis/EAG: Como surgiram e o que são

Entre 1974 e parte de 1976 surge um grande número de cooperativas. A partir daí, entraves económicos, sociais e jurídicos impediram o seu crescimento e ultimamente fortes ataques obrigam os trabalhadores-cooperantes a defender passo a passo todo o sector que a Constituição designa no seu Artigo 89.º por «bens e unidades de produção possuídos e geridos pelos cooperadores».

Embora sem «uma dinâmica e uma fonte organizada como se desejava» (documento aprovado no II Encontro das COOPIS/EAGs) votado ao «abandono e até ao esquecimento por todos aqueles que no fundo apenas pretendem atingir os trabalhadores e as suas conquistas», o sector continua, na generalidade a acompanhar as grandes transformações em curso nos anos em que surgiu no sentido de alterar as relações de produção.

Hoje, podem-se distinguir, relativamente às características de desenvolvimento quatro tipos de COOPIS e dois de EAGs, que o II Encontro Nacional caracteriza assim:

- **Cooperativas formadas a partir de desempregados** – Este processo de formação de COOPIS a partir de determinados núcleos de desempregados verificou-se sobretudo no sector de construção civil, onde os investimentos em capital fixo (máquinas, ferramentas, etc.) são relativamente baixos, permitindo assim o investimento de pequenas poupanças.

  Por outro lado a crise verificada no sector com o consequente desemprego aparece a claro por várias razões a seguir ao 25 de Abril.

  Estas situações permitem assim um rápido crescimento deste tipo de cooperativas. Também muitas cooperativas de Serviços se formaram a partir de núcleos de desempregados.

- **Cooperativas de produção onde os anteriores patrões se integraram** – Estes casos deram-se sobretudo em pequenas empresas onde as entidades patronais sempre trabalharam lado a lado com os restantes trabalhadores assumindo assim uma consciência diferente, verificando também que a viabilidade dessas pequenas unidades não era possível sem uma modificação radical das relações de produção, optando assim pela formação de cooperativas. Verificaram-se algumas situações deste tipo na metalomecânica ligeira e em menos grau nos têxteis.

  Noutros casos, mas também em pequenas empresas, os próprios trabalhadores compreenderam que era importante agregarem ao projecto a anterior entidade patronal, pois como é o caso da construção civil, estas desempenhavam normalmente os lugares técnicos dessas pequenas unidades, através da coordenação, feitura de angariação da obra, etc., e um corte imediato poderia significar transitoriamente a inviabilidade da própria cooperativa.

- **Cooperativas formadas por trabalhadores com plena consciência do processo** – Estas cooperativas formaram-se sobretudo no sector de transportes onde, na maior parte dos casos, os trabalhadores não estavam desempregados nem as suas empresas à beira da falência, mas mesmo assim optaram pela formação de cooperativas concorrendo, assim, com as entidades privadas do próprio sector.

- **Empresas em autogestão (EAG)** – Com uma estrutura económica financeira bastante debilitada e um característico atraso tecnológico e administrativo, as empresas que vieram a enveredar pela situação de autogestão, o que quase sempre aconteceu como última alternativa, têm vindo a ser claramente boicotadas. Sofrendo de dificuldades anteriores ao 25 de Abril, nomeadamente como reflexo da chamada «crise do petróleo» em 1973, descapitalizadas; em baixa acentuada de produção e muitas delas em estado de falência técnica, as EAG necessitariam desde logo de medidas eficazes de protecção e doutras que definissem uma adequada estratégia de recuperação e consolidação, o que de facto não veio a acontecer. Finalmente em 1978, com a aprovação das leis 66/78 e 68/78, foi dado o primeiro passo nesse sentido, ainda que os trabalhadores se tenham sentido defraudados nos seus justos anseios. Desde então, os governos têm-se recusado sistematicamente a aplicar aquelas leis, denotando de forma inequívoca as suas intenções de contribuírem e, se possível, incentivarem a destruição da autogestão no nosso País.

- **Cooperativas formadas a partir de EAG** – A partir de determinado período e como forma de ultrapassar em termos jurídicos o impasse em que tinha caído a autogestão, muitas empresas encetaram o processo de formação de cooperativas. Entretanto, a Lei 68/78 reconhece somente a tais cooperativas a posse útil e gestão dos meios de produção, o que vem sobremaneira dificultar a actividade destas cooperativas, bem como a existência de algumas reivindicadas pelos ex--proprietários através das EAG que terão estado na sua origem. Assunto intrinsecamente do foro jurídico, exige da parte dos trabalhadores, talvez como em nenhum outro caso, uma enorme capacidade de luta, de coerência e de lucidez.

II Encontro
Dinamizar, Coordenar, Agir

Na Voz do Operário, em Lisboa, cerca de 300 delegados em representação de 145 unidades-base (124 cooperativas e 21 empresas em autogestão) tomaram há três semanas atrás algumas decisões de vulto. Entre elas sobressai a dinamização do movimento por regiões e a sua coordenação a nível nacional, o alargamento do âmbito, influência e representatividade das Reuniões Regulares Nacionais e a aprovação de um caderno reivindicativo e de um programa de acção, que confirmam, no essencial, as reivindicações apresentadas no I Encontro das Coopis/EAG realizado no ano findo.

No que respeita aos dois últimos documentos, a Comorg (Comissão organizadora do II Encontro de 17 de Maio findo) afirma que "a questão central passa pelo efectivo cumprimento da Constituição da República Portuguesa no seu espírito e letra com todas as implicações inerentes".

O famigerado "relatório"

Sob o título "as empresas em autogestão serão defendidas" o II Encontro das Coopis/EAG aprovou um documento que desmascara a tentativa iniciada por Mota Pinto para terminar de vez em Portugal com uma realidade que existe e resiste desde o 25 de Abril: as empresas em autogestão.

Uma "comissão interministerial para análise da problemática" dessas empresas (CIAPEIA) foi nomeada pelo Governo Mota Pinto, digno antecessor do actual, a fim de proceder a um "criterioso estudo do que se passa no País no sector empresarial autogestionário". Nomeada para "fazer", a Comissão assinou um "relatório" com dados parcelares e manipulados, falsas conclusões e ameaças. A má-fé do relator, ou relatores (o original do documento tem ao alto o nome de um advogado) é tão evidente que substitui de alto a baixo as razões objectivas do aparecimento da autogestão em Portugal pela realização de «objectivos revolucionários que o povo português repudiou maioritariamente em eleições sucessivas". E partindo daí o relator (ou relatores) acha que não lhe compete outra coisa senão ameaçar. Por isso acrescenta, completando o frete, que a "gestão das empresas pelos trabalhadores foi em face da lei vigente (qual?) actos qualificáveis como esbulho, furto, roubo, abuso de confiança, próprios de associações de malfeitores".

O "relatório" só parcelarmente se conhece. A sua versão integral dorme num ministério qualquer. Mas o que veio a público, já na vigência do Governo PPD/CDS, chega para denunciar o que "pretende ser uma manobra de diversão para a não aplicação das Leis 66/78 e 68/78 que, "embora não correspondam aos justos anseios dos trabalhadores das empresas em autogestão" teriam evitado muitas das dificuldades e problemas do sector, se houvesse, como afirma o II Encontro, "vontade política da parte dos sucessivos governos" para cumprir essas Leis.

Os trabalhadores cooperantes e das empresas em autogestão sabem que o "relatório" da CIAPEIA tem por objectivo justificar a ofensiva do Governo contra o sector. Mas, ainda assim, pensam elaborar contra ele um documento que "espelhe a realidade da autogestão em Portugal".

O II Encontro das Coopis/EAG alerta os "analistas" da CIAPEIA para o facto de os trabalhadores visados não se intimidarem com as "conclusões e ameaças" do pretenso relatório, pois "saberão encontrar as formas de (...) defender os seus postos de trabalho e as suas unidades-base (as empresas e as cooperativas) e de contribuir para a formação de um Governo que respeite e cumpra a Constituição da República".

Um "código" deste governo?

As Cooperativas continuam à espera da legislação regulamentadora. À espera é um modo de dizer porque os trabalhadores não ficam sentados. E a esperança nunca a perderam. Este Governo não vai conseguir que a percam agora.

Os cooperantes directamente interessados nas COOPIS/EAG participaram activamente, através dos seus representantes e desde o primeiro momento, na Comissão do Código Cooperativo que funcionou no âmbito do Inscoop (Instituto) criado por despacho do secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros de 16 de Outubro de 1978.

O anteprojecto de Código deveria ser divulgado pela base do Movimento Cooperativo antes de uma decisão final no que respeita a regulamentação, objectivos e princípios gerais das Cooperativas e do Sector Cooperativo (parte geral).

Essa divulgação não se fez. O Boletim do Inscoop de 15 de Abril inseria o anteprojecto (parte geral) pretendendo fazê-lo passar pelo "anteprojecto do 'Código Cooperativo Português'". E dava um prazo até 15 de Maio para as cooperativas se pronunciarem sobre esse texto, cujas anotações dos membros da Comissão nem sequer tinham o seu visto final.

O anteprojecto publicado no Boletim era acompanhado de um texto do conselho do Inscoop que não fora analisado pela Comissão.

O prazo de um mês para a discussão do anteprojecto foi imediatamente contestado pelas cooperativas e, segundo a Comorg (Comissão Organizadora do II Encontro Nacional das Coopis/Eag, "aumentavam as opiniões de que se pretendia fazer aprovar um Código a toda a pressa, contrariando os acordos estabelecidos" pela comissão encarregada de o elaborar. Esses acordos determinavam, nomeadamente, que o texto a divulgar "expressasse da forma mais clara as opiniões consensuais e divergentes no seio da Comissão".

mas a pressa do Governo não o permitiu. O texto relativo à parte geral (e a comissão resolvera que o anteprojecto, além dessa, teria mais três, definindo uma delas, a última, "o relacionamento do Estado com o Movimento Cooperativo) pretende passar como "proposta global da comissão, quando nem por ela foi aprovado na sua forma final.

Para fechar com chave de ouro este processo e publicar o "Código" que interessa ao Governo, o ministro adjunto do Primeiro-Ministro extinguiu a Comissão.

Os trabalhadores das Coopis/Eag, acompanhados certamente pela maioria dos trabalhadores que integram os outros sectores dos trabalhadores que integram os outros sectores do Movimento Cooperativo, perante a extinção da Comissão recusam qualquer tentativa do Governo para impôr o seu Código sem o fazer passar pela Assembleia da República e exigem, nomeadamente, uma participação efectiva nas comissões específicas nomeadas por despacho (o mesmo que exonerou a comissão do Código) para a elaboração de anteprojectos legislativos previstos para regular, na especialidade os vários ramos do sector cooperativo.